

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS III
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURA E
TERRITÓRIOS SEMIÁRIDOS - PPGESA**

LIDIANE ARAÚJO CAVALCANTE

**OS TRUKÁ E O DISCURSO GOVERNAMENTAL SOBRE O
PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL DO RIO SÃO
FRANCISCO: ENTRE OS DITOS E OS NÃO DITOS**

**JUAZEIRO-BA
2018**



LIDIANE ARAÚJO CAVALCANTE

**OS TRUKÁ E O DISCURSO GOVERNAMENTAL SOBRE O PROGRAMA DE
INTEGRAÇÃO NACIONAL DO RIO SÃO FRANCISCO: ENTRE OS DITOS E OS
NÃO DITOS**

Dissertação apresentada ao Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, Campus III para obtenção do título de Mestre em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos.

Linha de Pesquisa: Letramento e Estudos Interculturais.

Orientador: Prof. Dr. Cosme Batista dos Santos

JUAZEIRO-BA
2018

Cavalcante, Lidiane Araújo
C376 Os Truká e o discurso governamental sobre o Programa de Integração Nacional do Rio São Francisco:
"entre os ditos e os não ditos". / Lidiane Araújo Cavalcante. -- Juazeiro, 2018.
84 f.

Orientador: Cosme Batista dos Santos
Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. PPGESA.
Campus III. 2018.

Bibliografia

1. Índios Truká 2. Análise do discurso 3. São Francisco, Rio - programas I. Santos, Cosme Batista dos II.
Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas

CDD 981.00498

LIDIANE ARAÚJO CAVALCANTE

**OS TRUKÁ E O DISCURSO GOVERNAMENTAL SOBRE O PROGRAMA DE
INTEGRAÇÃO NACIONAL DO RIO SÃO FRANCISCO: ENTRE OS DITOS E OS
NÃO DITOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos – PPGESA, ofertado pelo Departamento de Ciências Humanas – Campus III, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, para obtenção do título de Mestre em Educação Cultura e Territórios Semiáridos.

Linha de Pesquisa: Letramento e Comunicação Intercultural

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cosme Batista dos Santos
Orientador/UNEB

Profa. Dra. Carla Conceição da Silva Paiva
Membro Interno/UNEB

Prof. Dr. Marcelo Silva de Souza Ribeiro
Membro Externo/ UNIVASF

Dedico este trabalho às pessoas mais presentes e importantes em minha vida:

Meus pais Lindalva Dantas de Araújo e João Cavalcante de Souza (*in memoriam*), por sempre terem me mostrado a importância dos estudos, pelo exemplo de luta, coragem e perseverança, que dignamente me apresentaram o caminho da honestidade e persistência.

Meus irmãos: João Marcos, Christiane, Fábio, Flávio (*in memoriam*), Tatiane e Paulo Sérgio, por acreditarem em mim, até mesmo quando eu não mais acreditava.

Minha filha, Maria Clara, meu maior e melhor presente, pelo apoio incondicional em todos os momentos, principalmente, nos de incerteza, muito comuns para quem tenta trilhar novos caminhos. Sem você nenhuma conquista valeria a pena!

Ronald pelo carinho, força, apoio, confiança e motivação incondicional que sempre me impulsiona em direção às vitórias dos meus desafios.

AMO MUITO VOCÊS!

AGRADECIMENTOS

Antes de iniciar os agradecimentos e citar os nomes das pessoas que trilharam comigo nesta jornada tão importante e que me ajudaram a realizar esse trabalho, que caminharam e caminham comigo, muitos nem sabem o quanto me ajudaram a me tornar quem sou hoje, início meus agradecimentos a DEUS, a TUPÃ, ALÁ, JAVÉ, JEOVÁ, EL, ELOAH, ELOHIM, EL SHADDAI, ADONAI, YHWH / YAHWEH / JEOVÁ, JEOVÁ-JIRÉ, JEOVÁ-RAFA, JEOVÁ-NISSI, JEOVÁ-MAKADESH, JEOVÁ-SHALOM, JEOVÁ-ELOIM, JEOVÁ-TSIDIKENU, JEOVÁ-ROHI, JEOVÁ-SHAMMAH, JEOVÁ-SABAOTH, EL ELIOM, EL ROI, EL-OLAM, EL-GIBOR, que independente da nomenclatura e de como é adorado por seu povo e suas crenças, acredito em seu poder e presença, agradeço pela saúde, pela força, pelo saber a mim dedicado.

Agradeço a minha família, pais, filha, irmãos, sobrinhos, afilhados, primos, tios, avós e cunhados pelo incentivo, por acreditarem em mim, por me dizer que eu consigo que sou merecedora.

Ao Povo Truká por permitir não só realizar a pesquisa, mas adentrar no seu universo pessoal, por mostrar suas fragilidades, suas lutas, por me ensinarem a valorizar cada conquista, por abrir a porta das suas casas, por me deixar vivenciar momentos incríveis, por me ensinarem o que a academia não ensina. Meu Muito Obrigada!

Ao Professor Dr. Cosme Batista, um grande pesquisador, orientador e acima de tudo, um grande homem, por acreditar em mim, por me acolher, por sua generosidade em caminhar comigo, por seus ensinamentos, por sua cumplicidade, o meu reconhecimento pela oportunidade de realizar este trabalho ao lado de alguém que transpira sabedoria; meu respeito e admiração pela sua serenidade, e pelo seu Dom no ensino da Ciência, inibindo sempre a vaidade em prol da simplicidade e eficiência. Serei eternamente grata!

Aos meus colegas: ADEILDA ANA DA SILVA MARTINS, AMILTON GONÇALVES DOS SANTOS, ANA PAULA SANTOS GRANJA RIBEIRO, CARLA FABIANA ALMEIDA VIANA SILVA, CLEITON LIN OLIVEIRA DA SILVA, DAVID DE SOUZA SILVA, ENOS ANDRÉ DE FARIAS, ESTHER BORGES MARTINS GOMES, EVELI RAYANE DA SILVA RAMOS, FABIANA CARLA LOPES DE LIMA, JOSIAS WILLAMS DOS SANTOS SOARES, KÉSIA ARAÚJO DA SILVA, KLEYTON GUALTER DE OLIVEIRA SILVA, LORENA SANTIAGO SIMAS, MARIA ROSA ALMEIDA ALVES, NILHA VERENA FONSECA FERREIRA, PAULO CESAR PEDROZA MARQUES, RITA DE CÁSSIA SOUZA MARTINS e QUÉCIA ALMEIDA CAVALCANTE, pela oportunidade de convivência, pela generosidade e parceria, pelo carinho e atenção, por dividirmos vitórias, sorrisos e lágrimas. É muito difícil transformar sentimentos em palavras, mas serei eternamente grata a vocês, pessoas imprescindíveis para a realização e conclusão deste trabalho, meu muito obrigado a todos vocês meus colegas e amigos.

Ao programa de Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos – PPGSA agradeço a oportunidade e a confiança.

Aos professores do PPGESA pelos ensinamentos, contribuições, apoio e profissionalismo. A realização do projeto de pesquisa só foi possível com o apoio de vários colaboradores que direta ou indiretamente contribuíram de alguma forma, o meu reconhecimento e gratidão.

Aos meus amigos que compreenderam meu afastamento durante esses dois anos de pesquisa e produção, aos que me apoiaram e me suportaram, aos que me incentivaram e me ajudaram, sintam-se representados em nome de Gaby, Vinny, Beti, Oriana, Paulo Victor, Gracy, Leila, Carol, Vânia, Kadson, Jaqui, Marcel, Michele e Glauber, Cintia e Iasmine, Luiz Osete, Socorro, Tati (...) Amo todos vocês!!

Ao Prof. Dr. Leonardo Cavalcanti, o melhor chefe que já tive, pelo estímulo e ajuda na concretização deste projeto, pelo apoio, sem sua compreensão eu nunca conseguiria cumprir a pesquisa.

"Cada um que passa na nossa vida passa sozinho, pois cada pessoa é única, e nenhuma substitui outra. Cada um que passa na nossa vida passa sozinho, mas não vai só, nem nos deixa sós. Leva um pouco de nós mesmos, deixa um pouco de si mesmo. Há os que levam muito; mas não há os que não levam nada. Há os que deixam muito; mas não há os que não deixam nada. Esta é a maior responsabilidade de nossa vida e a prova evidente que duas almas não se encontram ao acaso."

Saint-Exupéry

RESUMO

Esta pesquisa analisa o discurso e as relações de poder presentes no Programa de Apoio aos Povos Indígenas (PBA 12), parte integrante do Projeto Básico Ambiental, do Programa da Integração Nacional do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional – PISF e sua interpretação discursiva junto ao grupo étnico Truká, situado na Ilha de Assunção, no município de Cabrobó-PE. A análise do referido documento fundamenta-se nas teorias da Análise do Discurso (AD) de orientação francesa. O objetivo é investigar as relações de poder, impressas nos documentos oficiais, que se evidenciam a partir do discurso do desenvolvimento econômico e do progresso por parte dos órgãos governamentais e a interpretação destas pelo povo Truká. A hipótese é que o Estado, enquanto órgão regulador impõe um conjunto de “verdades”, através do texto informativo, justificando a obra através de ações propositivas que anulam e “compensam” os possíveis efeitos negativos desta intervenção. Mediante a proposição governamental, coube identificar as representações dos povos indígenas contidas nesses documentos, explícitas e implícitas no texto e de que maneira esse povo (Truká) interpreta a proposta do Projeto do ponto de vista discursivo. Os mecanismos utilizados para discutir o documento na perspectiva adotada são os pressupostos da AD - aspectos comunicacionais presentes nas vozes impressas no enunciado do Programa. Esta investigação se enquadra no tipo de pesquisa qualitativa, com base nos pressupostos da Etnografia/documental que evidencia a importância das relações simbólicas presentes no grupo social estudado. Para atender ao objetivo desta pesquisa foram utilizados os seguintes recursos e instrumentos para a coleta de dados: a observação participante, entrevistas semiestruturadas, diário de bordo, documentos, fotografias e filmagens, com o intuito de compreender que valores estes atribuem ao discurso oficial, como as lideranças Truká recebem e contrapõem o discurso governamental. Os contatos com o campo de investigação evidenciaram a necessidade desta. Como resultado da pesquisa, identificamos que, na elaboração das propostas, o agente governamental não conhece, de fato, a realidade indígena, muito menos suas demandas por aquilo que realmente importa: a terra e o ambiente preservado. A representação que o discurso oficial faz desses povos é distorcida e equivocada, quando não preconceituosa e mal intencionada. Por outro lado, o discurso dos Truká implica duas formas de diferenciações. Uma contrastante que produz termos no limite irreduzíveis, e que se refere às relações entre índios e governo; mas existe também uma que podemos chamar de transformacional, que opera no âmbito das relações dos Truká entre si.

Palavras-chave: Etnia Truká, programas governamentais, Análise do Discurso, Integração do Rio São Francisco.

RESUMEN

Esta investigación propone un análisis de las relaciones de poder presentes en el discurso oficial del Programa de Apoio aos Povos Indígenas (PBA 12) -, a partir del proyecto Básico Ambiental, del Programa de Integração Nacional do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional – PISF – y su aceptación por el grupo étnico truká, ubicado en la isla de Assunção, en el ayuntamiento de Cabrobó-PE, formado por, aproximadamente, una población de 6.066 personas. Se parte de la necesidad de comprender las existencias de estos pueblos tradicionales en la región del Médio São Francisco, en el Semiárido brasileño frente los grandes proyectos desarrollistas gubernamentales. El objetivo principal es investigar las relaciones de poder producidas por los documentos oficiales imbuidas en el discurso del desarrollo económico y del progreso. Por lo tanto, se hace necesario un análisis cuidadoso del documento (PBA 12) y, en otro momento, la realización de la investigación de campo con la finalidad de escuchar los líderes del pueblo Truká sobre su recepción al documento. La metodología utilizada para cumplir con los objetivos está basada en una propuesta etnográfica/documental, la cual evidencia la importancia de las relaciones simbólicas presentes en el grupo social estudiado. El método para el estudio del documento tiene como soporte el análisis del discurso de orientación francesa. Esta investigación se encuadra en los enfoques del tipo de investigación cualitativo/cuantitativa, una vez que trabaja con datos objetivos y subjetivos, utilizando los siguientes recursos e instrumentos para la recolección de datos: la observación participante, entrevistas semiestructuradas, diario de a bordo, documentos y fotografías, con el fin de comprender qué valores los líderes de los Truká atribuyen al discurso oficial, como reciben y cómo se contraponen al discurso del gobierno. Los contactos con el campo de investigación evidencian la necesidad de esta investigación.

Palabras clave: Etnia Truká. Programa gubernamentales. Análisis del Discurso. Integración del Rio São Francisco.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1. Rio de Baixo da Aldeia Truká. | 17 |
| Figura 2. Instrumentos produzidos pelo grupo. | 23 |
| Figura 3. Toré aberto realizado na AldeiaTruká de Cabrobó..... | 28 |
| Figura 4. Preparação da Terra para o plantio na Aldeia Truká..... | 29 |
| Figura 5. Cacique Neguinho Truká..... | 30 |
| Figura 6. Ponte que interliga a Ilha de Nossa Senhora de assunção à cidade de Cabrobó-PE..... | 31 |
| Figura 7. Trecho da obra Eixo Norte situado ao lado da Aldeia Truká. | 34 |
| Figura 8. Mapa da Bacia do Rio São Francisco. | 35 |
| Figura 9. Trecho da Obra eixo Norte. | 36 |
| Figura 10. Rio São Francisco. | 38 |
| Figura 11. Capa ilustrativa do Programa de apoio aos povos Indígenas. | 39 |
| Figura 12. Ritual do Toré aberto, Aldeia Truká..... | 45 |
| Figura 13. Vila Produtiva construída ao lado da Aldeia Truká, Território Reivindicado Pelo Grupo. | 49 |
| Figura 14. Professor de Arte e Cultura Truká..... | 51 |
| Figura 15. Cruz em frente a Oca onde é realizado o Toré Fechado..... | 60 |
| Figura 16. Toré na Aldeia Truká em Cabrobó. | 67 |
| Figura 17. Oca onde são realizados os rituais fechados. | 69 |
| Figura 18. Cabocla confeccionada por aldeada e utilizada no ritual do Toré Fechado. | 77 |
| Figura 19. Oca da entrada da Aldeia, representa um santuário para os aldeados, marco de sua história e Cultura Legenda..... | 81 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

| | |
|--------|---|
| AC | Análise do Conteúdo |
| AD | Análise do Discurso |
| DCH | Departamento de Ciências Humanas |
| DNOS | Departamento Nacional de Obras e Saneamento |
| FUNAI | Fundação Nacional do Índio |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas |
| IDH | Índice de Desenvolvimento Humano |
| MI | Ministério da Integração Nacional |
| PBA | Programa de Apoio aos Povos Indígenas |
| PISF | Programa Nacional da Integração do São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional |
| PPGESA | Programa de Pós-graduação Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos |
| RIMA | Relatório de Impacto Ambiental |
| TI | Território Indígena |
| UNEB | Universidade do Estado da Bahia |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1.INTRODUÇÃO | 14 |
| 2.CAMPO E OBJETO DA PESQUISA | 21 |
| 2.1 OS POVOS INDÍGENAS DO MÉDIO SÃO FRANCISCO | 24 |
| 2.2 OS TRUKÁ, SUA CULTURA E TERRITÓRIO: UM PERCURSO HISTÓRICO | 27 |
| 2.3 O PROJETO DA TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO | 32 |
| 2.4 O PROGRAMA DE APOIO AOS POVOS INDÍGENAS (PBA 12)..... | 36 |
| 3.PERCURSO METODOLÓGICO | 40 |
| 3.1 O MÉTODO DE ANÁLISE – A ANÁLISE DO DISCURSO (AD)..... | 44 |
| 4.RESULTADOS ENCONTRADOS- IMPRESSÕES DA PESQUISADORA VIVENDO AS APROXIMAÇÕES DO PERCURSO ETNOGRÁFICO | 55 |
| 4.1 ALDEIA TRUKÁ..... | 55 |
| 4.2 LOCUS E ATORES DA PESQUISA | 56 |
| 4.3 COLETA DE DADOS..... | 58 |
| 5.ANÁLISE DOS DADOS | 60 |
| 5.1. Os DITOS E NÃO DITOS NO DOCUMENTO | 60 |
| 5.2. O QUE DIZEM OS POVOS TRUKÁ..... | 66 |
| 5.3 RESULTADOS DA ANÁLISE | 79 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 79 |
| REFERÊNCIAS..... | 82 |
| ANEXOS | 85 |

1. INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa, procuro compreender o discurso governamental propagado nos documentos do Programa Ambiental de Apoio aos Povos Indígenas (PBA 12), em face dos significados atribuídos pelo grupo étnico indígena Truká aos mesmos documentos. O referido texto oficial é parte do Programa da Integração Nacional do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - PISF, conhecido como a “Transposição do Rio São Francisco e contempla os povos indígenas residentes nas proximidades da área diretamente afetada pelo empreendimento, sendo eles os povos Truká, Pipipã, Tumbalalá e Kambiwá. O grupo indígena que está sendo parte deste trabalho, Truká, com população estimada de 6.741 (SESAI, 2017), localiza-se na Ilha de Assunção, município de Cabrobó - PE e está inserido na área atingida pelas obras da transposição, é a região mais afetada pela obra devido à captação do Eixo Norte que se encontra em seu território.

O projeto que está sendo executado é a maior obra de infraestrutura hídrica do País, composto por 477 quilômetros de extensão, em dois Eixos (Leste e Norte), apresentando 96,40% de conclusão, sendo 94,96% no Eixo Norte e o Eixo Leste já está com 100% (BRASIL, 2017). Concebido em 1985, pelo DNOS – Departamento Nacional de Obras e Saneamento, órgão extinto em 1999, foi transferido para o Ministério da Integração Nacional (MI). De acordo com estudos e avaliações técnicas, realizados pelo MI, que gerou o Relatório de Impacto Ambiental (Rima), o Programa da Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional é a alternativa em termos de estrutura mais viável apresentada para o fornecimento adequado de água à região Nordeste. A obra da transposição começou de fato há 11 anos, em 2007, mas os estudos para trazer água para o Nordeste já existiam desde antes de o País vir a ser República (BRASIL, 2012).

Segundo Carlos Fioranti (2016), registros históricos indicam projetos e estudos sobre o Rio São Francisco ainda no período em que Dom Pedro II governava o Brasil, no entanto esses projetos não avançaram por conta de limitações técnicas e da prioridade dada pelo governo imperial às construções de ferrovias, no Rio de Janeiro/RJ. Em 1889, após a Proclamação da República, o desejo de transpor águas do São Francisco manteve-se. As discussões em torno da transposição foram retomadas nos governos de Getúlio Vargas (1930-1945), João Figueiredo (1979-

1985) e Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), mas não foram executadas devido às divergências técnicas. Somente a partir da administração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), o projeto tornou-se prioridade de governo, tendo continuidade na gestão da presidente Dilma Rousseff (2010-2016). Com o *impeachment* de Dilma, o presidente Michel Temer deu prosseguimento às obras, com previsão de conclusão para o final de 2017.

O PISF está inserido nas políticas de enfrentamento à “seca”, que afeta o Nordeste Semiárido, dentro da Política Nacional de Recursos Hídricos que, a partir de dois pontos de captação (eixo Norte e eixo Leste), irá transportar águas do “Velho Chico”, como é carinhosamente chamado pelos ribeirinhos, e prevê o abastecimento hídrico, até 2025, a cerca de 12 milhões de habitantes, de pequenos, médios e grandes municípios que, juntos, totalizam 390, da região semiárida dos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte; e através das Bacias do Agreste em Pernambuco, Jaguaribe, Metropolitanas no Ceará, Apodi, Piranhas-Açu no Rio Grande do Norte, Paraíba e Piranhas na Paraíba. Uma região onde a estiagem é frequente, historicamente submetida a grandes ciclos de secas rigorosas, habitada por 28% da população brasileira, a disponibilidade de água para esta região é apenas de 3% da água do País (BRASIL, 2017). O projeto prevê a retirada de 26,4m³/s de água, o equivalente a 1,4% da Barragem de Sobradinho na Bahia (BRASIL, 2012).

Para o povo Truká, assim como outros povos indígenas em qualquer parte do País, o impacto de um empreendimento desse porte é sempre muito extenso, tanto do ponto de vista físico e material, quanto do ponto de vista simbólico. Entendemos que uma etnia tem sua história ligada àquele território físico e sua ancestralidade está diretamente vinculada à terra, por isso, ao serem destruídos marcos ambientais simbólicos como florestas, cachoeiras, rochas, e outros espaços naturais, são afetadas as relações imateriais daquela comunidade com o seu lugar. Muito tem sido discutido sobre os impactos provocados por grandes projetos econômicos tais como a construção de usinas hidrelétricas sobre as populações indígenas, o que repercute na sua manutenção material (caça, pesca, coleta de frutos) e nas suas práticas ritualísticas, que atingem suas vidas imateriais. Dentro da complexidade de relações entre os povos indígenas e a natureza, destacamos que a obra da transposição está deixando um prejuízo de grande extensão para esses povos, porém, o discurso oficial presente nos documentos do Projeto procura minimizar as consequências, oferecendo “compensações”.

Mediante esse cenário, a escolha desse objeto de estudo surgiu numa inquietação sobre os povos diretamente afetados pela obra. Saber como se posicionam e qual o sentido da obra para eles, uma vez que a terra e as árvores, assim como todos os elementos do ambiente natural, são considerados sagrados. Sabemos que são muitas as informações tendenciosas divulgadas pelos meios de comunicação acerca dos indígenas, muitas vezes avaliados negativamente por questionarem o modelo de desenvolvimento e se posicionarem em constante luta ao reivindicarem seus direitos básicos.

Acredito que minha inserção no campo da temática indígena teve início desde a minha adolescência, quando me incomodava com comentários pejorativos sobre esses povos e me inquietava com o preconceito, com a invisibilidade a que eram relegados, mas a aproximação, de fato, aconteceu em fevereiro de 2015, ao compor a equipe do Programa de Conservação de Fauna e Flora PISF-PCFF- do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, na função de supervisora administrativa da Flora, atuando na Assessoria de Projetos Institucionais – API, na Reitoria da Universidade Federal do Vale do São Francisco-UNIVASF, dentre as ações desempenhadas, acompanho processos licitatórios e funções administrativas. Atualmente, observo que o governo e a sociedade ainda têm uma visão deturpada de que só com educação, informação e políticas públicas destinadas a esses povos é possível compensá-los. Assim, acredito que esta pesquisa possa trazer algum benefício para o grupo estudado, uma vez que apresenta o discurso e a recepção sobre os programas governamentais a eles destinados.

A escolha da etnia Truká, dentre as outras três que fazem parte da área diretamente afetada pela obra, se deu por ter um conhecimento prévio com o grupo estudado, além de ser a área que é mais afetada diretamente, já que o eixo norte tem início nas terras dos Truká, que são, inclusive, reivindicadas por eles. A relevância deste estudo relaciona-se à importância dos povos indígenas que habitam e habitaram essa região e suas relações com o modelo de desenvolvimento econômico em conflito com a cultura e os modos de ser dos povos tradicionais que habitam o semiárido.

Sempre soube que apesar de encantadora a ida a campo seria uma das etapas mais difíceis durante o período de pesquisa, fui alertada inclusive pelo meu orientador. Encantadora porque o contato com a comunidade me permitiu vivenciar suas experiências, conhecer de perto sua rotina, a organização da comunidade, sua história política, cultural, econômica e religiosa. Meu primeiro contato com os Truká, da Ilha

de Assunção, ocorreu por meio de depoimentos da equipe de trabalho¹, que sempre retornavam do campo com concepções e conceitos, que considero deturpados, depois pela mídia que, em sua maioria, os marginalizam, mas nada disso me fez desistir de realizar este trabalho com eles, nem mesmo as advertências de alguns amigos e familiares, que expressavam suas preocupações alertando que era perigoso ir sozinha, ou que “aqueles índios eram perigosos”, na verdade, só fez crescer em mim a vontade de conhecê-los melhor e contribuir de alguma forma para desmistificar esses relatos.

Figura 1. Rio de Baixo da Aldeia Truká.



Fonte: Lidiane Cavalcante 2016.

O mais difícil neste trabalho foi o deslocamento até a aldeia uma vez que resido na cidade de Petrolina-PE, que fica a 196 quilômetros de Cabrobó-PE e tive que aguardar todas as anuências para poder iniciar minha imersão no campo de estudo. A aproximação com o grupo aconteceu informalmente, mas seguindo o protocolo

¹ Os engenheiros ambientais do Programa de Conservação de Fauna e Flora nas áreas de abrangência do Projeto de Integração do Rio São Francisco: inventário, resgate e monitoramento e do Programa de Recuperação das Áreas Degradadas do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF, nas proximidades da aldeia.

local, ao me apresentar como pesquisadora, aluna do mestrado da Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Para ganhar a confiabilidade do grupo, também informei da minha atuação no programa da Transposição (como é popularmente conhecido), deixando claro que estava ali como pesquisadora. A primeira pessoa com quem falei foi o representante Cacique Bertinho, que me apresentou ao restante da comunidade e mesmo com algumas reservas, me concedeu anuência de fazer a pesquisa na comunidade. A partir daí, acreditei que minha pesquisa de campo começaria; no entanto, estes povos já sofreram e sofrem interferências externas constantemente, com isso, ao contrário da maioria das pesquisas, eu não precisava apenas da anuência local e do Comitê de Ética. Após aprovação do CEP, o projeto foi encaminhado para a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP, que, durante a análise, solicitou correções no TCLE, seguindo a legislação específica para pesquisas com comunidades indígenas, e para conceder autorização para a pesquisa. Solicitou, ainda, autorização da Presidência de Fundação Nacional do Índio - FUNAI, situada em Brasília, que demandou autorização do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e da Funai regional. Toda essa demanda fez com que minha ida a campo demorasse a acontecer, já que a CONEP só autorizou minha pesquisa em outubro de 2017.

Com autorização concedida, TCLE em mãos em um sábado ensolarado e muita motivação, sigo meu percurso admirando a flora da região. Um misto de euforia e apreensão me permeou durante as três horas de viagem, percorrendo 221 quilômetros até a Ilha de Assunção.

A ponte estreita, que liga a cidade à aldeia, serve de fronteira entre os homens “brancos” e o Povo Truká, dando passagem a apenas um carro por vez. Observo que o trânsito principal na localidade é de motocicletas e algumas poucas carroças. Atravesso o Rio Pequeno, como é chamado pelos moradores e adentro no território sagrado. São cerca de 40 km da entrada do município até o final da Ilha.

As discussões apresentadas no Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Educação, Cultura e Território Semiárido da Universidade do Estado da Bahia reforçaram a importância do meu objeto de pesquisa, na busca de compreender as principais questões relacionadas à contextualização histórica, cultural e identitária dos povos indígenas do Semiárido. Isso, tendo como plano de fundo a atuação do Estado na elaboração e implementação de políticas públicas, as quais em geral estão contaminadas pelo autoritarismo e práticas não dialógicas.

Sabemos que o Semiárido Brasileiro é marcado por potencialidades e desigualdades, e as políticas governamentais direcionadas a este território, em sua maioria, não contemplam as especificidades e necessidades dos seus habitantes, notadamente, dos povos tradicionais, como indígenas, quilombolas, ribeirinhos e outros. Neste programa de Pós-Graduação, PPGESA, tive a oportunidade de expandir os estudos sobre cultura, território e a influência da linguagem nas relações sociais e de poder, como elemento que também permeia as políticas públicas e o universo desses povos, cada um com suas particularidades.

A utilização intencional do código linguístico é um fator que determina, de forma direta ou indireta, a expropriação e a dominação dos povos tradicionais do Semiárido ao longo do tempo. Dessa forma, aprofundar esse estudo me permite contribuir também nas discussões sobre língua, letramento e poder.

Neste trabalho, parto da seguinte questão de pesquisa: O que diz o discurso governamental no Programa de Apoio aos Povos Indígenas sobre os povos a que se destina e como estes o recebem? Logo o objetivo geral desta dissertação está assim definido: Investigar as relações de poder permeadas pelos documentos oficiais fundados no discurso do desenvolvimento econômico e do progresso por parte dos órgãos governamentais. Os objetivos específicos seguem na mesma perspectiva. A) Investigar qual a recepção do povo Truká ao Texto do Programa. B) Evidenciar as principais questões relacionadas à contextualização histórica, cultural e identitária desses povos; C) Identificar quais as tensões entre o documento governamental e a recepção do povo Truká, em vista dos diferentes interesses de cada parte.

A Metodologia proposta para essa investigação é de base etnográfica/documental. Para tanto, consideramos o que afirma Geertz (2008), ao salientar a necessidade de uma interpretação cuidadosa sobre os aspectos culturais da sociedade em foco, devido ao seu sentido fluido. Macedo (2014) nos traz, também, a importância de um estudo etnográfico embasado na experiência e nos múltiplos olhares sobre esta. Dessa maneira, analisando o discurso e as relações de poder presentes no texto governamental, possibilitou compreender os mecanismos de produção e elementos que, na ordem do saber, contribuem para estabelecer as relações de poder entre os interlocutores.

Assim, a tônica deste trabalho é que os textos são recebidos por indivíduos que estão sempre situados em contextos sociais e históricos específicos, que se caracterizam por relações de poder e por um acesso diferenciado aos diversos

discursos produzidos institucionalmente. Entendendo que esses grupos, com suas histórias, suas resistências e lutas também precisam ser ouvidos, quando da elaboração de políticas públicas que sejam a eles direcionadas ou que possam impactá-los de alguma maneira, já que são povos tradicionais com suas formas próprias de viver e se relacionar com a natureza. Ser ouvidos não com o olhar do colonizador e intervencionista, mas com o olhar a partir do local, do que esses povos realmente desejam e necessitam.

A análise dos dados foi realizada com base na Análise do Discurso da linha francesa. A importância da Análise do Discurso, neste trabalho, relaciona-se à compreensão dos elementos implícitos nos documentos governamentais. Analisar o discurso, nesse caso específico, é um exercício que remete ao texto como elemento rico de significados, entendendo que todo texto é uma rede que, com seus pontos de nós, se articula e articula diversos campos do saber e modos de se organizar socialmente, e, que, através dele, não há como escaparmos da trama histórica da linguagem. O interesse em estudar o texto do programa através da AD germinou, porque através dos pressupostos dessa corrente, nos apropriamos de elementos consistentes para realizar o estudo de interpretação e compreensão pelo qual o discurso está sendo praticado, para compreender, a partir do próprio discurso do PBA 12, como ele produz sentido, principalmente, para os destinatários.

A presente Dissertação apresenta-se em cinco capítulos, começando com esta Introdução. No segundo capítulo, discute-se “o campo e o objeto da pesquisa”, abordando os povos indígenas no médio São Francisco, sua história, sua trajetória ao longo do tempo. Em seguida, trato, especificamente, do povo Truká e suas particularidades. Na sequência, apresento o Projeto de Integração (PISF) e uma abordagem dos seus principais pontos. O terceiro capítulo abrange os pressupostos metodológicos que foram fundamentais para alcançar os resultados desejados. São explicitados os aspectos que fazem essa pesquisa aproximar-se do campo da etnografia e os instrumentos utilizados, assim como uma descrição do campo e dos atores (aldeia Truká e os entrevistados). Apresento também o método escolhido para a análise dos dados, que é a AD.

No quarto capítulo, apresentam-se as principais impressões desta pesquisadora na ida ao campo de pesquisa, com base nas observações e no caderno de campo (diário de bordo).

No quinto capítulo, são apresentadas as análises dos dados após a imersão no campo e nos textos do programa, relatando as relações de poder presentes e ressaltando a imagem que o locutor deixa transparecer em seu discurso e que se constitui como parte da encenação para então confirmar os pressupostos do programa, relatando as relações de poder presentes e onde identifico a imagem que o locutor deixa transparecer em seu discurso e que se constitui como parte da enunciação desde que, em vista da realização desta pesquisa, comecei a trilhar os caminhos do campo da pesquisa – os Povos Indígenas do Médio São Francisco.

2. CAMPO E OBJETO DA PESQUISA

Cumprindo o objetivo de situar historicamente o grupo social com o qual foi desenvolvida a pesquisa, neste capítulo, apresento aspectos históricos e culturais dos povos indígenas que constituem a Etnia Truká, e também de outros povos que formam a população indígena desse território. Em seguida, apresento, também, o PISF e suas especificidades, como objeto de estudo junto ao povo Truká.

Para adentrar ao cotidiano dos povos tradicionais, não se pode ignorar suas lutas desde a invasão dos portugueses, no século XVI, que, ao explorar as terras e as riquezas existentes, consideraram os indígenas como seres desprovidos de qualquer conhecimento, crença e estrutura organizacional, adotando contra estes povos, medidas escravocratas e exterminacionistas.

Munduruku (2012, p. 27) lembra que:

O primeiro modelo colocado em prática desde a chegada dos europeus é conhecido como o paradigma exterminacionista, e seu objetivo era a destruição em massa dos povos Indígenas. Tal política era assim desfechada porque era senso comum à época dizer que os nativos que aqui habitavam, não tinham alma, e como tal, qualquer carnificina cometida, era devidamente perdoada por Deus através da igreja.

No entendimento do contexto dos povos indígenas que constituem também os povos tradicionais do Semiárido nordestino, e, notadamente, o médio São Francisco, dialogamos com estudiosos que se dedicam a estudos similares, tais como Carneiro (2005), Freire (2015), Ribeiro (2004) e Munduruku (2012). Este último autor, em especial, por ser um intelectual indígena e por ver os povos tradicionais com o olhar de quem enxerga as suas necessidades, de respeito a sua cultura, direito à educação indígena, à saúde, ao reconhecimento de suas terras, às nuances da cultura como ela realmente é. Assim como Munduruku, estes autores confirmam que o contato com as

diversas etnias, a evangelização pela catequização dos jesuítas, alteraram o fluxo dessas populações.

A catequese e a educação ministradas aos povos indígenas significaram, na verdade, uma outra forma de violência para esses povos, configurada pela imposição de valores sociais, morais e religiosos, acarretando a desintegração e conseqüente destruição de incontáveis sociedades indígenas, o que caracteriza o etnocídio, um processo diverso do genocídio, porém com resultados igualmente nefastos para os povos dominados (MUNDURUKU 2012, p.29).

O conquistador europeu permitiu-se dominar os territórios ocupados pelos indígenas e submetê-los à sua lógica, usurpar suas riquezas, escravizá-los e roubar-lhes o direito ao território, utilizando de variadas formas, cruéis e desumanas, dizimando os que resistiam e não se permitiam escravizar, gerando um dos maiores genocídios da história da humanidade. “O paradigma exterminacionista, marca, portanto, um longo período histórico no qual predominou a violência física, concretizada em práticas genocidas, legalmente, autorizadas pelo governo português” (MUNDURUKU 2012, p. 28). Muitas guerras e expedições foram executadas no período colonial contra as populações indígenas, principalmente, tendo como alvo aqueles que resistiam à submissão e defendiam seus territórios. Para justificar estas intervenções, o colonizador apontava a necessidade da evangelização. A catequese e a educação ministrada a esses povos foram mais um tipo de violência, através da imposição social, moral e religiosa, provocando a desintegração e a destruição de inúmeras sociedades. Nesse viés, Freire explica que:

E então, entre os caminhos, alguns missionários encontravam desvios por onde uns seguiam a princípio com o intuito de atingir mais rápido e eficazmente seus objetivos, “ansiosos pela colheita de almas para Deus”, inquietos por conquistarem cada palmo de chão e cada recanto das consciências dos grupos humanos que iriam contatar (FREIRE 2015, p.32).

Vale lembrar que estas populações foram levadas a permanentes migrações, desestruturas sociais e reterritorialização ao longo dos 500 anos de contato com europeus e da sociedade nacional. Para podermos entender esses grupos é necessário, primeiro, explicitar as questões presentes na história da colonização, compreender as práticas instauradas e suas conseqüências, pois negaram sua história, a cultura, a religião, os costumes e os valores. E, quando eles aparecem nos relatos, é de forma estereotipada e etnocentricamente, construída numa imagem

genérica e a serviço dos interesses políticos, religiosos e econômicos da sociedade dominante (CARNEIRO, 2012; 2015).

Figura 2. Instrumentos produzidos pelo grupo.



Fonte: Lidiane Cavalcante 2016.

De acordo com Manuela Carneiro (2015), estes grupos vivem um constante estado de luta e superação. Ela contradiz os registros, relatos e livros que tratam sobre o descobrimento português, através do olhar do conquistador. A historiografia brasileira é farta quanto a esses fatos, tratando-os como símbolo de progresso e de civilização. Nessa lógica, os acontecimentos e práticas são enaltecidos como feitos importantes para o crescimento e desenvolvimento da humanidade, justificando, assim, a invasão, o extermínio, a escravização, a imposição de valores e costumes. “Em suma, o que é hoje o Brasil Indígena, são fragmentos de um tecido social, cuja trama, muito mais complexa, abrangente, cobria o território como um todo” (CARNEIRO, 2015). Usurparam suas terras, sua história foi alterada, sua cultura e reduzida a uma lembrança uma vez ao ano, quando se comemora o dia 19 de abril², sem reforçar o significado da data.

² O dia 19 de abril foi escolhido como data para se comemorar a cultura indígena em homenagem ao Primeiro Congresso Indigenista Interamericano, que ocorreu em 19 de abril de 1940.

2.1 OS POVOS INDÍGENAS DO MÉDIO SÃO FRANCISCO

Os indígenas habitantes desta região do território semiárido nordestino já foram descritos por estudiosos como Halfield, engenheiro que D. Pedro II mandou vir para fazer o levantamento topométrico do Rio São Francisco. Conforme Andrade (2012), esse enviado do rei refere-se à Vila de Pambu ou Freguesia de Santo Antônio de Pambu. Na notificação enviada ao rei, ele relata cerca de 30 casas, em estado de abandono naquele lugarejo. Andrade (2012) considera que, ainda no século XIX, essa população já sofria os impactos das ações governamentais.

Em Pambu, as autoridades deixaram de ver índios depois de decretarem, em 1746, a extinção do aldeamento da Imaculada Conceição do Pambu. Provavelmente seguiu-se a este ato oficial a desobstrução das terras para o avanço dos currais de bois e o êxodo dos índios para áreas adjacentes. Os fluxos migratórios de populações indígenas desaldeadas no vale do submédio Rio São Francisco seguiam, via de regra, dois rumos: as serras ao sul de Pernambuco – onde se refugiavam aquelas populações que conseguiam escapar da espada e da cruz – e demais aldeamentos da região mantidos a fim de receberem o contingente das missões extintas (ANDRADE 2012, p.84).

O autor documenta também que aldeamentos multiétnicos “eram frequentes em todo o sertão do Nordeste, pois atendiam ao duplo intuito de reduzir as terras indisponíveis e maximizar o controle sobre a população aldeada” (idem). O aldeamento forçado era, pois, uma maneira de disponibilizar terras indígenas para a ampliação do latifúndio nessas áreas, ao mesmo tempo fazendo a fusão de grupos étnicos que, muitas vezes, resultava em conflitos, deixando-os ocupados com essas questões e, portanto, menos envolvidos com a luta pela terra. O mesmo autor assegura que dessa forma se produziram “identidades difusas sob o rótulo geral de caboclos” (ANDRADE, 2012).

[...] a presença de aldeamentos multiétnicos na porção do submédio Rio São Francisco, notadamente na ilha de N. Sra. da Assunção (pelo menos a partir da segunda metade do século XVIII), definiu de forma bastante peculiar quadros locais de identidades de referência cabocla em franco processo de, assim por dizer, fracionamento étnico. Refiro-me ao longo processo histórico de “desmistura” pertinente ao aldeamento multiétnico da Ilha do Pambu (posteriormente Ilha de N.

O objetivo deste congresso era de reunir os líderes indígenas das diferentes regiões do continente americano e zelar pelos seus direitos. No Brasil, esta data foi oficializada através do decreto-lei nº 5.540, de 2 de junho de 1943, com assinatura do então presidente Getúlio Vargas.

Sra. da Assunção) que ocasionou, até o momento, os índios truká e tumbalalá (ANDRADE 2012, p. 186).

Outro registro importante trazido por Andrade (idem, com base em Ferrari 1956a) é a missão jesuítica nessa região ocorrida em 1562, sob o comando do jesuíta Luiz de Gran, o qual empreendeu as primeiras tentativas de aldeamento de indígenas nesse sertão do vale sanfranciscano, mas não foi bem sucedido devido ao surto de bexiga, oriundo de Itaparica. Entretanto afirma que “a história de todo o submédio São Francisco ficou definitivamente marcada pelos aldeamentos subsequentes e pelos currais de bois que imputavam o inferno a índios e missionários” (ANDRADE 2012, p.186). O século XVI, além de outras formas de exploração dos recursos naturais das terras brasileiras, foi também marcado, nessa região, pela exploração do salitre, matéria prima necessária ao fabrico da pólvora preta, muito cobiçada então.

Acredita-se que todo o território banhado pelo Rio São Francisco tenha sido povoado por diversos grupos étnicos indígenas, muitos dos quais não há nenhum registro histórico escrito. A ocupação do sertão, como também afirma Andrade, exigia a “limpeza do território”. Essa “limpeza” significa o extermínio dos povos indígenas, dos muitos grupos étnicos que se espalhavam pelo sertão, como assim diz Andrade (2012, p 188):

A babilônia étnica que era o sertão é franciscano, nicho de inúmeros Povos, linguística e sociologicamente distintos entre si, agravou-se com a presença dos colonos que, não obstante frequentemente vissem nos “bárbaros do sertão” uma alteridade a ser eliminada, sabiam da necessidade de forjar alianças com os índios a fim de viabilizarem o projeto de colonização.

Para estudiosos como Andrade (2012) e outros, a colonização desse território teve como um dos seus pilares mais importantes o trabalho dos missionários católicos, que, por sua vez, representavam também os interesses de suas ordens religiosas, detentoras de fortunas, de terras e muito gado. Andrade, citando Rubert (1988) e Putoni (1998), descreve que o movimento missionário no submédio São Francisco entre os séculos XVII e XVIII teve, preponderantemente, a participação de quatro ordens: Jesuítas, Capuchinhos franceses e italianos, Oratorianos e Franciscanos.

Esses grupos empregaram esforços para a submissão (através do aldeamento) e o extermínio das populações indígenas deste território sanfranciscano, proporcionando ao latifúndio que pudesse se expandir ainda mais, em terras sertanejas. As “missões” eram espalhadas dos dois lados do rio, “nos lados pernambucano e baiano, havia as missões de São Pedro, São João Batista de

Rodelas, Imaculada Conceição de Pambu, Jacaré, Santo Crucifixo de Araripe, N. Sra. de Belém de Acará e São Francisco de Aracapá.” (ANDRADE 2012, p.186) nessa informação podemos imaginar a dimensão das populações indígenas nesse território, assim como a sistemática do extermínio ao qual foram submetidas.

Deve-se lembrar, também, da extensão dos domínios do português Garcia Dávila, que, se estendendo do litoral baiano ao sertão de Pernambuco e Piauí, incluindo-se o Oeste baiano, tinha grandes interesses nas terras sertanejas. Para exercer esse domínio, precisou, evidentemente, da colaboração das missões e dos missionários católicos.

Como documenta Andrade (2012), esse influente português não se deu por satisfeito com o trabalho dos missionários de Santa Tereza na região, alegando pouca presteza destes. Por isso representou junto à coroa contra a Ordem de Santa Teresa, ganhando. Logo em seguida, por decreto Real, os Teresos foram substituídos pelos Capuchinhos italianos, os quais cumpriam melhor as intenções da Coroa e os interesses da colonização, extermínio e submissão dos indígenas. Conforme considera Andrade (2012), fundamentado em outros estudiosos, “os antigos habitantes do interior do Nordeste formavam um mosaico de línguas e culturas de difícil classificação, complexificado pelos contatos frequentes com povos tupi e caribe e pelas consequentes migrações territoriais” Entre essas famílias linguísticas têm destaque os Jê e os Cariri. Esses grupos etnolinguísticos eram considerados por estudiosos como Tapuias, em oposição aos Tupi que habitavam a faixa litorânea. Entretanto, para o mesmo autor, essa é uma definição genérica, tanto que não abarca a complexidade das etnias e de seus falares, que eram muito diversificados.

Andrade (2012), com base em FERRARI (1956), relata que a área hoje ocupada pelas etnias Truká e Tumbalalá era, anteriormente, onde se fixaram os Cariri, que alguns consideram seus antepassados. Essa área ia do “recôncavo baiano mais interiorano até as proximidades de São Luís, no Maranhão [...] abrangendo, praticamente, a totalidade dos estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Ceará”. Ferrari (idem) também relata que os primeiros contatos efetivados com esses povos desde o século XVI, provocaram impactos profundos causados pelas “expedições de extermínio de índios e busca pelas minas de ouro, colonização e implantação de currais de bois, bandeiras, caça e escravatura dos índios, fundação das missões, guerras em geral e cruzadas de pacificação”.

De todas as informações apresentadas pelos etnógrafos e outros estudiosos que se dedicaram a conhecer a história dos povos indígenas do submédio e do médio São Francisco, resultam claramente duas questões: Primeiramente, que o massacre sistemático às populações nativas desse país e desse território se perpetuou, e, ainda hoje, está em curso, mesmo quinhentos anos depois da chegada dos portugueses. Em segundo lugar, percebe-se que os grupos e etnias indígenas, embora desde esse tempo tendo sido atingidos por projetos implementados pelos poderes dominantes, e mesmo reduzidos numericamente, têm conseguido resistir e continuar o enfrentamento a essas forças contrárias à manutenção da sua vida e existência como povo.

2.2 OS TRUKÁ, SUA CULTURA E TERRITÓRIO: UM PERCURSO HISTÓRICO

Os Truká, povo conhecido pela coragem de manter o enfrentamento com o governo e outros agentes em defesa de seus direitos, têm sua história nas muitas situações de massacre ocorridas ao longo dos últimos séculos, conforme foi explanado acima. Para uma melhor compreensão desse povo, apresento sua história, seus costumes e sua cultura a partir da perspectiva das lideranças Truká, que tem em sua gênese um histórico de luta étnica e resistência, como é contada de fato por eles. Atualmente, no grupo composto por uma população estimada de 6.606, distribuídos em 25 aldeias, é bastante notória sua força política. Existe uma luta material e simbólica expressiva que está longe do fim. Como apresenta Florêncio (2016, p. 56):

O grupo étnico que contemporaneamente se reconhece como Truká habita as margens do Rio São Francisco em sua região intermediária, denominada Médio São Francisco, e, mais especificamente no Submédio São Francisco, que compreende a região entre o Lago de Sobradinho e as barragens de Paulo Afonso, na Bahia, que se localizam as quatro aldeias Truká, assim denominadas: Aldeia Camixá do Povo Truká, em Sobradinho-BA, Aldeia TrukáTupan, em Paulo Afonso-BA, Aldeia Truká Tapera, no município de Orocó-PE, e Aldeia Truká da Ilha da Assunção em Cabrobó-PE.

Diante do contato com o Truká, Batista (2008, p.01) diz que o grupo:

(...) instaurou uma busca pelo reconhecimento dos seus direitos, junto ao estado brasileiro, desde o início da República e que só conseguiu garantir o reconhecimento da identidade e dos direitos territoriais, mesmo que ambos ainda parciais, na década de 1980. A partir do movimento chamado 'retomada'. Em 1999, os Truká obtiveram da Funai a criação de um Grupo Técnico (GT) encarregado do reestudo da Terra Indígena. Com a aprovação do relatório circunstanciado, a terra indígena proposta estaria, finalmente, se realizando.

Ainda, segundo as leituras realizadas, ao longo da colonização, o povo Truká resistiu a vários conflitos de origem étnico-cultural, fundiário, socioambiental. Isso levou a perdas de espaços territoriais e populacionais associados a outros agravos relacionados à questão de saúde, educação, moradia, subsistência e cultural. Nos estudos sobre as identidades e suas transformações mediadas pelos fatores geopolíticos e outros, Stuart Hall (2006) compreende que o sujeito que, até então era visto como unificado, tornou-se fragmentado, as identidades tornam-se descentradas, deslocadas.

Figura 3. Toré aberto realizado na AldeiaTruká de Cabrobó.



Fonte: Lidiane Cavalcante 2016.

Mesmo que, na era colonial, fossem criadas inúmeras justificativas ideológicas para a opressão do colonizador europeu, esses povos apresentam uma grande riqueza cultural, o que proporciona condições para a sobrevivência de seus sistemas culturais, educacionais e políticos. Os Truká sofreram e sofrem inúmeras influências da “cultura do homem branco”. Nesse aspecto, identificamos um paradigma apontado por Geertz (2008): se os símbolos sagrados funcionam para sintetizar o *ethos* de um povo, a qualidade de vida, seu estilo e suas disposições morais e estéticas, sua visão de mundo, qual cenário os Truká trazem do que são as coisas na sua atualidade, quais as suas ideias abrangentes sobre ordem?

Figura 4. Preparação da Terra para o plantio na Aldeia Truká.



Fonte: Lidiane Cavalcante 2016.

Podemos observar que grande parte dos territórios indígenas está em constante conflito de interesse de terras, seus direitos são violados por particulares e por obras que muitas vezes não respeitam a legislação e, quando respeitam, não dialogam. Eles, por sua vez, reivindicam o direito de decidir pelo seu futuro e participar das decisões que os afetam (CARNEIRO, 2015). A historiografia oficial tenta justificar tais políticas através do argumento de que eram indolentes e preguiçosos, que não gostavam de trabalhar e apresentava a violação à organização social e a soberania dos povos. O território tradicional dos nativos, segundo Hall (2006), foi violado e esvaziado pelos colonizadores, e, para muitos, a terra torna-se irreconhecível, já para outros, essa experiência diaspórica interrompeu elos naturais e espontâneos que antes existiam.

Figura 5. Cacique Neguinho Truká.



Fonte: Lidiane Cavalcante 2016.

De acordo com o Cacique Neguinho Truká, o povo Truká teve o seu reconhecimento em meados de 1947 com os 6.200 hectares de terra na Ilha Grande e mais 84 Ilhotas que correspondem ao arquipélago da Assunção.

Nós temos 25 aldeias só dentro da Ilha Grande, que é a Ilha de Assunção, e aí a gente tem as ilhotas do arquipélago da Ilha que são mais três aldeias e temos o continente que é a terra da margem do Rio pequeno que divide com o Estado de Pernambuco, aqui a gente está entre Pernambuco e Bahia. E na retomada do outro lado a gente tem mais quatro aldeias. Então geograficamente a gente se divide em dois cacicados com 25 lideranças, conselho de saúde, conselho de educação, grupo de jovens e conselho interno de pajelança (CACIQUE NEGUINHO TRUKÁ, 2017).

Ainda, segundo o Cacique Bertinho, os Truká são descendentes da nação Cariri e Tapuia que habitava todo o Nordeste brasileiro, e são divididos em três grupos étnicos: Povo Truká da Ilha da Assunção, em Cabrobó-PE; Povo Truká da Tapera, em Orocó-PE, Povo Truká em Sobradinho-BA e na região de Paulo Afonso-BA. Com uma organização própria dentro da comunidade, o povo Truká estudado, é distribuído em três áreas chamadas de: Retomada, Caatinga Grande e Ponta da Ilha que é constituída pelas lideranças Caciques, Pajé, Conselheiros, Conselheiras e Capitão. As áreas da Retomada e Caatinga Grande são lideradas pelo Cacique Neguinho, já a

área da Ponta da Ilha é liderada pelo Cacique Bertinho, eleito pelo povo através de voto, o mesmo é filho do Cacique Dão, que é, também, filho do antigo Cacique Sr. Quinca. Os dois caciques assumem a liderança com autonomia e união.

Figura 6. Ponte que interliga a Ilha de Nossa Senhora de Assunção à cidade de Cabrobó-PE.



Fonte: Lidiane Cavalcante 2016.

No trabalho de pesquisa desenvolvido pela antropóloga Mércia Batista (2005), ela constata que não existe uma data exata da fundação do aldeamento Truká, mas, possivelmente, aconteceu no ano de 1722 (BATISTA, 2005), e foi nomeado como Vila em 1761. Com a constituição e desmembramento em 1850, a partir da Lei de Terras, no século XIX, a Grande Ilha de Nossa Senhora de Assunção tornou-se patrimônio da Igreja Católica, registrada no Cartório de Belém do São Francisco, pelo Bispo do município de Pesqueira, que se apresentou como representante legal de Nossa Senhora Rainha dos Anjos na Terra, afirmando que os índios tinham doado a terra para a Santa.

O nosso povo foi reconhecido no ano de 1972. Em 1973, foi reconhecido o território da gente, da Ilha e do arquipélago, deixando de fora, toda a terra do continente, aqueles aldeamentos que existem lá e que hoje a gente ainda luta para demarcar. A Ilha Grande tem 6.200 hectares. A gente tem 84 Ilhotas que somam aproximadamente 3.000 hectares e lá no continente tem 11 mil e 52 hectares que é onde está o eixo Norte da transposição e é bem na região da obra. A gente pega lá da obra até a boca do braço aqui embaixo, toda essa margem à frente da ilha aqui (CACIQUE NEGUINHO TRUKÁ, 2017).

De acordo com estudos da antropóloga Eliane Monteiro (2008), o reconhecimento do Povo e do território tradicional Truká aconteceu por volta de 1947, quando o Governo Federal, representado pelo Marechal do Exército Brasileiro, o Exmo. Sr. Cândido Mariano da Silva Rondon, que enviou o antropólogo Tubá Viana para elaborar um relatório antropológico que legitimasse o reconhecimento oficial do Povo Truká, pelo Governo Federal e com a criação do SPI - Serviço de Proteção ao Índio, hoje instituído Fundação Nacional do Índio – FUNAI, garantir assistência aos povos. “Documentos oficiais da época do império, ou seja, do ano de 1619, já identificavam a existência do Povo Truká, ocupando as Ilhas e Ilhotas do médio e submédio São Francisco” (MONTEIRO, 2005).

2.3 O PROJETO DA TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Antes de apresentar o Projeto de Integração do São Francisco, é importante situá-lo com suas particularidades no Semiárido Brasileiro - SAB, como um grande projeto governamental, objeto de inúmeras críticas dos setores organizados da sociedade, devido, principalmente, ao seu grande impacto sobre as populações tradicionais e ao meio ambiente.

As discussões em torno dos problemas do Semiárido Brasileiro estão se consolidando e se efetivando nos vários campos do saber e da sociedade. As populações que habitam este território têm um histórico de lutas por conquistas de espaço e dizi/visibilidade, resultado de exclusões que se alastram desde os tempos da colonização europeia, que adotou um regime escravocrata, de exploração de bens materiais e humanos. Uma região carente de investimentos que sofreu e sofre influências dos interesses de determinados grupos e momentos históricos. O Semiárido Brasileiro teve sua primeira significação na delimitação oficial do chamado “Polígono das Secas”, criado em 1936 e revisado em 1951, que constituía na definição territorial das áreas sujeitas a períodos longos de estiagem.

Até meados de 1910, o nordeste não existia. Ninguém pensava em Nordeste, os nordestinos não eram percebidos [...] as elites locais não solicitavam, em nome dele verbas ao Governo Federal para resolver o problema da falta de chuvas, da gente e do gado que morria de fome e de sede (ALBUQUERQUE 2011, p.13).

Para Albuquerque Jr. (2011), são vários os momentos e movimentos que contribuíram para a “dizibilidade” e “visibilidade” que se formaram sobre esse território, tendo como reflexo de suas construções e estereótipos, intenções políticas e lutas de poder. Um espaço mítico, visto como “terra da seca, do cangaço, do coronel e do profeta. A negação do Brasil verde, do Brasil aquático, do Brasil de jardins amáveis. Terra angustiada pelo sol, gretada pela decomposição violenta, esboronada, desfazendo-se nos pés dos redemoinhos” (ALBUQUERQUE JR, 2011, p. 134).

Tais discursos estão presentes na reprodução destas imagens e símbolos ligados à região, muito visíveis no universo simbólico. E estas preocupações relacionadas ao uso da água no nordeste brasileiro têm um importante papel na criação e implantação de políticas públicas sociais voltadas a resolver o problema da fome, da miséria e da escassez de água. Entretanto, nunca de maneira efetiva, surgindo sempre como instrumento de manipulação política de coronéis e outros mandatários políticos que sempre se aproveitaram da seca como meio de dominação do povo.

Por décadas, surgiram inúmeras ações, sem resultados duráveis. Elas vão desde a criação de novas tecnologias e práticas de convivência com o Semiárido até a execução do Projeto da Integração da Bacia do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF). De um lado, os movimentos populares e sociais buscam apresentar alternativas sustentáveis como a cisterna para armazenar água da chuva, as cisternas-calçadões e outras. Do outro, as políticas públicas dos governos sempre apresentam obras de grande impacto, mas que não têm como interesse de fato a convivência do homem com a sua terra, adaptando-se ao meio e buscando alternativas para utilizar água do subsolo e das chuvas.

O projeto da transposição (nomeado de Integração das bacias como um “eufemismo”), tem esse caráter, de uma obra grandiosa onde são investidos, até então, mais de 8 bilhões de reais, sem que tivessem sido ouvidas as populações das comunidades impactadas, que propõem outras formas de utilização e gerenciamento de recursos hídricos possíveis. Uma das grandes motivações para a crítica ao projeto é a situação de degradação em que o rio São Francisco se encontra, fato visível no baixíssimo volume do reservatório da usina hidrelétrica de Sobradinho, ano a ano, amplamente noticiado. Isso, sem falar na diminuição dos peixes e sobre a poluição recebida nas cidades por onde o rio passa.

Figura 7. Trecho da obra Eixo Norte situado ao lado da Aldeia Truká.



Fonte: Lidiane Cavalcante 2016.

O projeto que está sendo executado é a maior obra de infraestrutura hídrica do País. Foi concebido em 1985, pelo DNOS – Departamento Nacional de Obras e Saneamento, órgão extinto, e em 1999 foi transferido para o Ministério da Integração Nacional (MI). De acordo com estudos e avaliações técnicas, realizados pelo MI, que gerou o Relatório de Impacto Ambiental (Rima), o PISF foi a alternativa em termos de estrutura mais viável apresentada para o fornecimento adequado de água à região Nordeste. A obra da transposição começou, de fato, há onze anos, em 2007, mas os estudos para trazer água para o Nordeste já existiam desde antes de o País vira ser República (BRASIL, 2012).

Segundo Carlos Fioranti (2016), registros históricos indicam projetos e estudos sobre o Rio São Francisco ainda no período em que Dom Pedro II governava o Brasil, no entanto, estes projetos não avançaram por conta de limitações técnicas e da prioridade dada pelo governo imperial às construções de ferrovias. Em 1889, após a Proclamação da República, o desejo de transpor águas do São Francisco manteve-se. As discussões em torno da transposição foram retomadas nos governos de Getúlio Vargas (1930-1945), João Figueiredo (1979-1985) e Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), mas ainda não foram executadas devido a divergências técnicas. Somente a partir da administração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), o projeto tornou-se prioridade de governo, tendo continuidade na gestão da

presidente Dilma Rousseff (2010-2016). Com o impeachment de Dilma, o presidente Michel Temer deu prosseguimento às obras, com previsão de conclusão para o final de 2017.

Figura 8. Mapa da Bacia do Rio São Francisco.



Fonte: Lidiane Cavalcante 2016.

O PISF está inserido nas políticas de enfrentamento à “seca”, que afeta o nordeste semiárido, dentro da Política Nacional de Recursos Hídricos e pretende, a partir de dois pontos de captação (eixo Norte e eixo Leste), transportar, em 477 quilômetros de extensão, águas do “Velho Chico”, como é carinhosamente chamado pelos ribeirinhos, para garantir abastecimento hídrico, até 2025, a cerca de 12 milhões de habitantes, de pequenos, médios e grandes municípios que, juntos, totalizam 390, da região semiárida dos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte; através das Bacias do Agreste em Pernambuco, Jaguaribe, Metropolitanas no Ceará, Apodi, Piranhas-Açu no Rio Grande do Norte, Paraíba e Piranhas na Paraíba. O projeto prevê a retirada de $26,4\text{m}^3/\text{s}$ de água, o equivalente a 1,4% da Barragem de Sobradinho na Bahia (Brasil, 2012).

Figura 9. Trecho da Obra eixo Norte.



Fonte: Lidiane Cavalcante 2016.

O PISF está inserido nas pautas de discussões ambientais e sociais da obra, popularmente, conhecida por “transposição do Rio São Francisco”, já que é um dos rios mais importantes do Brasil. Descoberto em 1502, tem o título de Rio da Integração Nacional, por percorrer seus 2,7 mil km de extensão ligando o Sudeste, ao Centro-Oeste e Nordeste. Desde a sua nascente na Serra da Canastra, em Minas Gerais, ele banha cinco estados brasileiros (Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe), dividido em quatro áreas: o Alto São Francisco, com suas nascentes em direção a Pirapora, em Minas Gerais; o Médio, de Pirapora até Remanso, na Bahia; o Submédio, de Remanso até Paulo Afonso, também na Bahia; e o Baixo, de Paulo Afonso até a foz, na divisa dos estados de Sergipe e Alagoas, onde deságua no Oceano Atlântico (Brasil, 20012).

2.4 O PROGRAMA DE APOIO AOS POVOS INDÍGENAS (PBA 12)

Muito tem sido discutido sobre os impactos provocados por grandes projetos econômicos, tais como a construção de usinas hidrelétricas sobre as populações

indígenas, o que repercute na sua manutenção material (caça, pesca, coleta de frutos) e nas suas práticas ritualísticas, o que atinge suas vidas imateriais. Dentro da complexidade de relações entre os povos indígenas e a natureza, observa-se que as obras da transposição estão deixando um prejuízo de grande extensão para esses povos; porém, no discurso oficial presente nos documentos do Projeto, o governo procura minimizar as consequências, oferecendo “compensações”.

Segundo informações do Ministério da Integração, a partir do Censo de 2010, mais de 18 milhões de pessoas habitam a área da Bacia do São Francisco. Além da execução das obras, o MI executa 38 planos/programas ambientais. Através do reconhecimento de que toda obra causa impactos, seja de ordem estrutural, cultural, ou social à população afetada direta e indiretamente. O décimo segundo Subprograma de Apoio aos Povos Indígenas (PBA 12) foi concebido para dar assistência aos povos tradicionais Truká, Pipipã, Tumbalalá e Kambiwá, com o objetivo de diminuir e compensar os possíveis impactos negativos decorrentes da execução das obras do PISF aos povos indígenas localizados nas proximidades de sua Área Diretamente Afetada – ADA. De acordo com o programa, a proposta fundamenta-se na reafirmação dos direitos indígenas sobre as terras que habitam e na competência da União de demarcá-las, proteger para fazer respeitar os seus direitos de acordo com a Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 2012).

No programa, os autores constatam que é necessário compensar e mitigar os impactos que aparecerem durante o período de construção do canal, Brasil (2011, p. 05).

Ressalta-se que a referida necessidade de compensação e mitigação de impactos decorre do fato de que durante o período de construção do canal, em função do volume de obras previstas, preveem-se algumas interferências negativas passíveis de ocorrência com os povos indígenas, tais como o risco de acidentes, uma vez que a instalação de canais de adução em região próxima às áreas indígenas resultará na intensificação do tráfego, ou seja, no maior fluxo de veículos; o aumento da possibilidade de acesso à área por pessoas que desconhecem as especificidades culturais dos indígenas, podendo propiciar situações de desajustes sociais, tais como, alcoolismo e prostituição, uso e tráfico de drogas ilegais; o aumento de doenças infectocontagiosas, como malária, dengue, DST e AIDS; valorização da área próxima aos canais em função da disponibilidade de água, aumentando a pressão econômica sobre as terras indígenas ainda não demarcadas.

Figura 10. Rio São Francisco.



Fonte: Revista Educar, 2014.

Assim, os empreendedores preveem a ocorrência de interferências negativas aos povos indígenas, pela dimensão da obra, já que tem um aumento de acesso à área por pessoas que ignoram a cultura destes povos, podendo gerar as situações de desajustes sociais; aumento de doenças infectocontagiosas e a valorização da área próxima aos canais em função da disponibilidade de água, aumentando, de certa forma, uma pressão econômica sobre as terras indígenas que ainda não foram demarcadas (BRASIL, 2012). No programa, prevê-se, também, o suporte técnico e financeiro às comunidades atingidas, através de apoio e alternativas de produção, além de capacitações para o desenvolvimento de atividades artesanais e intervenções nos serviços sanitários e de saúde.

(...) justifica-se a necessidade de desenvolvimento de ações junto aos povos Truká, Kambiwá, Pipipã e Tumbalalá em dois eixos, sendo um deles voltado à implantação de infraestruturas residenciais e sociais e apoio na regularização fundiária e, o segundo relacionado com o desenvolvimento de ações de formação em organização social e gestão produtiva (BRASIL, 2011, p.05, p.6).

Uma reivindicação desses grupos sociais é que os executores da Obra e as entidades que atuam no apoio a essas populações, a exemplo da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, devem atentar-se aos fatores que comprometem tais povos, conhecendo o contexto e identificando as necessidades reais das populações

afetadas. Munduruku (2012), escritor indígena brasileiro, relata que, ao descobrir a existência da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que regula a situação jurídica dos silvícolas e das comunidades indígenas, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional, identifica que existe uma distância muito grande com relação a direito indígena e a consciência indígena. Faz, inclusive, uma crítica à FUNAI, órgão que ele define como paternalista e assistencialista, ainda na concepção eurocêntrica de que o indígena era considerado um ser incapaz. Para ele, o Estado tem a concepção de que o indígena é recluso e deve estar assujeitado às leis.

O ponto de captação do Eixo Norte, tem 260 km de extensão, em fase de conclusão, com 97% da obra concluída (previsão para julho de 2018 levar água do Rio São Francisco para mais de 390 municípios dos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte) e alguns trechos dos canais estão situados no território indígena Truká, em Cabrobó-PE. O grupo já tem espaços demarcados e outros são reivindicados por eles.

Figura 11. Capa ilustrativa do Programa de apoio aos povos Indígenas.



Fonte: Ministério da Integração Nacional (2011).

O texto do Programa de Apoio aos Povos Indígenas apresenta uma parte de um *Corpus* maior, formado por 38 programas ambientais, referentes ao PISF. Instituído, inicialmente, em 2005, pelo Ministério da Integração Nacional, o texto do PBA12 constitui uma reestruturação do Programa de Desenvolvimento de

Comunidades Indígenas que, de acordo com seus autores, surgiu de uma necessidade de readequação para atender às solicitações da FUNAI e dos povos indígenas Truká, Pipipã, Tumbalalá e Kambiwá, que estão aldeados nas terras de influência direta do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF. Assim, o documento justifica sua existência afirmando que, para atender às demandas destes povos, foram constituídos dois subprogramas, o Subprograma de Apoio aos Povos Indígenas e o Subprograma de Capacitação em Organização Social e Gestão Produtiva, passando a ser denominado de Programa de Apoio aos Povos Indígenas, em junho de 2011.

Disponibilizado através do domínio público pela Web, no programa em questão, o leitor vai se deparar com uma narrativa que estabelece duplo sentido, o primeiro de informar o que contém no documento e o objetivo de sua existência, ao mesmo tempo em que ele se justifica e se institui como verdade. A sua estrutura é composta por 85 páginas e está organizada em introdução, justificativa, histórico, objetivos, público alvo, metodologia, monitoramento e avaliação, elementos de custo, articulação institucional, integração com outros programas ambientais, legislação aplicável a requisitos legais e referências bibliográficas. Seus autores são denominados de responsáveis técnicos que compõem um grupo multidisciplinar de psicólogos, engenheiros agrônomos e ambientais, pedagogo, jornalista, e cientistas de educação e da linguagem.

Melhor dizendo, nesse contexto podemos observar, por exemplo, que a marca discursiva “reduzir impactos” é representada no texto como a aceitação de que os impactos existem, mas podem ser “compensados” com aquisições materiais e intelectuais, o que pode instigar os atores diretamente afetados a ocupar um lugar de resistência ou aceitação. Essas materialidades discursivas concebem elementos das reflexões levantadas nos *corpora* do projeto que tem a finalidade de colaborar com a reconstrução ideológica, sócio-histórica dos sinais de significação do saber discursivo que circunda entre os aldeados em suas práticas sociais e que se legitimam nos contextos de enunciação mobilizados pelo interdiscurso (CHARAUDEAU, 2008).

3. PERCURSO METODOLÓGICO

Considerando que os discursos são particulares, uma vez que os sujeitos enunciam suas visões de mundo e suas ideologias implícitas em seu enunciado, neste

estudo, identificamos os sujeitos, as argumentações, as subjetividades e a construção da realidade. Identificando, também, as relações estabelecidas entre a língua e os sujeitos (emissor e receptor), pois a língua não se faz de forma unilateral, já que a comunicação é a interação entre o emissor e o receptor, sendo necessário identificar as argumentações e as ideias que as empregam e as situações em que se desenvolve o discurso, de forma subjetiva e ou objetiva.

Ao buscar analisar o texto para apresentar a presença de subjetividades no programa, constata-se, pelo que é postulado por Dominique Maingueneau (1997) e Patrick Charaudeau (2008), os enlaçamentos no texto do Programa, os processos pelos quais o texto de uma formação discursiva reflete a própria enunciação. A noção de discurso apontada por Maingueneau (1997) pode ser entendida através da superfície discursiva de Pêcheux que determina o conjunto de enunciados realizados a partir de uma posição, podendo, também, ser interpretada como o sistema de restrições que deixa analisar a especialidade da superfície discursiva. Para o autor, o mesmo sistema de restrições não serve para explicar um determinado *corpus*, mas as competências, o conjunto de regras que podem produzir enunciados, realizados ou não, a partir da posição enunciativa estudada.

Neste estudo, interrogamos os sentidos instituídos nas produções que aparecem verbalmente, mas também não verbais, identificando se o texto PBA 12 produz sentido para a sua interpretação, entrecruzando as séries textuais utilizadas, tanto orais, quanto escritas, imagens, as fotografias e as linguagens corporais. O suporte teórico, que embasou a pesquisa, pela filiação com a disciplina de interpretação da AD, articulando o linguístico com o social e a história, onde estudamos o texto, não o seu conteúdo enquanto forma linguística, mas enquanto forma material da ideologia de seus produtores.

A metodologia usada nesta investigação aproxima-se do método Etnográfico devido à necessidade de imersão para compreender a realidade em que a pesquisa acontece. Por ser um trabalho realizado mediante uma situação em que a tensão e o conflito são pautados no dia a dia. A presença na Aldeia é um momento marcado por grande expectativa, sendo possível ali não somente realizar entrevistas, mas além disso, ouvir, ver, participar, compreender determinadas situações que fora do *locus* não seria possível.

A pesquisa pode ser considerada, portanto, de viés etnográfico, concordando com Mattos (2011, p. 50) que declara ser esse tipo de pesquisa “um processo guiado preponderantemente pelo senso questionador...” cujos instrumentos de pesquisa muitas vezes precisam ser reformulados ou recriados para atender aos objetivos delineados. Isso, porque o trabalho de campo é dinâmico e apresenta nuances verdadeiramente surpreendentes. Mattos (2011, p. 22) resume bem o significado dessa abordagem:

A etnografia como abordagem de investigação científica traz algumas contribuições para o campo das pesquisas qualitativas, em particular para os estudos que se interessam pelas desigualdades sociais, processos de exclusão e situações sociointeracionais, por alguns motivos entre eles estão: Primeiro, preocupa-se com uma análise holística ou dialética da cultura, isto é, a cultura não é vista como um mero reflexo de forças estruturais da sociedade, mas como um sistema de significados mediadores entre as estruturas sociais e as ações e interações humanas.

A pesquisa, pelo caminho da etnografia, buscou o sentido do discurso para o povo indígena, a forma como esse povo interpreta e se coloca diante da proposta governamental expressa no Projeto (PISF), suas observações, os sentidos que são veiculados pela palavra. O senso questionador e a perspectiva participante foram elementos norteadores dos processos desenvolvidos para obter os dados ou informações relevantes, visando atingir o objetivo dessa pesquisa.

O termo etnografia é definido por Lapassade (1987) para designar um povo e uma cultura e, nas pesquisas etnográficas, é essencial a “observação participante”. Para ele, etnografia é um todo social realizado a partir da observação das pessoas, uma disciplina que se encontra pautada na coleta de dados, por meio da adoção de técnicas apropriadas no campo. A abordagem etnográfica associada à Análise de Discurso (AD) entrecruzam, dando acesso a métodos importantes para a interpretação dos textos sociais.

Essas considerações aproximaram o presente estudo da abordagem qualitativa, por apresentar um grande potencial analítico para examinar os fenômenos da interação discursiva. Na investigação qualitativa, os pressupostos teóricos são descobertos e formulados à medida que vamos a campo e apropriamo-nos de dados para serem analisados. Em busca por esses dados, e por tratar-se de uma pesquisa cujo objeto físico (texto) em um documento elaborado pelo governo federal contendo um programa governamental, desenvolveu-se ainda a pesquisa documental, com o intuito de conhecer detalhadamente o documento em pauta.

A junção da vertente etnográfica à AD e aos princípios da pesquisa documental não constitui um teste de teorias, mas uma busca por novas teorias empíricas aprofundadas. Para Gunzberg (2002), a pesquisa qualitativa assume um estatuto científico frágil e, para chegar a resultados importantes, apresenta um modelo relevante através da linguística para comprovar a eficácia da cientificidade.

Como mencionada por Duarte (2009), na investigação qualitativa, os métodos apresentam a interação do investigador com o campo de estudo e seus membros como da construção do saber, não exclui a subjetividade do pesquisador nem a dos atores investigados. Para ela, não existe uma separação entre fatos e valores “do objeto a se investigar, da observação realizada e da interpretação do observado” (DUARTE 2009, p.09).

Deste modo, o caminho trilhado para esta pesquisa, parte do estudo da linguagem do texto do programa do PBA 12, para compreender o contexto, a partir do entendimento do conceito de que linguagem é poder, e é a primeira ferramenta tecnológica para a efetivação da comunicação. É pela linguagem que o homem pensa e age. É a linguagem que permite o homem viver em sociedade. De tal modo, realizei uma explicação tradicional do texto do Programa, ao analisá-lo sob a perspectiva da AD, apropriei-me de ferramentas que auxiliaram na identificação das singularidades que o texto representa, além da complexidade dos fatos discursivos e por apresentar métodos de análise para buscar os efeitos de sentido através da interpretação.

É importante registrar, também, o caráter documental que acompanha a proposta etnográfica nesta pesquisa, pois trata-se de analisar o discurso presente no texto do documento oficial do Programa já mencionado com suas impregnações político-ideológicas e a recepção que tal texto tem na Aldeia Truká.

Com o intuito de conhecer o que o texto do Programa tem nas suas entrelinhas e “não ditos”, questiona-se: quanto à atuação do Estado/Nação, quais são os seus objetivos com a implementação de tais programas e ações? O Estado compreende/conhece os povos indígenas e sua cultura? Ao definir cultura como uma teia de significados Clifford Geertz (2008) aponta uma dependência do homem aos símbolos e sistemas simbólicos como decisivos para que o ser humano seja viável como criatura. A cultura para ele nunca é particular, mas sempre pública onde a política de um país reflete o modelo de sua cultura. O autor rompe com o paradoxo da compreensão do termo “cultura”, no sentido de que a sua análise não parte dos cultos e costumes, mas “das estruturas de significado através das quais os homens dão

forma à sua experiência”. Analisa a política pela perspectiva do local onde as estruturas de significados apresentam-se como forma da experiência humana e se desenvolvem.

É nesse caminho que, ao compreendermos sobre o papel da cultura como fonte para a contextualidade, encontramos a força dos elementos subjetivos, das vozes e dos elementos simbólicos, notados, agora, pela ótica da cultura da visibilidade, pelo reflexo do olhar do outro. Canclini (1997), por sua vez, defende que as práticas culturais vão além de ações. As práticas culturais para ele representam, simulam as ações sociais que se expressam nas atividades culturais organizadas e reconhecidas e nos comportamentos ordinários, agrupados ou não em instituições, empregam a ação simulada, a atuação simbólica.

3.1 O MÉTODO DE ANÁLISE – A ANÁLISE DO DISCURSO (AD)

O método de análise escolhido foi a AD francesa por considerar que esse tipo de análise tem um grande potencial para contextos como este, da linguagem governamental interpretada por um grupo comunitário de povo tradicional.

A AD consiste em buscar, no texto, o que não está escrito, os não ditos pontuados por Orlandi (1999), identificando os elementos que se encontram implícitos. Sempre atentos ao fato de que não falamos assumindo uma única voz. Ao falarmos, acionamos as vozes ausentes (BAKHTIN, 1999). Tanto no texto do Programa, quanto nas interações com os atores da pesquisa, as unidades do discurso não são representadas apenas pelas frases e orações, mas por enunciados que se constituem pelas unidades verbais e, até mesmo, pelos silenciamentos. Assim, as atividades discursivas do estudo, são identificadas, descritas e sistematizadas.

Ao abordar a compreensão do texto através do fenômeno tão complexo que é a linguagem, levamos em consideração as finalidades e as identidades dos locutores e interlocutores implicados no processo (CHARAUDEAU, 2008).

Portanto construindo sentido com o auxílio das formas verbais, levando em consideração os saberes pré-concebidos e as crenças, com atenção nos dados da situação de comunicação e os mecanismos da encenação do discurso, examinando também as evidências históricas. Dessa maneira, pretende-se compreender através do processo de análise, a partir dispositivos de AD, a memória discursiva que se manifesta no Programa pelo texto, pelas imagens e fotografias, para demonstrar os

efeitos de sentido sobre a importância desse programa para a comunidade estudada; sua real efetivação de “mitigação dos impactos” ao proporcionar uma vida melhor para o grupo social que os sujeitos discursam quando se referem às benfeitorias sugeridas.

Figura 12. Ritual do Toré aberto, Aldeia Truká.



Fonte: Lidiane Cavalcante, 2016.

Utilizamos a abordagem etnográfica como o método de pesquisa associando-o com o da AD, por entender o sentido do discurso, como uma atividade de interação que as pessoas utilizam em comum, no percorrer da vida cotidiana. Através das interações discursivas, nas quais estão implicadas, mobilizamos os saberes que constituem e reconstituem o próprio mundo dos Povos estudados. Já que, deste modo, como afirmam os autores que embasam este estudo, quando falamos, realizamos atos interacionais através da linguagem. O sentido de quem fala depende também das respostas dos outros participantes, não apenas do quadro de interação no qual se inscrevem.

Justificamos a utilização da AD na análise do texto, ao nos apropriarmos de seus suportes teóricos e metodológicos, não realizando uma leitura/interpretação superficial, linear, da introdução à conclusão do texto de forma horizontal, para compreender o que ele diz, pois sabemos que discursos são incompletos; será uma

análise profunda da descrição/interpretação, verificando as posições que os atores sociais assumem nas imagens e nos lugares construídos.

Dito de outro modo, utilizei os procedimentos teóricos da AD que servem como subsídios de análise, de acordo com o enfoque da pesquisa, a partir do estudo do texto do PBA 12. Já que, para analisar o texto, precisamos recorrer à teoria. No processo analítico, percorremos caminhos entre as descrições e interpretações. A seleção e organização do *corpus* adveio por meio dos recortes definidos por Orlandi (1999, p.36) como uma unidade discursiva, os fragmentos correlacionados de linguagem e situação. Para ela, o texto é um conjunto de recortes discursivos que entrecruzam e se dispersam. Um recorte é um fragmento da situação discursiva, a análise nessa linha é compreendida pela seleção dessas unidades extraídas do *corpus*, de acordo com objetivos do estudo. Por meio dos recortes estabelecidos, pudemos analisar os enunciados para fazermos reflexões a respeito das regras que estabelecem as condições de existência, da produção na história, identificar as relações com outros enunciados, quais papéis são exercidos em relação aos outros nos jogos enunciativos; identificar os limites, a memória anterior e os efeitos de sentidos produzidos no contexto. Desse modo, e, a partir dessa base teórico-metodológica, não buscamos um sentido de verdade, “mas do real sentido nas materialidades linguística e histórica” (ORLANDI 1999, p.59). Por esse processo de interpretação, identificamos, também, a presença de contradições do próprio discurso.

Ao situar o trabalho nessa perspectiva, o fazemos a partir do interesse em relação aos discursos produzidos em programas governamentais, para apontar as mais diversas manifestações ideológicas de imposição de visões do mundo. Quando dizemos que adotamos o viés etnográfico durante o contato com o grupo estudado, e porque entendemos que, ao entrar em contato com a cultura, os modos de vida, a história e a organização social dos Truká, utilizamos um conjunto de técnicas (observação participante, a entrevista e análise de textos e documentos) emprestado deste método, que são tão utilizadas nos estudos antropológicos do comportamento humano, para coletar dados sobre os valores, as crenças e o comportamento, tendo como resultado um relato escrito, em decorrência do uso das técnicas apresentadas. Aprofundando as demandas e elucidando os problemas observados, contextualizando os fenômenos e estabelecendo os vínculos para agrupar as informações coletadas através de outras fontes (ANDRÉ, 2000).

Com este entendimento, o método etnográfico não se configura apenas como o método de pesquisa da antropologia para estabelecer o contato com o grupo, pois cada estudo é definido pelo que o investigador analisa, portanto, o viés etnográfico utilizado, não se limitou apenas pela coleta de dados, mas deu-se na imersão, nas constatações que ele representa, na tentativa de realizar a *descrição densa* apontada por Geertz (2008) dos fenômenos estudados.

Esta não é uma descrição do superficial; ao contrário, é uma forma de revelar os valores simbólicos que são implícitos no comportamento humano do grupo estudado, seja na fala, nos gestos ou mesmo no que não é dito, para isso, é preciso aplicar métodos que permitam perceber o cotidiano do grupo étnico Truká para, então, compartilhar de suas vivências e sentir suas práticas, identificar seus valores, crenças, suas expectativas, na busca de informações que servem de suporte para alcançar os objetivos propostos.

Outra questão que é considerada por Geertz (2008) diz respeito às teorias utilizadas na pesquisa. Para o autor, as teorias só têm valor a partir do trabalho em campo e a partir das singularidades culturais que as teorias serão validadas, articulando-as. Portanto, ao utilizar as técnicas etnográficas, precisa existir interação constante entre o pesquisador e o objeto estudado. Como aponta André (2000), o pesquisador é o instrumento principal na coleta e análise dos dados.

A observação é chamada de participante, porque parte do princípio de que o pesquisador tem sempre um grau de interação com a situação estudada, afetando-a e sendo por ela afetado. As entrevistas têm a finalidade de aprofundar as questões e esclarecer os problemas observados. Os documentos são usados no sentido de contextualizar o fenômeno, explicitar suas vinculações mais profundas e completar as informações coletadas através das de outras fontes (ANDRÉ 2000, p.27).

Assim sendo, ao realizar o trabalho de campo, teve-se atenção com o que ocorre na comunidade, não necessariamente com o produto final, mas com o significado que as pessoas estudadas veem em si mesmas, como veem as experiências e o mundo que as cerca, para responder às questões do fenômeno estudado, por meio das formulações dos conceitos, das abstrações e das hipóteses.

Para uma melhor compreensão da utilização do método etnográfico nesta pesquisa, fez-se necessário, principalmente, entender as compreensões que os Truká, enquanto grupo social têm de si mesmos, enquanto sujeitos e grupo social sobre seus conhecimentos. O objeto de estudo foi descrito em suas mais diversas

peculiaridades e, para isto, levou-se em consideração até mesmo os minúsculos fatos que cercam sua vida social, ou melhor, a ação social destes fatos. Não é a busca de sistemas particulares, mas a busca de significados e significações, através da explicação das expressões sociais, ou seja, com a pesquisa etnográfica é possível ressignificar a teia de significados (GEERTZ 2008, p.4).

Nas pesquisas de campo que optam por este viés, André (2000) recomenda que devemos abarcar diversos modos de coleta de dados, apresentar um plano de trabalho flexível, com focos de investigação revistos constantemente, as técnicas de coleta devem sempre ser reavaliadas, os instrumentos reformulados e os fundamentos teóricos repensados, para gerar novos conceitos.

Ao realizar etnografia, o pesquisador “inscreve” (GEERTZ, 2008; ANDRÉ, 2000) os discursos sociais, os significados das falas, utilizando o diário de campo, escrevendo o fato observado; afasta-se de um fato passageiro que é elucidado no momento específico e pode recorrer à consulta de suas inscrições. Isso quer dizer que ao estudar determinado acontecimento, podemos descrevê-lo no diário de campo e fazer as relações teóricas necessárias, desta maneira, mesmo que passe muito tempo, o acontecimento poderá ser consultado, já que faz parte da cultura do grupo estudado, em um determinado momento de sua história.

Ressalto que, para realizar a análise, primeiro realizo a constituição do *Corpus*, avaliando o discurso e as relações de poder presentes no Programa, na etnia Truká, para compreender como o texto do programa estabelece laços com a comunidade. Observo que o texto foi construído no sentido do “politicamente correto”, de corrigir as interferências e, ao mesmo tempo, ofertar com as ações compensatórias. Existe a utilização de palavras que silenciam outras, ou seja, as palavras que não podem ser utilizadas, para a investigação de como são construídos os sentidos de verdade, nas falas dos produtores do texto. Os rituais de sua produção tiveram início através do levantamento das comunidades que estão nas áreas diretamente afetadas pela obra. Nesse sentido, é importante lembrar, que todo *Corpus* é inesgotável já que, “por definição, todo discurso se estabelece na relação com um discurso anterior e aponta para outro” (ORLANDI 2003, p.62) e o processo discursivo pode ser recortado em diferentes pontos, conforme a perspectiva deste estudo.

Figura 13. Vila Produtiva construída ao lado da Aldeia Truká, Território Reivindicado Pelo Grupo.



Fonte: Lidiane Cavalcante, 2017.

De tal modo, essa análise não parte de uma explicação tradicional do texto do Programa, ao analisá-lo sob a perspectiva da AD, me aproprio de ferramentas que me auxiliaram a identificar as singularidades pelas quais o texto representa, além da complexidade dos fatos discursivos e por apresentar métodos de análise que proporcionam os efeitos de sentido através da interpretação.

Não significa que extraí as informações da escrita decodificando-a, mas me arrisquei a ir além, buscando, no texto, o que não está escrito, os não ditos pontuados por Orlandi, identificando os elementos que se encontram implícitos. Sempre atenta ao fato de que não falamos assumindo uma única voz. Ao falarmos, acionamos as vozes ausentes (BAKHTIN, 1999). Tanto no texto do Programa, quanto nas interações com os atores da pesquisa, as unidades do discurso não estão representadas pelas frases e orações, mas por enunciados que se constituem pelas unidades verbais e, até mesmo, pelos silenciamentos; assim, as atividades discursivas do estudo, são identificadas, descritas e sistematizadas.

Ao abordar a compreensão do texto, através do fenômeno tão complexo que é a linguagem, levei em consideração as finalidades e as identidades dos locutores e interlocutores implicados no processo (CHARAUDEAU, 2008).

Construindo sentido com o auxílio das formas verbais, levando em consideração os saberes pré-concebidos e as crenças, com atenção nos dados da

situação de comunicação e os mecanismos da encenação do discurso, examinando também as evidências históricas. Para compreender através do processo de análise a partir dos dispositivos de AD, a memória discursiva que se manifesta no Programa pelo texto, pelas imagens e fotografias, para demonstrar os efeitos de sentido sobre a importância desse programa para a comunidade estudada; sua real efetivação de “mitigação dos impactos” ao proporcionar uma vida melhor para o grupo social que os sujeitos discursam quando contextualizam pelas benfeitorias sugeridas.

Justifico, com isso, a utilização da AD na análise do texto, apropriação de seus suportes teóricos e metodológicos, não realizando uma leitura/interpretação superficial, linear da introdução à conclusão do texto de forma horizontal, para compreender o que ele diz, pois sabe-se que discursos são incompletos, mas uma análise profunda da descrição/interpretação, verificando as posições que os sujeitos assumem nas imagens e nos lugares construídos.

3.2 INSTRUMENTOS UTILIZADOS PARA A COLETA DE DADOS

Para identificar o que pensam os participantes sobre o texto do Programa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com os representantes do povo Truká (caciques), público alvo do programa, criando contextos de conversas que nos deram subsídios para os elementos de apropriação sobre o programa, No primeiro momento pensamos em entrevistar pessoas de vários setores da organização da aldeia, como professores, trabalhadores do campo, donas de casa pessoas comuns e lideranças, no entanto, na organização da comunidade, eles elegem pessoas que o representem no momento de fala, por isso, justifico as falas impressas nessa pesquisa.

Os instrumentos e recursos utilizados foram os questionários abertos, gravador, câmera fotográfica/filmadora além do diário de bordo utilizado durante todo o período do contato com o grupo e nas análises.

Enquanto técnica de geração de dados, a entrevista faz parte do método etnográfico utilizado para a investigação no contexto do grupo Truká, desta forma é importante identificar o lugar que ela ocupa na investigação Esta é caracterizada por Trivinos (1987) como o diálogo entre entrevistado e entrevistador, é uma técnica de geração de dados que juntamente com a coleta dos documentos nos darão suporte para a chegarmos as ideias que propomos.

Podemos entender por entrevista semi- estruturada, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, ouvido espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa (TRIVINOS 1987, p. 146).

Figura 14. Professor de Arte e Cultura Truká.



Fonte: Lidiane Cavalcante, 2017.

Visando desenvolver um olhar discursivo e interpretativo sobre as práticas de leitura do texto do PBA12, sobre a cultura e as representações dos Truká, realizou-se a entrevista semiestruturada, já que esse tipo de entrevista permite uma maior aproximação entre entrevistado e entrevistador. Como definido por Trivinos (1987), a entrevista semiestruturada é um dos principais meios disponíveis para que o investigador realize a coleta de dados, já que ao mesmo tempo em que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante disponha de liberdade e espontaneidade necessárias que enriquecerão a investigação. As perguntas que constituem esse tipo de entrevista são resultados não apenas da teoria que dão suporte a ação do pesquisador, mas também de toda informação recolhida sobre o fenômeno social que interessa.

A partir da entrevista semiestruturada, observei de que maneira as informações coletadas relacionaram-se às hipóteses, sabendo-se que os dados recolhidos nessa ocasião, possivelmente, abrem novos horizontes, que surgiram a partir das respostas dadas pelos informantes.

Erickson (2001, p.13) destaca: “Boas perguntas são o coração da investigação”. Por isso, observamos e perguntamos, uma vez que, “(...) as ações das pessoas significam para elas pode ser aparente, a partir da observação, no entanto, é necessário perguntar-lhes por meio de entrevistas formais e informais para confirmar tais sentidos” (Idem, p.13).

No estudo, tomei alguns cuidados com as palavras utilizadas, não falamos dos Truká utilizando o termo “sujeito”, por compreender, a partir dos estudos, que esse termo pode fazer referência a indivíduo subordinado, ou pessoa genérica. Esta pesquisa teve parceiros que nos auxiliaram e construíram conosco o caminho que pretendemos alcançar, os Truká são os atores sociais ativos.

Para maior compreensão dos diálogos dos envolvidos na pesquisa, na análise dos dados, temos como base o conceito de atos de linguagem de Charaudeau (2008), e da Análise do Discurso de Maingueneau (1997) identificando os papéis dados aos diferentes atores (psicossociais e languageiros, internos e externos) que dele participam. Analisando tanto o sentido implícito, quanto explícito, sempre considerando as condições do discurso que determinam tais atos, os distintos procedimentos discursivos, pelos quais o discurso se organiza na ordem enunciativa, descritiva, narrativa, argumentativa. Isso, visando compreender como os atores têm acesso às informações, partilham suas visões de mundo, produzem conhecimento e interagem com seus pares nas diversas situações discursivas.

Durante a pesquisa, os fundamentos teóricos e as categorias analíticas empregadas na sociolinguística interacionista, como apresentados por Erving Goffman (2002), são utilizados para obter uma melhor compreensão das interações entre os atores envolvidos e os enunciados empregados na comunidade estudada. Ao considerar que a conversa é socialmente organizada, não apenas de quem fala - para quem e em que língua - mas também como um sistema de ações face a face que são mutuamente ratificadas e ritualmente governadas. Goffman (2002) define a conversa como estruturas gramaticais da interação, um encontro social em que as expressões faciais dos integrantes são analisadas; é o que ele chama de decoração facial.

Em vista dessa compreensão, entende-se que o processo de escuta que ocorre na aproximação etnográfica, como é o caso desta investigação, possibilita a interação face a face, e, assim, foi possível durante os encontros com os Truká, analisarmos as expressões, além dos gestos e a distância mantida como mecanismo comunicacional, para além do discurso.

Portanto, no encontro com os atores da pesquisa, foram levadas em consideração as marcas da acessibilidade física e social entre os falantes, considerando o papel e o perfil social de cada um no evento, além de considerar também a distinção entre essas interações pessoais e transacionais. Por meio da compreensão das implicações da conversação, apresentadas pelo autor, no domínio da fala foi possível verificar o que “falar quer dizer”.

Observar, portanto, as circunstâncias do discurso, o que ocorre na expressão e na gestualidade do falante traz um conjunto de elementos que enriquecem a análise discursiva. De tal modo, estar presente na comunidade, vivenciar momentos de interação com as pessoas do lugar propicia a compreensão do contexto narrado, permitindo inclusive que aconteça o acolhimento, o desenvolvimento da criação de laços de ambos os lados, gerando, com isso, a confiança e a compreensão mútua. Goffman (idem) também define a narrativa como:

[...] um relato expresso a partir da perspectiva pessoal de um participante real, ou potencial, situado de tal forma que desse ponto de partida procede um certo desenvolvimento temporal e dramático do acontecimento relatado (GOFFMAN 2002, p.610).

Nessa perspectiva, é preciso conceber que uma representação do entrevistado, é algo em o que o pesquisador/ouvinte, pode inserir-se com empatia, voltando a experimentar indiretamente o que aconteceu. Uma representação conta novamente uma experiência pessoal, não significa que é uma mera informação descontextualizada sobre um acontecimento. As representações breves, por exemplo, podem estar realçando o protagonista, normalmente, segundo o autor é aquele que fala. E, entre os acontecimentos que um sujeito pode relatar, encontram-se os próprios enunciados, “seja imputados de si mesmo, ou imputados a outrem. (...) Esses enunciados relatados podem conter ainda outros enunciados, fato para o qual os linguistas tendem a usar o termo encaixamento” (GOFFMAN 2002, p.610).

Assim, uma afirmação realizada por um indivíduo pode se referir a uma afirmação realizada por outro indivíduo, ou por ele mesmo e pode-se prever que

alguns desses enunciados descritos, têm uma estrutura semelhante a uma história, que a qualifica como representações e são essas representações que o pesquisador, durante o desenvolvimento do trabalho em campo deve estar atento e empreender para dar corpo a interação, para ouvir as vozes, do que é dito e conseguir perceber o que não foi dito através dos silêncios. Goffman (2002) explica que, nas análises dos quadros conversacionais, todas as situações “enquadradas” são fixadas no conjunto do qual fazem parte. Ele remete ao interacionismo simbólico para comprovar sua teoria, já que para ele o sujeito exerce diversos papéis que influencia o modo que os outros o veem pelas suas ações, é o que ele chama de (*self*), uma essência de personalidade.

A partir dos estudos de Maingueneau (1997), durante a pesquisa identificamos os componentes da situação de comunicação, partindo dos conceitos de que todo sujeito que fala ocupa o centro de uma situação de comunicação que compõe o espaço de trocas, em relação ao parceiro, uma relação entre locutor e interlocutor (CHARAUDEAU, 2008).

Identificamos o canal de comunicação, quando além do texto escrito, existe um canal oral direto ou indireto, mídias sociais, telefone ou outra forma. Por se tratar de uma pesquisa que envolve o viés etnográfico, identificamos também as características identitárias desses parceiros, seja ela social (idade, sexo, raça, classe), sócio-profissionais, psicológicas e relacionais, tipo de contato, se exerceram relação de familiaridade ou não, além da identificação das características contratuais de troca ou não troca, pois segundo Charaudeau (2008), o contrato pode tanto estabelecer uma troca dialogal, interlocutiva, como nas conversas, nas entrevistas, nos diálogos do cotidiano, quanto pode não estabelecer, nem admitir trocas.

Na análise documental e em contato com o grupo estudado, identificamos os rituais de abordagem como postulados por Charaudeau (2008), verificando se existiram restrições como e quando foram estabelecidas, e como se deram as condições de contato com o interlocutor. Identificando se nos diálogos entre os interlocutores existiram manifestações, as saudações, no texto do documento identificamos os papéis comunicativos que os parceiros das trocas assumiram, a partir do contrato que os ligam, dependendo do tipo de situação, mesmo que os parceiros - empreendedores e Truká - possam não se aceitar com os papéis que assumem mediante a postura política que cada lado representa.

4.RESULTADOS ENCONTRADOS- IMPRESSÕES DA PESQUISADORA VIVENDO AS APROXIMAÇÕES DO PERCURSO ETNOGRÁFICO

4.1 ALDEIA TRUKÁ

Ao atravessar a ponte que interliga a cidade de Cabrobó e a Ilha de Assunção, território material e imaterial do Povo Truká, observei um pequeno assoreamento do Rio Pequeno, o que Aurivan dos Santos Barros, Cacique Neguinho, da Aldeia Grande, atribui a responsabilidade à obra da transposição. Os primeiros contatos com o grupo me fez perceber o quão resistente e organizado politicamente é o povo Truká, pois nada acontece sem o consentimento dos Caciques. Nas primeiras visitas, as conversas com os aldeados eram monitoradas e indicadas pelo Cacique Bertinho. Senti uma resistência do grupo, que mesmo assim, se mostrou muito hospitaleiro.

Sempre acompanhada por alguém, sou levada a conhecer o território coletivo, como as escolas, igreja, oca, até a residência de alguns professores de cultura indígena, que, pacientemente, me apresentaram os símbolos tradicionais utilizados nos rituais. Nas escolas, eles ensinam a fabricá-los, como o objetivo de dar continuidade à cultura.

Tudo o que vi, senti e vivi me fez perceber que, mesmo conseguindo a confiança do grupo, ainda precisava de mais tempo na imersão ao local, pois, mesmo sendo convidada a participar dos rituais abertos e fechados e a conviver com eles, ainda identifiquei uma certa resistência durante as entrevistas. Confirmo este fato quando, durante um intervalo na cerimônia do Toré, em conversa com uma das entrevistadas, ela revela que foi questionada pelo esposo, se falou algo comprometedor, quando, prontamente, ela responde que não; mas, só neste momento, ela fala de fato suas impressões e percepções e solicita não ser identificada.

Por isso as perspectivas teóricas que me acompanharam e nortearam as abordagens dos fenômenos investigados neste estudo, me aproximou do método etnográfico e das abordagens dos discursos, por apresentar um grande potencial analítico para examinar os fenômenos de interação discursiva. O termo etnografia é definido por Lapassade (1987) para designar um povo e uma cultura e, nas pesquisas

etnográficas, é essencial a “observação participante”. Para ele, etnografia é um todo social realizado a partir da observação das pessoas, uma disciplina que se encontra pautada na coleta de dados, por meio da adoção de técnicas apropriadas no campo. A abordagem etnográfica associada à Análise de Discurso associam-se, dando-me acessos a métodos importantes para a interpretação dos textos sociais.

Na investigação, os pressupostos teóricos são descobertos e formulados à medida que vou ao campo, assim, me apropriei dos dados a serem analisados. Não significa que realizei teste das teorias estudadas, mas realizei uma busca por novas teorias empíricas. Para Gunzberg (2002), a pesquisa qualitativa assume um estatuto científico frágil e, para chegar a resultados importantes, apresenta um modelo relevante através da linguística para comprovar a eficácia da cientificidade.

Como mencionada por Duarte (2009), na investigação qualitativa, os métodos apresentam a interação do investigador com o campo de estudo e seus membros como da construção do saber, não excluía subjetividade do pesquisador nem a dos atores investigados. Para ela, não existe uma separação entre fatos e valores “do objeto a se investigar, da observação realizada e da interpretação do observado” (DUARTE 2009, p.09).

Deste modo, o caminho trilhado na pesquisa, partiu, em um primeiro momento, do estudo da linguagem do texto do programa do PBA 12, para compreender o contexto, a partir do entendimento do conceito de que linguagem é poder, e é a primeira ferramenta tecnológica para a efetivação da comunicação. É pela linguagem que o homem pensa e age, é a linguagem que permite o homem viver em sociedade.

Utilizando a abordagem etnográfica como o método de pesquisa filiando-a com o da AD, por entender o sentido do discurso, como uma atividade de interação que as pessoas utilizam em comum, no percorrer da vida cotidiana. Através das interações discursivas nas quais estão implicadas, identifiquei os saberes que constituem e reconstituem o próprio mundo do Povo estudado. Já que, assim, como falam os autores filiados neste estudo, quando falamos realizamos atos interacionais através da linguagem, o sentido de quem fala depende, também, das respostas dos outros participantes, não apenas do quadro de interação no qual se inscrevem.

4.2 LOCUS E ATORES DA PESQUISA

Quanto ao território da pesquisa, é importante ressaltar que não existe uma exatidão quando se definem as fronteiras dos territórios das ciências humanas, assim como relaciona Charaudeau (2008), por esta razão, esclarecemos as características e os limites que determinam o território que iremos explorar. Geograficamente, o *locus* é a Aldeia Truká, sitiada na Ilha de Assunção, município pernambucano de Cabrobó. Nessa identificação, assumiremos o papel sugerido por Macedo (2015), de *bricoleur*, através da inflexão político epistemológica, produzindo através do saber acadêmico.

Os *bricoleurs* não são transgressores enlouquecidos, são cronistas da diferença e sua presença e influência infindáveis. Como tais os *bricoleurs* são transgressores que se apropriam da noção de ciência normal da teoria dos paradigmas, pelo propósito de nunca permitir que seu trabalho seja sugado para o buraco negro que nega a vida experiencial, um esforço para nunca deixar que a gratificação do ego, da notoriedade entorpeça o dever do transgressor de trazer à luz pressupostos paradigmáticos não expostos. As ações da formação que acolhem o *bricoleur*, não elegem a criação como propriedade de uma inteligência privilegiada, ou de pacotes avaliativos que visam enquadrar, de forma a colonizar/pasteurizar a criação. Elas trabalham na sua totalidade em favor do imaginário, da radicalização, da radicalidade da sua capacidade de criar, de extirpar o meso da experiência e da diferença. O *bricoleur* projeta-se, lançando-se por uma errônea que se quer fecundada e implicada à criação. Configura-se no sujeito erótico em ação, está muito próximo do artista, do artesão (MACEDO 2015, p.60).

O percurso foi realizado a partir da necessidade de uma experiência de ver, ouvir e sentir a pesquisa, através da observação. A partir do momento que adotamos e compreendemos a noção de cultura, apontada por Geertz (2008), como uma ciência da interpretação à procura de um significado, temos a clareza dos parceiros de forma mais coerente, para não os padronizar nem assumir uma definição através de um olhar linear, com um enquadramento pré-definido. Ao contrário, com a pesquisa, foi possível conectar os indícios a partir das ações em funcionamento, que, em alguns momentos, podem se apresentar como resistências. Desse modo, ultrapassando o que eles dizem e compreendendo, também, o que pode ser dito pelos silêncios e pelas histórias nunca contadas por eles.

Partindo da perspectiva apontada por Macedo (2015), com relação ao trabalho de campo, ao realizar o estudo devemos buscar os significados de que precisamos dentro da cultura estudada, com profundidade, sem ser superficial, mas sempre levando em conta todas as características que podem ser identificadas.

A caracterização da população da amostra não residiu no tamanho do número dos escolhidos, o interesse na escolha dos entrevistados incidiu a partir da

variabilidade discursiva de um mesmo *corpus*, portanto elenquei os atores que, mesmo tendo semelhanças, suas características particulares me permitiram identificar discursos diferenciados. São pessoas com características e formações diferentes. O primeiro passo foi identificar os potenciais entrevistados através da identificação de nomes conhecidos no grupo, pessoas públicas que exercem ações em benefício da comunidade.

4.3 COLETA DE DADOS

Com gravador, câmera fotográfica e diário de bordo em mãos, e garantia do sigilo dos entrevistados, iniciei as entrevistas para a realização da investigação no contexto do grupo Truká. Nesse caso, as entrevistas como são caracterizadas por Trivinos (1987), significam o diálogo entre entrevistado e entrevistador, uma técnica de geração de dados que, juntamente, com a coleta dos documentos, me forneceram suporte para a investigação. “(...) o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa” (TRIVINOS 1987, p. 146). Como desejava empreender um olhar discursivo e interpretativo sobre as práticas de leitura do texto do PBA12, sobre a cultura e as representações dos Truká, realizei entrevistas semiestruturadas, já que esse tipo de entrevista me permite uma maior aproximação com os entrevistados. Como definido por Trivinos (1987), a entrevista semiestruturada, é um dos principais meios disponíveis para que o investigador realize a coleta de dados, já que, ao mesmo tempo em que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante disponha de liberdade e espontaneidade necessárias que enriquecerão a investigação. As perguntas, que constituem esse tipo de entrevista, são resultados, não apenas das teorias que dão suporte à ação do pesquisador, mas também de toda a informação recolhida sobre o fenômeno social que interessa. A partir da entrevista semiestruturada, assim como o antropólogo da educação Frederick Erickson destaca no prefácio do livro *Cenas de Sala de Aula* (2001:13) “Boas perguntas são o coração da investigação”.

Utilizando os fundamentos teóricos e as categorias analíticas empregadas na sociolinguística interacionista, como apresentados por Erving Goffman (2002), para

obter uma melhor compreensão das interações entre os atores envolvidos e os enunciados empregados na comunidade estudada. Ao considerar que a conversa é socialmente organizada, não apenas de quem fala, para quem e em que língua, mas também como um sistema de ações face a face que são mutuamente ratificadas e ritualmente governadas. Goffman (2002) define a conversa como estruturas gramaticais da interação, um encontro social em que as expressões faciais dos integrantes são analisadas é o que ele chama de decoração facial. Durante os encontros com o grupo estudado, analisei, também, as expressões, além dos gestos e a distância mantida.

Portanto, no encontro com a comunidade estudada, levei em consideração as marcas de acessibilidade física e social entre os falantes, considerando o papel e o perfil social de cada um no evento, além de considerar também a distinção entre essas interações pessoais e transacionais. Por meio da compreensão das implicações da conversação, apresentadas pelo autor, no domínio da fala, é possível verificar o que “falar quer dizer”, quando ele destaca que:

O indivíduo gasta a maior parte de seus momentos de falar em fornecer evidência da justiça ou injustiça de sua situação atual e outros motivos para simpatia, aprovação ou absolvição, compreensão ou divertimento. E o que os seus ouvintes estão propriamente obrigados a fazer é mostrar algum tipo de apreço típico de uma plateia, eles devem ser instigados a não agir, mas mostrar sinais de que ficaram comovidos. Porque aquilo que um falante normalmente faz, é apresentar a seus ouvintes uma versão daquilo que lhe acolheu. Num sentido importante, mesmo que seu propósito seja apresentar os fatos friamente, como ele os vê, o meio empregado pode ser intrinsecamente teatral, não porque ele necessariamente exagere ou siga um roteiro, mas porque é possível que tenha que empenhar-se em algo que é uma dramatização – o uso das artes que ele dispõe para reproduzir, uma cena, para representá-la. Ele reproduz uma gravação de uma experiência passada. (...) Uma narrativa, ou uma anedota, ou seja, uma representação, uma reprise não é simplesmente qualquer informe de um acontecimento passado. Em seu sentido mais pleno é um relato expresso a partir da perspectiva pessoal de um participante real, ou potencial, situado de tal forma que desse ponto de partida procede um certo desenvolvimento temporal e dramático do acontecimento relatado (GOFFMAN 2002, p.610).

Às nove horas do dia 10 de outubro, entre muitos desencontros, devido à agenda movimentada, tive a oportunidade de encontrar com o Cacique Neguinho. Em duas horas de conversa, ele explica todo o movimento político de luta, vitórias e muitos danos. Ao ser questionado, ele demonstra todo seu comprometimento com sua comunidade, seu povo, e sua indignação aos programas e projetos governamentais que, de forma contínua, provocam impactos negativos às populações indígenas e

contribuem para o sofrimento e perda de identidade desse povo, assim como para a destruição de seu sustento tradicional.

Entre idas e vindas, aos poucos fui ganhando confiança e afinidade com o grupo. Cada um, à sua maneira, ajudou na composição da análise. Fui apresentada a uma cultura que se constrói a partir de memórias dos antepassados, de lutas, reafirmações e, principalmente, de muitas vitórias. Para os povos Truká, assim como outros povos indígenas em qualquer parte do país, o impacto de um empreendimento como a transposição do Rio São Francisco é sempre muito extenso, tanto do ponto de vista físico e material, quanto do ponto de vista simbólico. Sua história é ligada àquele território físico e sua ancestralidade está diretamente vinculada à terra. Por isso, ao serem destruídos marcos ambientais simbólicos como florestas, cachoeiras, rochas, e outros espaços naturais, são afetadas as relações imateriais daquela comunidade com o seu lugar.

Figura 15. Cruz em frente a Oca onde é realizado o Toré Fechado.



Fonte: Lidiane Cavalcante, 2017.

5. ANÁLISE DOS DADOS

5.1. Os Ditos e Não Ditos no documento

No contexto, podemos observar, por exemplo, que a marca discursiva “reduzir impactos” é representada no texto como a aceitação de que os estes existem, mas podem ser “compensados” com aquisições materiais e intelectuais, o que pode

instigar os atores diretamente afetados a ocupar um lugar de resistência ou aceitação. Essas materialidades discursivas concebem elementos das reflexões levantadas nos *corpora* do projeto que têm a finalidade de colaborar com a reconstrução ideológica, sócio-histórica dos sinais de significação do saber discursivo que circunda entre os aldeados em suas práticas sociais e que se legitimam nos contextos de enunciação mobilizados pelo interdiscurso (CHARAUDEAU, 2008).

Ao delimitar o eixo temático a partir dos objetivos “[...] *redução de impactos; mitigação e compensação destes para com os povos diretamente afetados pela obra da integração do Rio São Francisco*”, estabeleço os recortes discursivos, como postulado por Maingueneau (1997) e Orlandi (2003). E, por meio destes, pretendo alcançar o conhecimento das representações dos povos indígenas e as relações de poder que estão presentes no documento. No texto, os autores do Programa contextualizam seus interlocutores pela história e pelo lugar, para, em seguida, com a aprovação do Programa, em março de 2007, iniciar as ações e os encontros com os povos. Considerando os excertos retirados do material de análise:

01. [...] Em 2007 foram realizadas reuniões com as nações indígenas Pipipã, Kambiwá, Tumbalalá e Truká, com o objetivo de promover a discussão sobre as ações relativas ao componente indígena do Projeto. Na oportunidade foram levantadas as demandas apresentadas pelos citados povos indígenas sendo as mesmas canceladas pela FUNAI [...](p.7)
02. “[...]Para sua reestruturação considerou-se como prioritário o uso das informações referentes à realidade atual dos referidos povos e as demandas apresentadas pelos mesmos, pactuadas com a Fundação Nacional do Índio - FUNAI e o empreendedor[...]” (p.05)
03. “[...] A proposta do Subprograma de Capacitação em Organização Social e Gestão Produtiva foi elaborada com base nos anseios das etnias indígenas, de forma a oportunizar a possibilidade de se tornarem agentes de transformação social capazes de interagir de forma propositiva nas realidades internas e externas de suas aldeias. Para tanto o subprograma baseou-se numa proposta de intervenção única de organização social e produtiva, saúde, educação ambiental e comunicação social, buscando assim a integração de suas ações [...]” (p. 06).

Podemos perceber, nos enunciados, quando os locutores apresentam a importância da intervenção do Estado enquanto “empreendedor” e a atuação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), órgão criado em sua primeira instância para defender os interesses indígenas, para determinar e permitir o que deve ser constituído ou não. Ao realizar reuniões com os grupos e tais instituições para tomada de reconhecimento das possíveis necessidades das populações indígenas, recorrem aos locais permitidos, ou às pessoas e instituições autorizadas para tal, ou seja, as posições que eles ocupam. Autorizam a fala dos sujeitos e determinam as práticas do

poder. E, quando falamos em autorização, reafirmamos que não se fala tudo em qualquer lugar, mas a fala se apresenta através de uma instituição que regula o que deve ser dito. E, sendo assim, vemos que existe a necessidade de uma preservação do poder que é exercido pelos empreendedores da obra para com os povos beneficiados/afetados, como uma forma de manutenção daquilo que eles já convencionaram como uma verdade; e esta verdade está impressa no programa que se configura com o poder.

De acordo com os excertos 01, 02 e 03, é possível afirmarmos que as informações veiculadas nos enunciados do PBA 12, têm o poder de se legitimar com a ideia, ainda estereotipada, de que as populações indígenas necessitam da intervenção de seus empreendedores, e destas instituições para promoção de sua emancipação. O aparelho do Estado apresenta-se preparado e em condições adequadas para dar a assistência que essas populações necessitam. Através dos enunciados do programa sinalizam que suas necessidades serão atendidas e assim se firmam como verdades, o que é confirmado no excerto 04:

[...] conforme já mencionado o presente programa foi concebido com o intuito de mitigar e compensar os possíveis impactos negativos decorrentes da execução das obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco aos povos indígenas localizados nas proximidades de sua Área Diretamente Afetada - ADA, fundamentando-se na reafirmação dos direitos indígenas sobre as terras que tradicionalmente ocupam e na competência da União de demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens, de acordo com a Constituição Federal Brasileira (p. 06).

Se considerarmos que o referido programa é produzido não apenas por aqueles que o idealizaram e materializaram através do gênero textual, mas também por quem lê, por seus destinatários finais, vamos observar que os autores exaltam essa condição, quando utilizam a expressão “*considerando-se o referido contexto*”, revelando sua vontade de verdade ao fazer referência de que não utiliza meios impositivos para determinar as ações, mas uma aceitação natural, no entanto podemos identificar nas falas dos Truká que essa aceitação não foi/é tão natural assim, o poder pode ser identificado através do saber/ter informações. A própria referência remete um pensamento comum, através do desejo dos enunciadores de se revelarem justos, que é determinado pela forma como o texto foi constituído, a uma tentativa de não apresentar e neutralizar o valor negativo, dando visibilidades às ações que representem progresso. Identificamos isso pela utilização dos verbos (mitigar,

compensar, executar, construir, capacitar, exercer, promover, implantar, viabilizar, fornecer, elaborar, realizar, apoiar, etc.), onde podemos confirmar no excerto 05:

[...] Assim, considerando-se o referido contexto, bem como as reuniões de repactuação das ações e medidas mitigatórias, justifica-se a necessidade de desenvolvimento de ações junto aos povos Truká, Kambiwá, Pipipã e Tumbalalá em dois eixos, sendo um deles voltado à implantação de infraestruturas residenciais e sociais e apoio na regularização fundiária e, o segundo relacionado com o desenvolvimento de ações de formação em organização social e gestão produtiva [...] (p. 07).

A própria referência ao contexto é uma mobilização para essa neutralidade, quando exerce uma tentativa de distanciar-se das opiniões e juízos de valor negativo, evidenciando as propostas de ações de forma natural. No excerto 05, além de ter a ideia de verdade como uma marca discursiva de seu enunciado, os autores assumem obediência a uma ordem discursiva. Essas marcas se apresentam quando eles expõem as formas de suas percepções da realidade, quando indicam suas posições. Compensar já traduz que o dano existe. Essa verdade se torna frágil quando o sujeito tropeça no próprio discurso e evidencia algumas condições de assujeitamento (MAINGUENEAU, 1997), que está expressa no enunciado quando os autores confirmam suas falas, apresentando razões da ordem do discurso que são amparadas pelas relações de poder expressas na ideologia dos empreendedores. A ideia de submissão se repete no enunciado quando os povos aparecem e assumem implicitamente que não concordam, mas obedecem, ilustrado no Excerto 6:

[...] Após a aprovação em 2010, junto aos povos indígenas Kambiwá, Pipipã, Truká e Tumbalalá das plantas baixas dos projetos arquitetônicos dos Centros de Capacitação e Treinamento Cultural e definição da estrutura a ser implantada nas referidas aldeias, foi realizada articulação com a Comissão Regional de Obras da Sétima Região Militar – CRO-7, que elaborou Plano de Trabalho concernente à construção dos referidos Centros de Capacitação e Treinamento Cultural [...] (p. 19).

No enunciado, os locutores pontuam a aprovação de suas ações junto aos povos das quatro etnias. Neste caso, os discursos construídos por seus autores deixam “transparecer o cenário da sua autoridade enunciativa”, de acordo com o tom utilizado e, é a partir daí, que eles determinam para si e para seus destinatários “os lugares que este tipo de enunciação proferida requer para ser legitimada”. Os leitores aparecem como povos indígenas, que povoam as aldeias, são as comunidades indígenas, sujeitos, indivíduos, pessoas, designando os destinatários, sendo os primeiros destinados aos indígenas de tal forma que a legitimidade deste lugar de destinatário se constitui. Por sua vez, quando designado pelo texto, o vocativo “povos”

pode se referir, simultaneamente, aos povos indígenas afetados pela obra e os habitantes que serão contemplados pela obra. No discurso, é possível perceber esta dualidade. O “eu” enunciador é identificado por parceiros; “empreendedor”, um governo preocupado em priorizar os direitos das comunidades indígenas, através do coletivo; “nós”, as instituições parceiras, “cujo paradigma contribui para distinguir a instância do locutor “discursivo” os quais constituem outros apagamentos do indivíduo por trás do estatuto de porta-voz, não falta nem mesmo o referente de toda asserção legitimada: a verdade” (MAINGUENEAU 1997, p.44).

Como postulado por Maingueneau (1997), o discurso é rearticulado sob sua encenação e deve ser aprofundado o caráter institucional da atividade discursiva, ou seja, pretendemos identificar “as palavras do discurso” que tecem o PBA 12, ressaltando os termos que ao mesmo tempo possuem funções de interações, através das estruturações entre seus interlocutores, e as argumentativas, que estabelecemos estruturações entre os enunciados destinados a influenciar terceiros conferindo o estabelecimento das relações de poder.

Na interpretação é possível identificar as vozes (*ethé*), que é representada a partir das propriedades que os autores adotaram implicitamente através da sua maneira de dizer, não a respeito deles, mas o que revelam pela forma com Maingueneau (1997). Ao qualificar a si mesmo enquanto empreendedor, a serviço dos povos indígenas, porta-voz das comunidades, inscreve essa origem na maneira de enunciar.

O texto do PBA 12 propicia a possibilidade de revisitas a discursos sobre a comunidade indígena estudada, sobre governo, a cena enunciativa desta formação discursiva constrói o lugar de um enunciador, que ultrapassando o autor, ou os autores empíricos que assinam a obra, coincide com o País, o Brasil, com o Nordeste, protecionista, intervencionista, dirigindo-se a seus povos, organizados em aldeamentos. O propósito do discurso é fazer os indígenas participarem nas propriedades semânticas consideradas capazes de constituírem a verdadeira essência de nativo brasileiro, para tanto, tentam arrancar-lhes as propriedades contrárias. Esta encenação vai além da enunciação do programa, que se constitui, também, em sua legitimação. A instituição governo autoriza-se intervir através do que diz (MAINGUENEAU, 1997).

A colonização como é apresentada nos livros de história, no texto do programa, tende ser reabsorvida ao identificar o governo colonizador como um instrutor, empreendedor, coordenador do programa e o colonizado - os aldeados que,

através dessa mediação, poderiam chegar à racionalidade da efetividade do programa e à aceitação do mesmo, que traz o progresso por meio de ações que tentam mitigar e compensar os impactos da obra da integração do Rio São Francisco.

A própria ideia de legitimação da obra é, na realidade, uma legitimação das intervenções. E retira sua legitimidade do fato de ter fundado a necessidade desta enunciação do programa PBA 12, já que os discursos se constroem sobre uma fronteira, que separa as propriedades positivas das negativas, na comunidade, nas pessoas, no colonizado, nos que resistem. Misturam os preconceitos, enquanto que o espaço dos executores da obra, do governo tem traços opostos às figuras que dele participam. Excerto 07:

Durante a execução deste Programa, diversas ações foram implementadas junto aos povos indígenas Truká, Pipipã, Tumbalalá e Kambiwá e outras ações foram objeto de articulação com parceiros intervenientes no sentido de viabilizar o seu desenvolvimento. Todavia, em junho de 2011, a partir de demandas dos povos indígenas e de solicitação da FUNAI, realizaram-se reuniões de repactuação com estas comunidades, que objetivaram avaliar a implementação do referido Programa e atualizar a ações previstas, resultando assim, na necessidade de reestruturação deste Programa (PBA 12, p 04).

Os Enunciadores, enquanto intermediários que representam o Estado, apresentam as ações propostas de capacitações, treinamentos, oficinas, que trazem o progresso, onde o colonizado será civilizado, abrir-se-ão ao progresso, tornar-se-ão trabalhadores capacitados. Portanto, nestas condições, não importa o que o programa fale, ele só falará dele próprio, pois sua enunciação realiza o que ele diz pelo fato de dizê-lo. O fato de estar inscrito no cotidiano das pessoas já faz com que os atores assumam o espaço da racionalidade do governo. Os discursos no programa não são neutros e impõem a obra através das ações mitigadoras e compensatórias com autoridade (poder) aos receptores, seus interlocutores, povos indígenas, considerados por eles “incapazes” de decidir o próprio destino e, assim, justificam suas ações e as legitimam às custas dos povos menosprezados por eles.

Lembramos que o termo “Programa”, por exemplo, não é homogêneo, significa uma informação pública escrita, ou o conjunto de instruções, expressões ou dados registrados num suporte e necessários para a execução de uma série de determinadas operações, significa escrever para uso público³. O termo, portanto,

³ “Programa”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <https://www.priberam.pt/dlpo/programa> [consultado em 24-03-2017].

remete a uma instituição, com práticas definidas, em lugares estabelecidos. O PBA 12 legitima-se ao enunciar. Desta forma, a introdução não significa apenas um capítulo do programa, mas define, também, um conjunto de práticas do cotidiano destas comunidades. São estabelecidos constantes retornos entre o corpo imaginário da obra, das comunidades enquanto lugar, dos atores sociais implicados no processo. Nestes casos, não podem existir danos. Para o governo, danos significam à não execução da obra para o lugar, a diminuição ou mesmo escassez de água, e, para os indígenas, prejuízos materiais com a escassez de água que é utilizada para o consumo e para desenvolver atividades de agrícolas e espirituais pela relação que estabelecem com a natureza. No cotidiano das comunidades envolvidas nas organizações das práticas de ritmos, o indivíduo é, de alguma forma, atravessado pela evidência de um discurso que se incorpora a seu modo de vida.

Não é apenas a partir dos efeitos textuais que o discurso produz uma cena enunciativa eficaz, mas por sua inscrição em uma comunidade que se correlaciona com o discurso. Em outras palavras, a instituição governo/obra, realiza um “mundo” que pretende descrever ou promover, pode empregar avanços que estão nela mesmo investidas, a centralização e a missão civilizadora da colonização à medida que ela mesmo realiza um ato promovido por si.

5.2. O QUE DIZEM OS POVOS TRUKÁ

As informações junto aos representantes do povo Truká foram coletadas no período de 10 de outubro de 2017 a 10 de dezembro de 2017, consistindo em entrevista semiestruturada, observação participante *in loco* (conforme anotações do diário de bordo) e registros fotográficos, conforme permissão do grupo.

Figura 16. Toré na Aldeia Truká em Cabrobó.



Fonte: Lidiane Cavalcante, 2017.

As falas dos atores da pesquisa, de maneira geral, podem ser avaliadas como um discurso bastante denso, em que sobressai a cada momento relatos de histórias, narrativas tensas, inconformidades, rejeições, e sobretudo, a desconfiança quanto a programas e projetos governamentais, não somente a esse que está em análise, o PISF.

Lembramos que a AD remete à presença de componentes “não ditos” presentes no discurso e também que não há discurso neutro. O discurso está sendo proferido por alguém que tem uma identidade, um lugar social, uma crença, um conjunto de valores, uma ideologia, enfim. Todos esses fatores interferem no ato de fala, produzindo no sujeito um discurso não neutro, um discurso político.

Por sua vez, da parte do PISF, o discurso escrito é extremamente direcionado ao convencimento do outro. Busca convencer a sociedade e os povos atingidos pela obra de que está realizando um benefício de grande proveito social e procura apresentar “compensações”. Entretanto, tais compensações não foram negociadas com a parte diretamente envolvida, muito menos elaborada em conjunto. Como será visto a seguir, o procedimento governamental com os povos indígenas foi somente a utilização de espaços como assembleias e reuniões para colher suas assinaturas e legitimar as ações, aparentemente com o aval das lideranças indígenas.

Os representantes do Ministério da Integração agiram utilizando sempre o discurso do poder simbólico, e aproveitaram-se da situação de pobreza dos grupos envolvidos para expor programas sociais emergenciais, como forma de convencê-los sobre os “benefícios” da obra. Utilizaram, para tanto, a falácia da assistência social. Ao proporem ações visando “reduzir os impactos”, utilizaram o antigo, e, sempre em pauta, sistema de dominação apresentando aos indígenas quesitos como escolarização e postos de saúde. Entende-se que tais propostas devem ser questionadas de início, por não serem resultados de uma ampla e efetiva discussão (se é que pode haver algum consenso entre essas duas partes, indígenas e governo, nesse caso) e ainda por não representarem os reais interesses dos povos indígenas. Não basta oferecer escola e posto de saúde, já que faltam a terra, a pesca abundante, o rio preservado, a mata, as condições elementares para a existência desses povos.

Ao propor a “contrapartida” social, os agentes governamentais revelam através do discurso “assistencial” um propósito de nova colonização e nova forma de dizimação dos grupos étnicos em questão, tomando-os como uma população carente comum, que não tenha as particularidades e especificidades que os Truká, como as outras etnias indígenas, têm.

Se para um lado (governo) a utilização do discurso tem como objetivo o convencimento tanto pelo dito quanto pelo não dito, para outro, os indígenas, a interpretação do documento mostra absoluta desconfiança, pois veem naquele discurso, uma farsa, outra maneira de subjugar-los, maquiando uma real situação de grande impacto social e simbólico, apresentada como se fosse uma mera obra de cunho social, de levar água para a integração da bacia do rio. Os indígenas, através de suas lideranças, consideram o PISF como a morte decretada do rio, e esta, como um processo irreversível, gerador de destruição e apagamento do seu povo tanto física quanto simbolicamente. Reforçamos essa percepção através da fala do Cacique Neguinho:

“Sabe, nós somos afluente de umas águas, mãe natureza, ela é uma mãe soberana, chama o conjunto de pessoas, que dá a vida a quem não tem vida, criam a nascente, cria um povo e quando atinge aquela natureza, ela também dá o castigo, eu não posso dizer o resto, porque sabe, mas que atinge, atinge, todo o povo não só nós como também aqueles espíritos, aqueles grandes espíritos que é nosso pai, ele busca para todos os seres humanos uma melhor vida e quem diminui a vida de todos esses seres humanos são os governantes. Porque ele deixou a terra e a água e o ar e o espaço para todas as vidas, mas quem tem mais condição financeira sempre quer buscar aqueles outros lá para poder angariarem eles para trabalho escravo, como

está acontecendo com o rio São Francisco hoje, aqui é para poder diminuir a sobrevivência de cada povo, para que viva debaixo dos pés deles. Então faz isso aí, ela, eu acredito bastante no pai e com toda certeza que só ele pode mudar essa questão. Porque político não faz ele mudar a vida dele lá fora não e ele deixou uma nação para viver e a minha fé é imensa nesse pai, não só eu como meu povo indígena, a gente tem muita fé e acredito que eles estão pensando que o rio vai esvaziar bastante para prejudicar todas as nações e que eles vão governar nós com braço de ferro, estão enganados, porque todo o povo tem a liberdade para viver, eu vejo dessa maneira né. Algumas questões eu não posso falar agora, no momento também, mas depois você voltar eu falo e mostro a você as questões aí, espiritualmente eu digo a você (...).”

Como aborda Charaudeau (2008), o discurso está impregnado de elementos que compõem a identidade do indivíduo que o profere, e nesse aspecto, a identidade das lideranças indígenas apresenta-se marcada pela história pessoal e coletiva, o que transparece na maneira de proferir e vivenciar a própria fala, carregando-a de elementos subjetivos como emoção, tristeza, descontentamento.

As lideranças indígenas não falam por si, mas remetem sempre à sua ancestralidade, aos que lhe antecederam, aos que ainda virão. Nesse discurso, estão presente outras vozes, outros “sujeitos”, uma identidade que deixa de ser pessoal e abrange o aspecto coletivo.

Figura 17. Ocá onde são realizados os rituais fechados.



Fonte: Lidiane Cavalcante, 2017.

Como afirma Charaudeau (2008), todo grupo de falante ou todo discurso apresenta “restrições” e interdições; existem os limites do que pode ser dito e do que

não pode ser dito, além disso, o que é dito mesmo quando não dito. Nesse aspecto, constatou-se também as restrições nos momentos de fala dos entrevistados e em outros momentos, em que o filtro acerca do que “se pode dizer” era muito perceptível.

Existe, no grupo, um lugar de fala que é facilmente identificado por qualquer visitante ao ser “acolhido” pelas lideranças. As permissões de fala, com quem falar e o que falar, são apresentadas pelos Caciques. Os processos de resistência, as inovações simbólicas, são produzidas pelo grupo representantes dos objetos. A organização da comunidade é socialmente partilhada para a elaboração da realidade, comum ao grupo (SANTOS, p. 37, 2011).

Nos primeiros encontros, conheci a comunidade, as pessoas, e, aos poucos, fomos discutindo questões relacionadas ao Programa, como o governo apresentou a proposta e como eles a receberam. É sabido que, desde a implantação da CHESF em Pedra Branca, município de Cabrobó - cujo projeto perpassa o território dos Truká - que o grupo questiona as ações governamentais, devido aos prejuízos materiais e imateriais.

O Pajé, Adilson dos Santos Vieira, figura que representa autoridade, não apenas religiosa, explica que o canal passa na cabeceira do Rio, na Aldeia dos índios Truká, prejudicando também outras regiões, populações ribeirinhas e comunidades indígenas. Ao ser questionado sobre as ações compensatórias ele nega a existência de ações mitigadoras no grupo, e diz que:

Os governantes tinham uma maquete que falava assim, o projeto beneficia cinco Estados, só que eles no projeto quando fizeram a maquete falavam assim, que o apoio ao Rio São Francisco ia ser unificado. Ia ser, tinha reparações no Rio, e não atingia todos os povos e não só para os indígenas também, existe uma grande quantidade de pessoas que moram na região ribeirinha. Não está sendo executada ainda, a questão que o apoio do Rio São Francisco continua do mesmo jeito, não foi feita nenhuma reparação dentro da margem do Velho Chico e também continuou prejudicando todos os povos, não só os povos indígenas, porque praticamente, nós somos um povo que moramos na margem do rio (PAJÉ ADILSON, 2017).

Observa-se, nessa fala do Pajé, que ele reflete sobre os prejuízos causados à comunidade externa à sua Aldeia, apropriando-se de um discurso político-ideológico que é próprio de um líder que tem responsabilidade social. Isso demonstra que ele não se “assujeitou” ou assimilou o discurso do “outro”, no caso, o governo.

É importante situar o discurso com seu efeito ideológico, tornando o outro “assujeitado”, ou envolvido por um determinado discurso a ponto de ser tomado por

ele e terminar assimilando-o. Milanez (2012) com base em Pêcheux (1997), afirma que o sujeito é tratado como assujeitado pela maquinaria discursiva, mediante os aparelhos ideológicos o assujeitamento, propõe “um sujeito atravessado pela ideologia e pelo inconsciente. O sujeito [...] tinha a ilusão de que era a fonte de seus dizeres, mas na verdade era apenas um reproduzidor do já-dito” (MILANEZ, 2012 p. 11).

As falas das lideranças indígenas, chamam a atenção por terem uma marca muito forte da posição político-ideológica do grupo e seus interesses enquanto povo. O discurso das lideranças Truká exemplifica claramente que o conteúdo da proposta oficial não os “assujeitou” e nem contaminou ideologicamente os discursos destes, pois evidenciam em suas falas, o posicionamento contrário à obra do PISF, de forma coerente em todas as declarações. No programa da transposição existem 28 planos básicos ambientais que foram elaborados para compensar os efeitos da obra; as ações vão desde reflorestamento, proteção da fauna e flora, até o PBA -12. Na apresentação do texto identifico a informação que houve um encontro com as quatro etnias, (Truká, Tumbalalá, Pipipã e Kambiwá), que são afetadas diretamente com a obra e foi a partir dessa reunião que foram identificados os impactos que a obra causa diretamente e de que forma poderiam ter sido compensados, ao serem questionados sobre esses encontros, em suas falas, os Truká informam que não houve encontros dessa natureza.

Não teve uma reunião que fosse de acordo com a questão do povo indígena, das quatro etnias indígenas, porque afetou, não foi só o povo indígena, afetou cidades e mais cidades, o próprio Estado pernambucano também foi afetado nessa questão. O que eles querem? Reflorestar um rio se eles não se mexeram com nada, falar de reflorestar o rio ou dizimar ou mudar a questão ou evacuar, tirar algumas umas plantas que tem na margem do rio e plantar outras plantas, não teve esse programa com nós não (CACIQUE NEGUINHO, 2017).

Ao serem questionados sobre algumas ações, eles afirmam que as ações do governo desde a implantação da obra, como a implantação e recuperação de redes de energia nas terras indígenas, a recuperação e construção de vias de acesso terrestres que favoreçam acesso às terras aconteceriam independentemente à transposição, como identifica o Pajé “Teve sim, mas não foi por essa questão, é porque a rede está tudo defasada já, aí já é outro trajeto aí, tem nada a ver com a transposição não, é o trabalho iniciado”.

Você sabe muito bem que hoje o governo que está exercendo hoje em nosso país, não é destruir, é diminuir a questão dos povos indígenas ou

praticamente se você olhar nos programas que estão sendo feitos não só aqui, mas no sertão, no nordeste e também no norte e o que o governo praticamente hoje quer, é dizimar todas as questões indígenas ou tirar esse nome, tudo tem que ser assim (PAJÉ ADILSON, 2017).

As lutas do povo Truká, tiveram início ainda no período colonial, com a catequização, foram perdas de pessoas, perdas identitárias e territoriais, perderam suas terras para a igreja, e posteriormente para posseiros e latifundiários.

Situando sua fala numa sequência de ocorrências nocivas aos povos indígenas, o discurso do Pajé acima é muito contundente ao demonstrar o conhecimento sobre o que tem sido feito ao longo do tempo para o apagamento do seu povo, inclusive o apagamento da identidade. Essa é a postura de resistência acerca dos programas governamentais, identificando no discurso governamental a intenção de excluir as questões indígenas ou descaracterizá-las. O cacique percebe a intencionalidade do discurso oficial, aquilo que está “não dito”, não declarado, mas está na intenção de fato, mesmo que o discurso o negue.

Os Truká apoiaram uma greve de fome realizada pelo bispo Luiz Flávio Cappio, (Frei Luiz) da Diocese de Barra, na Bahia, para protestar contra o projeto de transposição, que teve início em 26 de setembro de 2005 e ganhou repercussão nacional. O Bispo, encaminhou uma carta ao presidente da República e registrou sua declaração em cartório e divulgou nas redes. Na declaração ele promete manter a greve até a morte se o governo não desistir do projeto. Ele conclui a carta ao então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, informando que: "Minha vida está em suas mãos", em 26 de setembro de 2005, que também foi a data que a Agência Nacional de Águas (ANA) outorgou ao Ministério da Integração Nacional o direito de uso das águas. Esta era uma das últimas decisões que faltavam para o início da obra que permite bombear água do rio para abastecer áreas agrícolas e os reservatórios de grandes cidades da região.

O discurso citado do Frei Luiz, equiparando-se às pessoas que dependem do rio para viver, (“minha vida está em suas mãos”), revela uma disposição para enfrentar a situação adversa e coloca toda a responsabilidade sobre o agente governamental daquele momento político. A força contraditória dessa afirmação está carregada de simbologia e de um forte conteúdo político-ideológico, em que a atitude fala junto com as palavras. Como afirma Pêcheux, (...) atitudes e representações se relacionam com as “posições de classes” em conflito umas com as outras.

Muitos conflitos em sua expressão mais forte ocorreram em que lideranças indígenas perderam a vida, inclusive. De acordo com depoimentos dos aldeados a resistência do grupo com relação a obra foi a causa de alguns assassinatos: “Foi quando mataram meu irmão aqui, mataram meu irmão e meu sobrinho aqui”, afirma o Cacique Neguinho. Adenilson dos Santos Vieira, de 38 anos, e seu filho, Jorge Adriano Ferreira Vieira, de 17 foram assassinados no final de junho de 2006, quando era realizada uma festa no município de Cabrobó, interior pernambucano. Os Truká acusam membros da Polícia Militar de Pernambuco de terem sido os autores do assassinato.

O crime ocorreu no mesmo dia da cerimônia de entrega de casas populares e pavimentação da Aldeia Truká. Participavam do ato o então ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, e o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai) Mércio Pereira Gomes. De acordo com o Cacique Neguinho, após a cerimônia, no início da noite, quando as autoridades já tinham partido, quatro policiais militares teriam entrado sem uniforme na aldeia durante uma festa organizada pelos indígenas para comemorar as novas casas:

“Porque eles vieram para matar meu irmão, mas não, foi feita uma pista aí, porque essa pista já tinha de mil, foi do tempo de Arraes ainda, essa pista aqui, não foi programa de Lula não, olhe, Lula somente, ele só executou a obra, mas projeto aí foi Arraes. Essa obra aqui dessa pista aqui, ela foi, foi em 1993 mais ou menos, 1993, eu me lembro como se fosse hoje, governo de Miguel Arraes. Eu quero questionar isso. Como é que são feitos os programas governamentais para os povos, são para os povos ou são para justificar o governo? Há várias questões para se discutir isso aí. Para começar o governo, os últimos governos que entraram, para discutir questões indígenas nunca nós fomos chamados. Nem nossos povos, caciques e lideranças do nordeste e também nem pelo norte, nem pelo sul. Porque a questão, o que eles fizeram, você pode olhar a PEC 215, como ela está aí, entendeu? Um programa de um deputado eu vou fazer isso aqui, eu quero acabar com esse negócio aqui... (CACIQUE NEGUINHO, 2017).

É unânime entre eles que a única ação executada foi somente a pista asfaltada e que nenhuma etnia foi ouvida de fato “só teve uma conversa com as lideranças indígenas aqui, não só daqui, como do eixo norte, que tinha um reparamento de perdas, só que até hoje não teve esse reparamento de perdas. Sabe o que teve? Aumento de impostos”, afirma o Cacique Neguinho e complementa:

Veja bem, nós temos hoje uma via, elétrica dentro da aldeia, que ela foi botada irregularmente, sem o conhecimento do povo indígena, porque até então, no ano de 1623, todas as comarcas sabiam que era terra indígena, só que no ano de 1993, a CHESF que ainda era território de posseiros uma parte e outra parte era indígena, elas montaram essa central dentro aí. Que é uma

rede né, ela corre o território indígena todinho, corta e entra Bahia e pagaram os latifundiários, os posseiros. Como é que você paga se não é deles o território? Então hoje nós alegamos essa questão na justiça e por vias, a gente várias vezes nos tribunais federais e foi dado como garantia e como ganha essa causa, eles tinham que pagar a nós 16 milhões de reais por perdas, para manter essa rede de energia dentro e porque quer colocar essa questão dentro agora, da transposição do rio São Francisco? Não existe essa questão, aí é um trabalho diferenciado, é ou não é? Eu acho que é. Então estão incluindo o projeto aí que não existe aqui, se existe que esse projeto é de 1959...

Ao reclamar direitos anteriormente retirados, a liderança Truká retoma lutas anteriores e dívidas que já são antigas do governo com seu povo, e que ainda não foram quitadas. Retoma, no discurso, o século VXII em que seu povo foi identificado nesse território, o que o governo brasileiro não admitiu por não querer pagar a dívida indenizatória. O discurso da liderança mostra conhecer o passado para reclamá-lo no presente, marcando uma posição não neutra. Sua enunciação se apresenta bastante lúcida e incisiva no sentido de reclamar contra as injustiças sofridas por seu povo.

Diante desse cenário os Truká levantam aspectos ambientais que dizem respeito a manutenção do Rio São Francisco e grandes empreendimentos a exemplo da Barragem de Sobradinho –BA, os quais são notórios por desconsiderarem os interesses dos indígenas. Evidencia-se, nos discursos dessas lideranças, que eles conseguem incluir na sua reivindicação uma visão mais ampla que abrange outros grupos de populações tradicionais, como os ribeirinhos ou os povos atingidos por barragens, cuja luta também já se tornou notória na sociedade do Médio São Francisco, e em outras partes, onde são construídas barragens. Nota-se esse conteúdo na fala do Cacique Bertinho (2017):

Porque a primeira coisa que mudou, a questão do povo indígena e para o ribeirinho, se chama a barragem de Sobradinho, entre Bahia e Pernambuco, ela foi uma pedra no sapato do povo, por questões que eles garantiram a nós no ano de 1984, que essa barragem ia trazer benefícios para nós, mas de que maneira, até agora cadê esse benefício. Volta a história do Lula, o Lula quando fez, o Lula não foi o promotor, foi o executor, porque foi mandado dos eixos que são enormes. Nós tínhamos uma margem muito grande, hoje nós temos muita pedra aí, o rio está praticamente dizimado. Francisco hoje está dizimado, Francisco hoje só tem uma banda só. Cadê os afluentes?

Como já tem sido discutido ao longo deste trabalho, o discurso não se restringe ao nível linguístico, mas abrange também as relações sociais, e, portanto, os sujeitos e as relações de poder entre eles. Encontram-se, nesse nível, os processos ideológicos, os interesses e os lugares sociais de quem profere o discurso. O lugar de

fala das lideranças indígenas revela a consciência política no sentido de demarcar os dois lados do discurso, e quais os interesses em pauta, de ambos os lados.

Segundo o Cacique Bertinho, existe na Aldeia o rio menor e rio maior, o rio menor denominaram de “perna de rio”, na entrada da Ilha; e do outro lado, chamam de rio maior, mas as embarcações estão prejudicadas, segundo eles pela obra. “Hoje as embarcações nossas tem que trabalhar com os afluentes do Rio São Francisco, que chama os anexos, estão prejudicados porque as canoas não andam mais”, lamenta o cacique e completa:

Eu falo até assim, eu não vou brincar com a verdade e nem falar coisas que eu não posso falar, o pai fala assim aquele que não habitar no meu coração e que ele for contra mim, ele vai saber o castigo que ele vai receber. Então, qualquer maneira, certo. Então de qualquer maneira nós fomos afetados por questões governamentais, não na questão de pai, porque quando as pessoas precisam da água, eles nadam em dinheiro e sabendo que há uma grande nação abaixo daquele rio que está sendo prejudicada.

O texto é a expressão de um fenômeno complexo que é a linguagem, e nesse aspecto, há que se levar em conta a identidade e todos as simbologias que permeiam a constituição dos sujeitos (CHARADEAU, 2008) principalmente em se tratando de uma comunidade indígena. Um misto de mistério e respeito também sonda os aldeados, questões ligadas ao espiritual eles preferem não se aprofundar em respeito e fé. “Não vou falar aqui das questões espirituais pois não posso”, afirma o cacique Neginho.

Sabe, nós somos afluente de umas águas, mãe natureza, ela é uma mãe soberana, chama o conjunto de pessoas, que dá a vida a quem não tem vida, criam a nascente, cria um povo e quando atinge aquela natureza, ela também dá o castigo, eu não posso dizer o resto, porque sabe, mas que atinge, atinge, todo o povo não só nós como também aqueles espíritos, aqueles grandes espíritos que é nosso pai, ele busca para todos os seres humanos uma melhor vida e quem diminui a vida de todos esses seres humanos são os governantes. Porque ele deixou a terra e a água e o ar e o espaço para todas as vidas, mas quem tem mais condição financeira sempre quer buscar aquele outro lá, para poder angariarem eles para trabalho escravo, como está acontecendo com o rio São Francisco hoje, aqui é para poder diminuir a sobrevivência de cada povo, para que viva debaixo dos pés deles. Então faz isso aí, ela, eu acredito bastante no pai e com toda certeza que só ele pode mudar essa questão. Porque político não faz ele mudar a vida dele lá fora não e ele deixou uma nação para viver e a minha fé é imensa nesse pai, não só eu como meu povo indígena, a gente tem muita fé e acredito que eles estão pensando que o rio vai esvaziar bastante para prejudicar todas as nações e que eles vão governar nós com braço de ferro, estão enganados, porque todo o povo tem a liberdade para viver, eu vejo dessa maneira né. Algumas questões eu não posso falar agora, no momento também, mas depois você voltar eu falo e mostro a você as questões aí, espiritualmente eu digo a você. Meu senhor, é homem de boa vontade e também acredito que ele saberá o que vai fazer, o correto com nós e não deixar nós abandonados, que nós sem

ele não somos ninguém, não é verdade? Se o político gastou o dinheiro que ele tem, a moeda que ele tem é suficiente, mas não é não, um dia ele vai se acabar e a mãe vai buscar, e também vejo só quem tem poder hoje é um pai, aquele lá, o pai supremo.

Ao dizer que “não vai falar”, em seguida ele simboliza “nós somos afluentes de umas águas”, o discurso já aponta impregnado das questões que inicialmente ele prefere não aprofundar. Por estar tão impregnado desses conceitos e da presença dos elementos da natureza no *continuum* da vida cotidiana, o discurso já está comumente referenciado por aquilo em que o falante acredita.

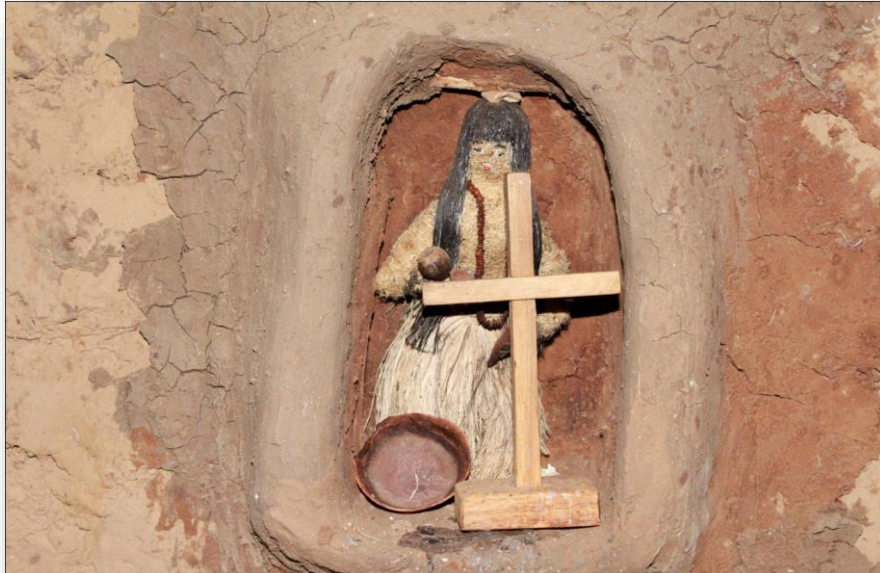
O aspecto imaterial é uma questão muito cara para os povos indígenas. Tanto que em muitas falas, deixam transparecer para além do discurso, a dimensão espiritual, sempre vinculada ao ambiente. Quando ele diz “nós somos afluentes de umas águas...”, podemos entender para além das palavras, o sentido simbólico da Água, como elemento condutor da energia vital. Sem água, sem florestas, sem a terra conservada, não pode se tecer a vida em sua plenitude.

Muitas são as relações estabelecidas entre os povos indígenas e as divindades, relacionadas com o ambiente sagrado. Há alguns meses, uma representante do povo indígena Tumbalalá, expondo sobre a morte anunciada do Rio São Francisco, declarou que os encantados precisam de seu lugar preservado para continuar junto ao povo. Relatou inclusive que já houve tempo de ficarem dois anos sem ter a presença dos espíritos protetores encantados devido aos maus tratos ocorridos no ambiente natural, causando modificações em lugares sagrados específicos.

Dessa maneira, esse trecho do discurso da liderança indígena acima, o qual foi pronunciado com o olhar e as expressões faciais daquele demonstrando um profundo respeito pelo que estava sendo falado, mostra claramente o valor imaterial da água e de outros elementos naturais para os povos indígenas, e serve ainda como forma de perceber que o valor do ambiente preservado para esses povos não pode ser quantificado, não há uma relação com valores financeiros ou materiais. Assim, a compensação que o governo propõe está num outro patamar que não interessa a essas pessoas. Porque o interesse real dessa comunidade é a preservação do patrimônio ambiental e imaterial, garantindo a sobrevivência física e a integridade do povo e de cada indivíduo, o que se dá num plano não mensurável pelos programas governamentais e suas formas discursivas centradas na unilateralidade. De acordo

com Cruz (2012), o discurso expõe as tramas humanas, inclusive as que não estão explícitas.

Figura 18. Cabocla confeccionada por aldeada e utilizada no ritual do Toré Fechado.



Fonte: Lidiane Cavalcante, 2017.

Para a AD, o homem está fadado a significar, e essa significação acontece sempre nas tramas sociais, históricas e culturais de um povo. O homem significa por meio das mais distintas linguagens e para captar os sentidos por ele produzidos é preciso entender de que modo os discursos de uma sociedade se movimentam. Nesse domínio, o discurso tem sempre uma materialidade, composta de uma memória e de uma história que vêm à tona pelas tramas que o formam. Os discursos, de onde brotam os sentidos, transitam pelo tempo e pelo espaço; eles nos enredam, rodeiam-nos e nos constituem, e como construídos por uma memória, um jáditoque os faz serem interpretados, eles são os processos de um constante diálogo com outros discursos (CRUZ, 2012).

A narrativa do Cacique Bertinho é bastante contundente no sentido de relacionar a dependência do povo que ele representa (e de outros) e sua relação com um ambiente íntegro, que possibilite a vida material e espiritual de forma plena ao povo. Denuncia, também, no seu falar, as armadilhas proporcionadas pelos agentes do governo (através de órgãos como CODEVASF e outros) como forma de retirar direitos e ludibriar a comunidade indígena. Como se vê nesse discurso:

Então a gente começou a questionar isso, quando a FUNAI deu outorga, mais uma vez a gente foi pego num momento fraco, nós tínhamos quase 300 famílias desabrigadas e aí a gente levou daqui para lá as fotos, filmagem, todas as informações e entregamos na Defesa Civil, a Defesa Civil é membro de que? Do Ministério da Integração, e aí veio na época 384 casas, 72

quilômetros de via de acesso, o asfalto e mais algumas coisas. Aí vieram colocar que era o plano de mitigação, a gente disse não, quem foi que disse que ia aceitar o projeto por isso não, isso é um papel de vocês, a gente quer nosso território, a gente quer garantir que de fato agora o rio vai ser revitalizado, a gente quer criar viveiros de mudas para envolver nossas crianças na produção dessas mudas para a gente reflorestar nossas margens e reflorestar as partes de áreas de preservação que a gente tem dentro do território. Isso nunca foi atendido. A outra questão que a gente colocava, eram as espécies naturais, principalmente de peixes, a gente tinha porque eu via aqui no rio surubim, matrinxã, pirá, lontra, meus filhos já não viram, meus filhos conheceram surubim porque eu criei em cativeiro na minha roça. Então assim, todo é, as frutas que a gente tinha na margem do rio acabou e aí estavam trazendo árvores que não tinham nada a ver, a CODEVASF de forma desastrosa promoveu uma licitação aonde muita gente ganhou essa licitação para vender mudas para reflorestar as margens do rio que não tinha nada a ver com a nossa realidade, algumas como calumbi, ingazeira, é só você cortar o galho e plantar em outro lugar no próprio rio, não precisa ninguém fazer muda não. Então isso tornou-se também um canal de lavagem de dinheiro e a gente mais uma vez não aceitamos isso, em seguida veio a questão da outorga de água, que eles fizeram o cadastramento de todas as bombas à margem de Pernambuco e a gente não aceitou, a gente sabia que era para ter a outorga e a gente pediu a recuperação de solos, drenagem, reflorestamento de muitas áreas que não aconteceu...

Por outro lado, a fala do Cacique deixa bem clara a resistência: “a gente disse não”, “a gente quer nosso território”, “a gente mais uma vez não aceitamos isso”, “a gente pediu a recuperação de...”, essas expressões são recorrentes e demarcam bem o posicionamento da comunidade representada pela liderança entrevistada.

Nas narrativas em que discorre sobre os embates constantes com as propostas e agentes do Estado, as lideranças, em suas expressões, tanto verbais, quanto não-verbais, demonstram claramente o conflito existente entre os dois lados, no qual muitas vezes, a comunidade indígena é confrontada e tem que se defender de várias formas: manifestações em órgãos governamentais, ocupação de rodovias e escritórios de entidades públicas.

Verificou-se, em muitos momentos desses contatos com a comunidade, que o grupo Truká coloca-se numa posição ofensiva, mediante os embates que têm sido travados ao longo dos anos, assim como ocorreu também com seus familiares mais antigos.

Num sentido amplo da AD, o que se encontra nas falas das lideranças entrevistadas é um discurso marcado politicamente pela história de lutas, mais perdas do que ganhos, que demonstra também uma desconfiança intensa com tudo o que vem de fora, devido ao fato de já serem, de outras vezes, enganados por pessoas que se diziam agentes acadêmicos (pesquisadores) e dos próprios agentes do governo.

5.3 RESULTADOS DA ANÁLISE

Tanto o discurso oficial, expresso na proposta compensatória do projeto, quanto o das lideranças Truká está impregnado de “verdades”, valores e componentes ideológicos que se escondem ou se mostram claramente que se apresentam conflitivos, a partir dos interesses de ambos os lados.

É isto que é tematizado, constantemente, pela figura do progresso do enunciador que se intitula empreendedor, através de construções de casas, da adoção de técnicas de irrigação, cursos de capacitação para geração de renda. Da mesma forma que referir que a entrada de portugueses na civilização nativa brasileira constituiu progresso, quer dizer que o governo, seja ele monárquico, republicano ou democrático beneficia estas populações, o que é ilustrado no texto do programa. Aqui, o sentido do programa consiste em produzir a figura de instituições que comandam todo este discurso. Vemos um processo localizado de autolegitimação. Esta formação discursiva está destinada a assentar na população indígena o efeito de *benfeitor*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao findar este trabalho, algumas considerações são pertinentes, devido à intensidade que a pesquisa revelou, nas suas particularidades. Ao propor esta temática, não tinha a real dimensão da experiência e da vivência que este trabalho iria proporcionar.

Conhecer o texto do PISF e seus projetos compensatórios, analisar o discurso escrito e inscrito na sua abordagem, possibilitou compreender o alcance da política governamental no sentido de provocar impactos às comunidades tradicionais, em especial, aos indígenas. O que se percebe é que na elaboração das propostas, o agente governamental não conhece de fato a realidade indígena, muito menos suas demandas por aquilo que realmente importa: a terra e o ambiente preservado. A representação que o discurso oficial faz desses povos é distorcida e equivocada, quando não preconceituosa e mal intencionada.

A partir da interpretação dos discursos de ambos os lados com o instrumental proporcionado pelo referencial teórico, percebi a dimensão dos interesses governamentais assim como a dimensão dos danos para a comunidade indígena, que por sua vez, deveria ter sido respeitada desde o início da expropriação de suas terras, há cinco séculos. Percebi, em contato com os indígenas, quanto é cara para eles a dimensão imaterial da sua vida, proporcionada pelo contato com o ambiente.

Entretanto, para que haja esse equilíbrio e a vida seja mantida em sua plenitude, é preciso que homens e natureza estejam em harmonia; isso implica na conservação da integridade do mundo natural. A importância de elementos que não têm um valor mensurado do ponto de vista financeiro como uma cachoeira, um lago, uma rocha, uma árvore, para esses povos é imensa porque é uma forma de manter vínculos com suas divindades ancestrais.

Então, o aprendizado neste trabalho, foi muito além do acadêmico. Foi possível observar que as políticas governamentais estão muito distantes da realidade e dos interesses de homens, mulheres e crianças das comunidades tradicionais, e em especial das indígenas.

Desse modo, é preciso considerar que as diversas categorias de significados implícitas quando se fala em discursos explicitamente do governo e dos Truká. Ou pelo menos duas: se por um lado, as transformações culturais e os discursos são formulados em termos de distintos interesses, somos índios e queremos viver como índios, tirar nosso sustento da nossa terra (primeira fala) – afirma-se por outro lado, uma incomensurabilidade em termos de vitalidades características – jamais seremos como brancos (segunda fala). Nesse sentido, o discurso equivale, via de regra, à riqueza do tempo dos ancestrais, cujo valor dos Truká é definido através das narrativas de origem do próprio grupo local.

Constituindo um conjunto de elementos materiais e imateriais, conquistados pelos ancestrais indígenas ao longo de sua transformação e até a chegada dos missionários era repassado por meio das gerações no interior da aldeia; seus nomes, os cantos e narrativas, seus ornamentos, alimentos e bebidas e os objetos utilizados nos rituais. Nesse sentido, corresponde a um patrimônio, que no passado, se transmitia e fazia circular por rituais próprios e que no presente é revalorizado e revitalizado por políticas culturais.

Em síntese, podemos dizer que o discurso dos Truká implica duas formas de diferenciações. Uma contrastante que produz termos no limite irredutíveis, e que se

refere às relações entre índios e governo; mas existe também uma que podemos chamar de transformacional, que opera no âmbito das relações dos Truká entre si.

Permanecer na Ilha de Assunção, reivindicar a posse do espaço em que o canal foi construído, vai além da ideia de uma resistência vitoriosa. Nesse contexto marcado por agenciamentos e transgressões, continuidades e rupturas, remetem aos termos não apenas nas negociações com o governo, mas da circularidade entre as formas de comportamento, as regras de convivência, entre os aspectos culturais do grupo, em influências múltiplas, com impactos distintos, dados as variabilidades de interesses coletivos e individuais dos envolvidos.

Como na conversão à catequese que eles conviviam com o apego às tradições, aos rituais dos antepassados que lhe foram legados, aos quais vivenciavam, homenageavam e traduziam em práticas cotidianas regradas de acordo com suas concepções culturais, onde a resistência não se dá apenas em formas de revolta, mas também de estratégias de mediações, de adaptações e de reformulação de identidade e de construção de novas formas sociais e culturais.

Espero que este trabalho, mesmo com as limitações próprias de todo trabalho acadêmico, possa vir a servir como provocação para o desenvolvimento de futuros estudos na mesma linha de investigação, de forma a contribuir socialmente, como é a função da Universidade e da pesquisa.

Figura 19. Oca da entrada da Aldeia, representa um santuário para os aldeados, marco de sua história e Cultura Legenda.



Fonte: Lidiane Cavalcante, 2017.

REFERÊNCIAS

_____, **Ministério da Integração Nacional- MI.** Programa da Integração do rio São Francisco Com as Bacias do nordeste Setentrional, 2012.

_____, **Ministério da Integração Nacional- MI.** Programa de apoio aos Povos Indígenas, 2011.

_____, **Ministério da Integração Nacional- MI.** Programa de desenvolvimento das Comunidades Indígenas, 2011.

_____, **Políticas Culturais e Povos Indígenas. São Paulo:** Cultura Acadêmica, 2014.

_____, **Da diáspora: identidade e mediações culturais.** 1 Edição Atualizada – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **A invenção do Nordeste e outras artes.** 5ª edição. São Paulo: Cortez. 2011.

ANDRADE, U.M. **“A Jurema tem dois gaios”:** história Tumbalalá. In: CARVALHO, MR., and CARVALHO, AM., org. *Índios e Caboclos: a história recontada.* Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 183-222.

ANDRÉ, M. E. D. A. **Etnografia da Prática Escolar.** 4ª Ed., São Paulo: Papyrus, 2000

ARAÚJO, L. M. B. M. **O PODER, A VERDADE E O SABER NO YOUTUBE.** In: RevLet – Revista Virtual de Letras, v. 04, nº 02, ago/dez, 2012. ISSN: 2176-9125. Acessado em 24 de fevereiro de 2017, in: <<http://www.revlet.com.br/artigos/154.pdf>>

BAKHTIN, M. **Marxismo da Linguagem.** 12ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

BATISTA, M. R. R. **Os Truká e o impacto da obra de transposição do rio São Francisco: A terra Truká é de antes do dilúvio.** Trabalho apresentado na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil, 2008. GT 4 – Cidadania e Territorialização Étnica, Novos e Velhos Sujeitos do Direito. In: <http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2004/mercia%20rejane%20rangel.pdf> acessado em 24 de fevereiro de 2017.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Manual da Sociolinguística.** São Paulo: Contexto, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. 16ª edição, São Paulo: Saraiva, 1997.

CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade.** São Paulo: EDUSP, 1997.

CARNEIRO, M. C. **História dos Índios no Brasil: História, Direitos e cidadania.** São Paulo: Claro enigma, 2015.

CHARAUDEAU, P. **Linguagem e Discurso: Modos de Organização.** São Paulo. Contexto: 2008.

CHARAUDEAU, P. **Uma Teoria dos Sujeitos da Linguagem,** In: Análises do Discurso Hoje. Rio de Janeiro: Nova Fronteira 2008.

CRUZ, M. S. **Pelas Vias da Cidade. Espaço,** Memória e produção de subjetividades. In>MILANEZ, Nilton. **Análise do Discurso. Sujeitos, Lugares e Olhares.** São Carlos, Claraluz, 2009.

FIORAVANT, C. **O Rio do Império.** Revista Pesquisa Fapesp, Ed. 248, outubro 2016. Acessado em <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2016/10/20/o-rio-do-imperio/>>.

FLORÊNCIO, R. R. **Educação e letramento intercultural na aldeia de Assunção do povo Truká.**— 2016. — 135 f.; il color. — Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos, Juazeiro, 2016.

FREDERICK ERIKSON, G. K. **Prefácio** in: **Cenas de Sala de Aula.** Maria Inês Pagliani Cox, Ana Antônia de Assis Peterson (orgs). Campinas: SP Mercado de Letras, 2001.

FREIRE, G. S. **Encontros Diálogos e Agências: Circularidades Culturais entre indígenas Trarairú e Missionários na Paraíba Setencitista.** Campina Grande, EDUFCEG, 2015.

GEERTZ, C. **A interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro, LTC Editora, 2008.

GINZBURG, C. **Mitos, Emblemas e Sinais.** 5ªed, São Paulo. Companhia das Letras: 2002.

GOFFMAN, E. **Os quadros da experiência Social: Uma perspectiva e análise.** Petrópolis, Editora Vozes, 2002.

GREGOLIN, M. R. Bakhtin, Foucault, Pêcheux. In **Bakhtin e outros conceitos-chave.** São Paulo: Contexto 2006.

HALL, S. **A identidade Cultural na Pós – Modernidade.** – 11. ed. - Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MACEDO, R. S. **Pesquisar a Experiência: Compreender/Mediar saberes Experienciais.** 1.Ed. –Curitiba, PR: CRV, 2015.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso.** Campinas, SP, Ponte: EDITORA DA Universidade Estadual de Campinas, 3ª edição, 1997.

MARQUES, J. S. Educação Descontextualizada: Desexplicando as explicações. In: **O paradigma cultura: Interfaces e conexões**. Curitiba, PR: CRV, 2016.

MARTINS, J. S. Anotações em Torno do Conceito de Educação para Convivência com o Semi-Árido. In RESAB - Secretaria Executiva (org.). **Educação para Convivência com o Semi-Árido: Reflexões Teórico- Práticas**. 2 Ed. Juazeiro, BA: Selo Editorial RESAB, 2006.

MATTOS, C.L.G. **A abordagem etnográfica na investigação científica**. In MATTOS, C.L.G., and CASTRO, P.A., orgs. *Etnografia e educação: conceitos e usos* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 49-83. ISBN 978-85-7879-190-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

MILANEZ, N. **Análise do Discurso**. Sujeitos, Lugares e Olhares. São Carlos, Claraluz, 2009.

MUNDURUKU, D. **O Caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. Campinas: Pontes 1999.

PINZOH, J. M. O que queremos da escola?. In: **O paradigma cultura: Interfaces e conexões**. Curitiba, PR: CRV, 2016.

PRIBERAM, **Dicionário de Língua Portuguesa online**;(Poder). Acessado em 03 de marco de 2017:<<https://www.priberam.pt/dlpo/poder>>.

SAMOYAULT, T. **A Intertextualidade**. Tradução Sandra Nitrini, São Paulo: Editora Hucitec, 2008.

SILVERMAN, D. **Interpretação de Dados Qualitativos: Métodos Para Análise de Textos, Entrevistas e Interações**. Porto Alegre- RS: Artmed editora S/A, 2009.

STREET, B. V. **Letramentos Sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação**. São Paulo: Editora Parábola, 2014.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

ANEXOS

ANEXO A – AUTORIZAÇÃO COORDENAÇÃO FUNAI



0348828

08620.015907/2017-34



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

Autorização de Ingresso em Terra Indígena nº 75/AAEP/PRES/2017

| IDENTIFICAÇÃO | | | |
|--|--|----------------|--------------------------------------|
| NOME: | Lidiane Araújo Cavalcante | PROCESSO Nº: | 08620.015907/2017-34 |
| NACIONALIDADE: | Brasileira | IDENTIDADE: | 915693119 SSP/BA |
| INSTITUIÇÃO/ENTIDADE: | Universidade do Estado da Bahia - UNEB | | |
| PATROCINADOR: | | | |
| OBJETIVO DO INGRESSO | | | |
| Desenvolver a pesquisa científica intitulada "Programa da Integração Nacional do Rio São Francisco na etnia Truka: uma análise do discurso". | | | |
| EQUIPE DE TRABALHO | | | |
| NOME | NACIONALIDADE | DOCUMENTO | |
| ***** | ***** | ***** | |
| LOCALIZAÇÃO | | | |
| TERRA INDÍGENA: | Truka | POVO INDÍGENA: | Truka |
| COORDENAÇÃO REGIONAL: | Baixo São Francisco | CTL: | |
| VIGÊNCIA DA AUTORIZAÇÃO | | | |
| INÍCIO: | 02/10/2017 | TERMINO: | 20/04/2018 |
| Autorizo. | | | Brasília-DF, 12 de setembro de 2017. |
| RESSALVAS: | | | |
| <ul style="list-style-type: none"> • Esta autorização não inclui licença para uso de imagem, som e som de voz dos indígenas, para além do objeto desta autorização; • Esta autorização não inclui acesso ao conhecimento tradicional associado à biodiversidade; • Esta autorização não inclui acesso ao patrimônio genético; • Remeter à Assessoria de Acompanhamento aos Estudos e Pesquisas – AAEP/Presidência Funai, mídia digital contendo: relatórios, artigos, livros, gravações audiovisuais, imagens, sons, outras produções oriundas do trabalho realizado e informações sobre o acesso na internet. | | | |



Documento assinado eletronicamente por Franklimberg Ribeiro de Freitas, Presidente, em 12/09/2017, às 22:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Curso aprovado pelo Conselho Universitário (CONSU) por meio da Resolução nº 913/2012, publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) de 20/06/2012 e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em 23/03/2013.

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO MESTRADO EM EDUCAÇÃO, CULTURA E TERRITÓRIOS SEMIÁRIDOS



UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA

DCH III
JUAZEIRO



PPGESA
Programa de Pós-Graduação
Mestrado em Educação, Cultura e
Territórios Semiáridos

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - CEP

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr. (a) está sendo convidado(a) como voluntário (a) a participar da pesquisa:

PROGRAMA DA INTEGRAÇÃO NACIONAL DO RIO SÃO FRANCISCO NA ETNIA TRUKÁ: UMA ANÁLISE DO DISCURSO

Pesquisador Responsável: Lidiane Araújo Cavalcante

Orientador: Dr. Cosme Batista dos Santos

Instituição: Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – Departamento de Ciências Humanas e Sociais (DCH)/CAMPUS III

Telefones para contato: PPGESA (74) 3611-6860 ramal 228 / Pesquisador (74) 99114-0227

Neste estudo temos como OBJETIVO:

Objetivo Geral – Investigar as relações de poder permeadas pelos documentos oficiais fundados no discurso do desenvolvimento econômico e do progresso por parte dos órgãos governamentais

Objetivos Específicos

a) Investigar qual a recepção do povo Truká ao Texto do Programa.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Curso aprovado pelo Conselho Universitário (CONSU) por meio da Resolução nº 913/2012, publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) de 20/06/2012 e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em 23/03/2013.

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO MESTRADO EM EDUCAÇÃO, CULTURA E TERRITÓRIOS SEMIÁRIDOS



UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA

DCH III
JUAZEIRO



PPGESA
Programa de Pós-Graduação
Mestrado em Educação, Cultura e
Territórios Semiáridos

- b) Evidenciar as principais questões relacionadas à contextualização histórica, cultural e identitária desses povos
- c) Investigar quais as tensões entre o documento governamental e a recepção do povo Truká, em vista dos interesses de cada lado.

O motivo que nos leva a estudar JUSTIFICATIVA DO ESTUDO: Nesta pesquisa trabalharemos no sentido de compreender o discurso governamental propagado nos documentos do Programa Ambiental de Apoio aos Povos Indígenas (PBA 12), em face dos significados atribuídos pelo grupo étnico indígena Truká aos mesmos documentos.

O referido texto oficial é parte do Programa da Integração Nacional do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecido como “Transposição do São Francisco”. Serão entrevistadas, cinco (5) pessoas que assumem responsabilidade direta com a comunidade: um representante da Organização de Professores Indígenas Truká – OPIT, um Pajé, três Caciques e um coordenador pedagógico.

Sobre os Riscos e Benefícios:

Os riscos da pesquisa são mínimos, entretanto, devido à coleta de informações, e, por se tratar de uma pesquisa de memória utilizando entrevistas em profundidade, poderá haver durante a execução da mesma possível desconforto emocional e/ou de possíveis riscos psicossociais, incômodos decorrentes das lembranças de momentos de tristeza de sua vida. Para reduzir efeitos e condições que possam vir a causar algum dano, a sua identidade será preservada, sendo vedada a publicação de qualquer imagem e som, sem a sua autorização prévia. Nenhum outro pesquisador terá acesso aos dados com as informações fornecidas nesta pesquisa. O/a senhor (a) tem garantia expressa de liberdade em recusar responder questões que lhe causem desconforto emocional e/ou constrangimento durante as entrevistas.

Em relação aos benefícios da pesquisa, o projeto não prevê desenvolvimento de pesquisa com potencial econômico, portanto não haverá repartição de benefícios econômicos. Sua participação é voluntária e não haverá nenhum gasto ou remuneração resultante dela. Entretanto, a partir dos resultados da pesquisa e de maneira a devolver a comunidade o retorno social desse estudo, a pesquisa prevê a confecção de um material impresso com a síntese do material pesquisado e das análises realizadas pela etnia e disponibilizá-los para a

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Curso aprovado pelo Conselho Universitário (CONSU) por meio da Resolução nº 913/2012, publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) de 20/06/2012 e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em 23/03/2013.

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO MESTRADO EM EDUCAÇÃO, CULTURA E TERRITÓRIOS SEMIÁRIDOS



UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA

DCH III
JUAZEIRO



PPGESA
Programa de Pós-Graduação
Mestrado em Educação, Cultura e
Territórios Semiáridos

comunidade sobre as formas de ressarcimento das despesas decorrentes da cooperação com a pesquisa realizada, o pesquisador se compromete a cobrir gastos referentes a transporte e a alimentação do (a) participante, quando for o caso.

Também fica expresso o direito do (a) participante de pleitear indenização (a) como reparação a danos imediatos ou futuros, garantida em lei, decorrentes da sua participação na pesquisa; o participante da pesquisa receberá a assistência integral e imediata, de forma gratuita, pelo tempo que for necessário, em caso de danos decorrentes da pesquisa.

Os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, regulamentado pela Resolução CNS nº 510 de 2016, que trata das diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, e que a violação de qualquer um dos direitos assegurados nesta Resolução é passível de indenização pelo pesquisador à comunidade.

Informações de Nomes, Endereços e Telefones dos Responsáveis pelo Acompanhamento da Pesquisa, para Contato em Caso de Dúvidas

RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA

Pesquisador Responsável: Lidiane Araújo Cavalcante, Endereço Eletrônico: laraujo.cavalcante@gmail.com; Endereço: Av. José de Sá Maniçoba, s/n.º - Centro, Petrolina - PE, 56304-917 Telefone: (87) 2101-6842/ (87)98874-1880.

Comitê de Ética em Pesquisa- CEP/UNEB Rua Silveira Martins, 2555, Cabula. Salvador-BA. CEP: 41.150-000. Tel.: 71 3117-2445 e-mail: cepuneb@uneb.br. O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é um colegiado interdisciplinar e independente, que deve existir nas instituições que realizam pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil, criado para defender os interesses dos/as participantes da pesquisa, visando a salvaguardar a dignidade, os direitos, a segurança e o bem-estar dos mesmos.

Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP SEPN 510 NORTE, BLOCO A 1º SUBSOLO, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde CEP: 70750-521 - Brasília-DF - A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) está diretamente ligada ao Conselho Nacional de Saúde (CNS), tendo como principal atribuição o exame dos aspectos éticos das pesquisas que envolvem seres humanos. Como missão, elabora e

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Curso aprovado pelo Conselho Universitário (CONSU) por meio da Resolução nº 913/2012, publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) de 20/06/2012 e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em 23/03/2013.

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO MESTRADO EM EDUCAÇÃO, CULTURA E TERRITÓRIOS SEMIÁRIDOS



UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA

DCH III
JUAZEIRO



PPGESA
Programa de Pós-Graduação
Mestrado em Educação, Cultura e
Territórios Semiáridos

atualiza as diretrizes e normas para a proteção dos participantes de pesquisa e coordena a rede de Comitês de Ética em Pesquisa das instituições.

O (a) senhor (a) receberá uma via deste termo onde consta o contato do pesquisador e instituições que acompanham esta pesquisa, para que possa tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Consentimento Pós-Esclarecido

Declaro que, após ter sido devidamente esclarecido (a) pelo pesquisador(a) sobre os objetivos, benefícios da pesquisa e riscos de minha participação na pesquisa “PROGRAMA DA INTEGRAÇÃO NACIONAL DO RIO SÃO FRANCISCO NA ETNIA TRUKÁ: UMA ANÁLISE DO DISCURSO”, e ter entendido o que me foi explicado, concordo em participar sob livre e espontânea vontade, como voluntário consinto que os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos científicos desde que com minha autorização prévia e assinarei este documento em duas vias sendo uma destinada ao pesquisador e outra a via que a mim. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Assinatura do Participante de pesquisa/representante legal

Assinatura do pesquisador responsável

Cabrobó-PE, _____ de _____ de 2017.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Curso aprovado pelo Conselho Universitário (CONSU) por meio da Resolução nº 913/2012, publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) de 20/06/2012 e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em 23/03/2013.

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO MESTRADO EM EDUCAÇÃO, CULTURA E TERRITÓRIOS SEMIÁRIDOS



UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA

DCH III
JUAZEIRO



PPGESA
Programa de Pós-Graduação
Mestrado em Educação, Cultura e
Territórios Semiáridos

TERMO DE COMPROMISSO PARA USO DE IMAGEM, DE SOM E DE SOM DE VOZ DE INDÍGENAS

Eu, **LIDIANE ARAÚJO CAVALCANTE** aluna do PPGESA – Programa de Pós-Graduação em Educação Cultura e Territórios Semiáridos da UNEB - Universidade do estado da Bahia, portadora do RG nº nº. 0915693119 órgão expedidor/UF SSP-BA e CPF nº 295.401.368-06, coordenador da pesquisa intitulada: **PROGRAMA DA INTEGRAÇÃO NACIONAL DO RIO SÃO FRANCISCO NA ETNIA TRUKÁ: UMA ANÁLISE DO DISCURSO**-como requisito para ingresso na Terra Indígena dos Truká de Cabrobó, Aldeia do povo Truká localizada no município de Cabrobó no estado de Pernambuco, conforme **Processo Funai nº nº 08620.015907/2017-34**, no período de **02/10/2017 a 20/04/2018**, com a finalidade de realizar registros fotográficos, sonoros e audiovisuais, para fins da referida pesquisa,

COMPROMETO– ME A:

1. respeitar os usos e tradições indígenas e abster-me de proceder a exigências constrangedoras excessivas ou abusivas para com os indígenas, submetendo-me às disposições da Constituição Federal de 1988, da Lei Federal nº 6.001 de 1973 - Estatuto do Índio, da Portaria nº 177/PRES/FUNAI de 2006 e da Lei nº 9.610 de 1998;
2. não veicular qualquer informação ou adotar procedimento que atente contra a autonomia, a honra e a dignidade individual ou coletiva dos povos indígenas envolvidos, que promova visões preconceituosas ou estereotipadas sobre esses povos ou que estimule o ódio, a intolerância ou o etnocentrismo;
3. utilizar os registros fotográficos, sonoros e audiovisuais exclusivamente para fins do projeto de pesquisa intitulado “**PROGRAMA DA INTEGRAÇÃO NACIONAL DO RIO SÃO FRANCISCO NA ETNIA TRUKÁ: UMA ANÁLISE DO DISCURSO**”;
4. não fazer nenhum uso do material coletado para além dos objetivos anuídos pelos indígenas e tratados, em conformidade com o **Processo Funai nº 08620.015907/2017-34**;
5. remeter à Assessoria de Acompanhamento aos Estudos e Pesquisas - AAEP/FUNAI, em duas vias, monografia, relatórios, artigos, livros, gravações, imagens e outras produções oriundas da pesquisa ou do projeto;
6. remeter à FUNAI documento original de Termo de Licença de Uso de Imagem firmado com os indígenas retratados ou seus representantes, durante o período autorizado pela Funai para o ingresso em terra indígena.

O descumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Compromisso, em conformidade com a CF/88, Art. 5º, e com a Portaria nº 177/PRES/FUNAI/2006, sujeita o infrator às sanções previstas na legislação vigente, bem como ao cancelamento da Autorização de Ingresso em Terra Indígena por parte da FUNAI-MJ.

Qualquer outra utilização do material coletado, para além do objeto deste Termo de Compromisso, inclusive para exploração econômica, deverá ser objeto de novo processo de autorização junto ao indígena ou ao povo indígena, retratados e à Fundação Nacional do Índio.

Declaro verdadeiras todas as informações prestadas neste Termo de Compromisso.

Juazeiro-Ba, 17 de Agosto de 2017.

Lidiane Araújo Cavalcante

APÊNDICE A - Entrevistas transcritas

| | |
|---------------------|---|
| Legenda | |
| (-) | Comentários do transcritor |
| (00:00:00) | Marcação do tempo onde inicia a fala |
| [] | Trecho não compreendido com clareza |
| Ahã, uhum | Interjeição de afirmação, de concordância |
| Ãhn | Interjeição de dúvida, de incompreensão, ou pensando |
| Hã | Interjeição que exprime que o interlocutor aguarda a continuidade da fala da outra pessoa |
| Tsi-tsi | Interjeição de negação |
| TEXTO EM CAIXA ALTA | Palavra ou expressão pronunciada com ênfase |
| Hí-fen | Palavra dita de modo silábico |
| | |
| Orador A | PESQUISADORA |
| Orador B | Orivam dos Santos Barros Gravação Voz 002 Duração do Áudio: 00:56:06.00 |
| | |

(00:00:00)

Orador A: É, como eu estava falando, só para lembrar que, é Orivam dos Santos Barros, o cacique Truká. Vocês são divididos em 25 aldeias...

Orador B: Nós temos 25 aldeias só dentro da ilha grande né, que é a Ilha de Assunção, e aí a gente tem as ilhotas do arquipélago da ilha que são mais 3 aldeias e temos o continente que é a terra da margem do rio pequeno que divide com o Estado de Pernambuco, aqui a gente está entre Pernambuco e Bahia. E na retomada do outro lado a gente tem mais 4 aldeias. Então geograficamente a gente se divide em dois cacicados com 25 lideranças, conselho de saúde, conselho de educação, grupo de jovens e conselho interno de pajelança.

Orador A: Como foi feita a escolha da, desde quando você é cacique e como foi feita a escolha?

Orador B: Eu sou cacique desde 2003, eu venho de uma geração de caciques né, necessariamente isso não quer dizer que meus filhos vão ser, quem escolhe são os encantantes de luz, nossos ancestrais. Eu vejo de uma linhagem do meu avô, meu veio de uma linhagem há mais de 300 anos disso e os outros capitães que passaram esse nome cacique já foi dado da época do (Trecho inteligível - 00:01:34.06) para cá, não tinha internamente cacicados e tínhamos sim os capitães, os mestres e contra mestres, nas aldeias.

Orador A: E como fala da legislação aqui que vocês conseguiram mesmo?

Orador B: O nosso povo foi reconhecido no ano de 72, em 73 foi reconhecido o território da gente e da ilha e do arquipélago, deixando de fora, toda a terra do continente, aqueles aldeamentos que existem lá e que hoje a gente ainda luta para demarcar, a ilha grande ela tem 6 mil e duzentos hectares a gente tem 84 ilhotas que somam aproximadamente 3 mil hectares e lá no continente tem 11 mil e 52 hectares que é onde está o eixo norte da transposição...

Orador A: Bem na região da obra né.

Orador B: É, bem na região da obra, a gente pega lá da obra até a boca do braço aqui embaixo, toda essa margem à frente da ilha aqui.

Orador A: Qual é a população?

Orador B: Nós temos 6 mil e 44 pessoas.

Orador A: Em todo ou só aqui.

Orador B: Só aqui. A gente...

Orador A: Só na ilha de Assunção...

Orador B: Na ilha e Cabrobó.

Orador A: 6 mil...

Orador B: E 44.

Orador A: Ai você está somando, quem é Truká que mora lá ou só que mora aqui?

Orador B: A nossa população total aqui no município né, entre Cabrobó, a cidade, os que moram na cidade e os que vivem aldeados aqui dentro, e aí a gente ainda tem as famílias nossas que estão em Orocó, que são em torno de 300 pessoas, temos os que estão em Sobradinho e temos os que vivem em Paulo Afonso e lá eles usam o nome de Truká Tupã, todos esses outros 3 são povo Truká, mas os Truká Tupã também é Truká daqui, migraram daqui para lá.

Orador A: Como você falou o eixo leste ele está sendo construído, está sendo não, já foi construída, no território Truká e existe esse programa de apoio aos povos indígenas para compensar e diminuir e mitigar, são vários verbos positivos para que faça com que o impacto não seja tão grande nessas comunidades, você conhece o programa? Você já teve acesso, já leu, como é, como foi essa recepção do programa?

Orador B: A gente discorda disso porque nós não colocamos, só que a gente conhece isso como plano de mitigação...

Orador A: Plano de?

Orador B: Mitigação, o canal da transposição ele vem sendo discutido fortemente desde 99 né, na época do governo FHC, então primeiro eixo norte ele sairia daqui debaixo da ilha, numa localidade que a gente conhece como boca do braço e brejé, para isso eles precisariam construir uma parede embaixo para que a água fosse por gravidade até certa altura aí no centro da caatinga e isso implicaria em inundar a ilha de Assunção no município de Cabrobó e aí já nessa época a gente consegue fazer um movimento muito forte e o governo FHC recuou. Em seguida a isso a gente criou o comitê de bacias do São Francisco, então o primeiro representante que a gente teve aqui no comitê de bacias foi Ailson Truká que é meu irmão e o que aconteceu, de 99 a 2000, até meados de 2003, 2004, a gente discutiu isso de forma bastante articulada com todos os povos da bacia, inclusive tentando entender o projeto que ninguém apresentava, o projeto de transposição, a gente só sabia que essa barragem que a água ia por gravidade, mas ninguém tinha a dimensão do tamanho da obra. E aí em 2004, a gente passou por um período de enchente aqui que a gente só tinha visto em 79, então daqui de onde eu moro para a cidade, a gente só conseguia ir de canoa porque tudo isso ficou embaixo d'água, e aí a gente ficou sem estradas, a gente ficou com 280 famílias desabrigadas porque a chuva derrubou as casas, as famílias da gente foram para os postos de saúde, para as escolas e a gente aqui no ano de 2004, fizemos uma comitiva e fomos até Brasília e isso a gente foi na Defesa Civil, numa

série de entidades lá para ver essa questão do Ministério das Cidades, tanto das casas populares quanto das estradas que a gente teve que recuperar. E no ano de 2005, a gente aqui já se precavendo dessa discussão, estava uma discussão muito forte na época, a gente não aceitava discutir, nem com o Ministério da Integração, nem com o governo federal, esse projeto de transposição. E aí no ano de 2005, a gente foi muito aberto as pesquisas das faculdades, das escolas, a gente foi enganado aqui por uma pessoa por nome de Lílio ou era Leila, dizendo que era da Universidade Federal do Rio de Janeiro e que queria conhecer um pouco da realidade, qual é a realidade da gente aqui, nós vivemos aqui, nós vivíamos no rio totalmente vivo até o ano de 79, de 79 quando inaugurou Sobradinho a gente já perdeu parte da riqueza que a gente tinha, os plantios de vazante, os peixes e as caixas que a gente tinha em abundância. No ano 85 veio a barragem de Itaparica, abaixo da gente, que ficou uma zona do rio morta e isso impactou a nossa forma de vida radicalmente, a gente teve que se adequar a nova realidade que o rio ofertava, que a gente é um povo da nação canoeira, a gente os Tuçá, os Tumbalalá, vivemos todo esse tempo aqui por conta do rio. Então a gente tinha os nossos plantios de batata, de feijão, de arroz, tudo orgânico nas vazantes, ninguém, a Ilha Grande em si até o ano de 77, 78, para chegar lá na ponta da ilha era vareda. Da década de 80 para cá quando o governo do Estado se instalou aqui foi que degradaram todo o solo da gente e acabaram com tudo, expulsaram a gente e terminaram empobrecendo o solo, trazendo algarobas...

Orador A: Expulsando como você fala, a própria obra em si ou não?

Orador B: Veja só, a gente aqui, em 1910, a gente passou por uma história em que a Igreja Católica vendeu a nossa terra, mesmo assim a gente continuou aqui na Ilha Grande e nas ilhotas, depois disso quando foi chegando o tão falado desenvolvimento a gente nunca foi tido como parte disso, então a gente foi expulso da nossa própria terra.

Orador A: Em que ano?

Orador B: No ano de 78, 80, a gente teve que sair daqui...

Orador A: Como foi feito?

Orador B: A gente trabalhava, por exemplo, no ano de 1940, até 46, meu avô enfrentou uma dificuldade muito grande com os posseiros da época, então a gente foi expulso da ilha, porém a gente podia entrar aqui para trabalhar como meeiro e permanecer na nossa terra como meeiro. Depois do reconhecimento no ano de 73 as coisas foram apertando, quando chegou na década de 80 a gente foi varrido de dentro da ilha. Então se instalou aqui o DPV, a SEMENP, um monte de entidades do governo do Estado e que não trouxe nenhum benefício para a gente, a gente trabalhava como mão de obra escrava para os posseiros né e aí em certo de momento a gente se

tornou um incomodo maior por conta da organização social que tinha e da discussão da retomada das terras, então a gente foi expulso da Ilha Grande, ficando nas ilhotas...

Orador A: Ilha Grande aqui que você fala é Assunção né...

Orador B: É, ilha de Assunção.

Orador A: Vocês não falam Assunção aqui internamente, é só Ilha Grande.

Orador B: Ilha Grande.

Orador A: Aí a Ilha de Assunção é um nome...

Orador B: Tem ela e todo o arquipélago. Não, Assunção...

Orador A: A ilha de Assunção e os arquipélagos ou...

Orador B: A Ilha de Assunção é a ilha de Assunção, os arquipélagos são os arquipélagos.

Orador A: E a Ilha Grande é só Assunção.

Orador B: É a Ilha Grande. Então assim, então a gente viveu nisso até a década de 90, em 90 a gente começou um processo mais forte de retomada de terras. Primeiro, grande invasor do nosso território que a gente colocou para fora foi o Estado e daí por diante até quando a gente chegou em 99, quando retomamos todo o restante da Ilha Grande. E aí a gente tem enfrentado essa série de dificuldades, o que que esse projeto de transposição nos trouxe à tona, toda a realidade que a gente já tinha vivido com a barragem de Sobradinho e na barragem de Itaparica, que é o falso desenvolvimento. Então assim, de 2005 a 2007 teve aquelas audiências públicas, aonde a gente várias vezes fomos proibidos de entrar por que era contrário né ao projeto de transposição. A gente pegou o projeto e a gente começou a questionar também o projeto, o custo benefício da obra, para quem de fato essa água iria e quanto iria custar porque, em seguida a isso, eles criaram o nordeste setentrional que a gente também nunca conheceu, acho que nem os estudiosos mais antigos aqui da nossa região sabe o que é esse nordeste setentrional, dizer que vai levar água a 12 milhões de pessoas. Então você tem 12 milhões de sedentes, nos 5 Estados, era você colocar uma torneira na casa de cada um, e aí qual é a grande contradição que a gente pegava, Cabrobó, por exemplo, a gente tem gente há 4 quilômetros do rio sendo abastecidos (Trecho inteligível - 00:12:34.11), as vilas produtivas que andam por ele, são abastecidas por carro pipa. E havia a grande discussão nossa da regularização do restante do nosso território, então...

Orador A: Foi em que ano essa?

Orador B: Foi em 2005.

Orador A: Foi quando iniciou de fato a discussão da obra...

Orador B: Foi em 2005 eles queria instalar de toda forma e a gente foi resistindo conseguimos retardar isso até 2007 né, que em 2007 foi dada as licenças ambientais de forma irregular...

Orador A: Que se convidaram ou era vir uma antropóloga, é isso que você fala?

Orador B: Não ela veio e fez esse estudo aqui, dizendo que era para uma universidade federal...

Orador A: Essa antropóloga que eu não lembro o nome, foi ela que fez o estudo...

Orador B: É, e ai em seguida...

Orador A: Antropológico para identificar se o eixo oeste...

Orador B: O eixo norte...

Orador A: O Eixo norte era, isso, isso, desculpa. Se o norte era nas terras Truká.

Orador B: Que a resistência que tinha era a gente aqui, e aí o que é que aconteceu, entrou com essa desculpa que era da universidade do Rio de Janeiro e a gente abriu as portas fazendo o estudo para a transposição, como a gente descobriu isso, em seguida veio a FUNAI, que a FUNAI tinha todo o poder de barrar, estava se tratando de território indígena e tanto a legislação brasileiro proíbe que não tenha a anuência da gente, quanto a Convenção 69 da OIT, e tudo isso a gente, chegamos em um momento aonde a gente conseguia entrar nas audiências que a gente colocava todo mundo em maus lençóis porque ninguém conseguia responder o que a gente questionava, não através da força, mas através do, que a gente via que no próprio projeto, e aí a gente recebeu esse contragolpe, na primeira audiência que a gente foi, a gente identificou essa moça lá como do Ministério da Integração e aí a gente levamos história a tona, fizemos denúncia à época e não deu em muita coisa. E aí em 2007...

Orador A: Tem validade científica se...

Orador B: A gente está num país que quando, quando se trata de interesse nacional, passam por cima de tudo...

Orador A: Porque meu orientador falou assim, nunca vi quem quer trabalhar para um curso social ter tanta dificuldade porque para conseguir, eu já tinha a anuência de vocês para estar aqui desde 2015 eu acho, desde quando eu comecei a elaborar o projeto, mas o comitê de ética só me liberou, tem pouco tempo que o comitê de ética me liberou para terem validade de fato, científica, porque tem que ter autorização da FUNAI, de regional, autorização da FUNAI em Brasília, autorização...

Orador B: Mas a FUNAI quando vem com tudo isso porque, o nosso país é um país politizado, a gente vive num país de indicações políticas, como o presidente da FUNAI não ia se colocar contra o presidente da República, ia ter que arrumar um modo de enfraquecer a nossa resistência, o nosso ponto fraco era esse de abrir para as pesquisas até mesmo para...

Orador A: Mas é ponto fraco ou ponto forte, uma vez que as pesquisas elas podem...

Orador B: Nesse sentido é ponto fraco, porque a gente resistiu ao ponto de não aceitar o diálogo, a gente não aceitava de forma alguma discutir isso.

Orador A: Porque dependendo da pesquisa ela pode reforçar o ponto de vocês...

Orador B: E aí se você tem um adversário que se fechou para o diálogo contigo, mesmo que seja para levar para números, é a minha palavra contra a palavra do Ministério da Integração, ele não cedia, então qual era a forma de ceder, ir me pegar no caminho que eu não esperava, que eu abria, em contramão disso para os pesquisadores entrarem aqui para conhecer a realidade do povo, então foi aí, quando a FUNAI também conivente com isso deu a volta na gente, utilizou de uma forma rápida a entrada dessa moça aqui, ela só veio para pedir e a gente não nos regramos a isso e ela terminou entrando em campo, a gente crente que estava fazendo a pesquisa para a universidade federal do Rio de Janeiro e aí...

Orador A: Uma pesquisa antropológica ela reforça o direito da, porque vai, encontra vestígios, desde pedras...

Orador B: Mas a transposição muita coisa foi aproveitada, há essa, há estudos antigos de entidades do governo como EMBRAPA, CODEVASF, setor de antropologia de várias universidades e faculdades e aí tudo isso, aqui com a gente não foi diferente para você demarcar, fazer a demarcação do território você tem que ter primeiro, a permanência daquele povo ali durante o ciclo de vida que é a ocupação tradicional, fora disso qual é o limite, identificar e delimitar e aí você vai distribuir isso, qual é a área que você utiliza para plantio, qual é a área que você utiliza para caça, para pesca e para coleta de ervas medicinais. Então a gente também tem um catálogo de tudo isso, vem um agrimensor para ver a questão dos solos, qual é o solo mais rico, qual é o solo mais pobre, então tudo isso foi aproveitado, porque o tempo que ela teve aqui também não dava para se fazer um relatório tão fechado, então pegaram as

informações que já se tinham e jogaram para esse. Em seguida a FUNAI vai e dá anuência para o IBAMA e o que é que aconteceu nisso, a gente ficou discutindo a questão do território que a gente queria regularizar o nosso território porque a gente já tinha sido vítima de outros grandes empreendimentos e tinha ficado jogado de lado toda a questão territorial do povo da gente e a gente colocou isso sempre a tona. O que que foi que aconteceu? A gente também pegou o ponto fraco do governo, você tem um projeto de 25 anos, para ser executado para a transposição chegar lá no Rio Grande do Norte ou na Paraíba, o canal, mas você tem que para isso garantir a vida do rio e aí vinha o projeto de revitalização. E o que que o governo colocava como projeto de revitalização, sistema de água tratada, saneamento, uma série de coisas, primeiro era obrigação deles, revitalizar, você tem que reflorestar, repovoar, dragar o rio e garantir a vida do rio e dos seus afluentes. Então a gente começou a questionar isso, quando a FUNAI deu outorga, mais uma vez a gente foi pego num momento fraco, nós tínhamos quase 300 famílias desabrigadas e aí a gente levou daqui para lá as fotos, filmagem, todas as informações e entregamos na Defesa Civil, a Defesa Civil é membro de que? Do Ministério da Integração, e aí veio na época 384 casas, 72 quilômetros de via de acesso, o asfalto e mais algumas coisas. Aí vieram colocar que era o plano de mitigação, a gente disse não, quem foi que disse que ia aceitar o projeto por isso não, isso é um papel de vocês, a gente quer nosso território, a gente quer garantir que de fato agora o rio vai ser revitalizado, a gente quer criar viveiros de mudas para envolver nossas crianças na produção dessas mudas para a gente reflorestar nossas margens e reflorestar as partes de áreas de preservação que a gente tem dentro do território. Isso nunca foi atendido. A outra questão que a gente colocava, eram as espécies naturais, principalmente de peixes, a gente tinha porque eu via aqui no rio surubim, matrinchã, pirá, lontra, meus filhos já não viram, meus filhos conheceram surubim porque eu criei em cativeiro na minha roça. Então assim, todo é, as frutas que a gente tinha na margem do rio acabou e aí estavam trazendo árvores que não tinham nada a ver, a CODEVASF de forma desastrosa promoveu uma licitação aonde muita gente ganhou essa licitação para vender mudas para reflorestar as margens do rio que não tinha nada a ver com a nossa realidade, algumas como calumbi, ingazeira, é só você cortar o galho e plantar em outro lugar no próprio rio, não precisa ninguém fazer muda não. Então isso tornou-se também um canal de lavagem de dinheiro e a gente mais uma vez não aceitamos isso, em seguida veio a questão da outorga de água, que eles fizeram o cadastramento de todas as bombas à margem de Pernambuco e a gente não aceitou, a gente sabia que era para ter a outorga e a gente pediu a recuperação de solos, drenagem, reflorestamento de muitas áreas que não aconteceu...

Orador A: E o que aconteceu de fato para mitigar?

Orador B: Como plano de mitigação que eles apresentam são as casas, as estradas, vicinais e a questão do asfalto. Então assim, a gente desse plano de mitigação de fato que nós queríamos de volta, o nosso território tradicional, demarcação, regularização, projetos que a gente conseguisse envolver a nossa juventude com a realidade daqui

porque nós nordestinos ainda nos espelhamos, mesmos nós indígenas que convivemos mais com a natureza, mas o nordestino em si se espelha muito na realidade que outra, que se identifica com a realidade do cerrado, da mata atlântica, da mata amazônica, como que aqueles animais só tem lá e não tem aqui. Dão o entendimento que a nossa fauna e a nossa flora é totalmente pobre e isso é mentira, a gente aqui tem guará, tem a raposa, tem o guaxinim, tem a onça parda, a pintada, tem os jacaré açú, o mirim, capivaras, esses, os últimos dois que eu falei, hoje ainda resistem, mas as lontras desapareceram por conta do índice de poluição do rio e muitas espécies de peixe e animais silvestres como todo o tipo que desapareceram, então a nossa intenção maior era que a gente conseguisse adquirir isso de volta, que fosse introduzido para a gente velando pelo que os nossos filhos pudessem conhecer a riqueza que a gente conheceu e isso não foi atendido. Como a revitalização do São Francisco em si, não foi atendido nada, fizeram aí um cala boca e as pessoas, os beiradeiros que moram na calha do rio terminaram aceitando, tanto que agora está aparecendo fortemente o rio está morrendo, então agora não tem como a gente ficar mentindo uns para os outros e achando que ele é algo infinito, ele é mostrou que é finito, que se nós não cuidarmos vamos perder e aí a gente tem lutado, tem tentado ainda via Ministério da Integração, acho que com esse atual governo que está aí a gente não vai conseguir avançar em nada, eu não vou nem dizer assim alguma coisa, é nada, está mais do que provado que a gente não consegue nada, mas porém a gente tem que ter esse compromisso de salvar o maior patrimônio que nós temos aqui no nordeste é o São Francisco, independente de ser indígena, quilombola, ribeirinho, quem mora as margens dele, acho que temos por obrigação zelar e fazer com que esses grandes empreendimentos que passaram ao longo do tempo, eles de fato revejam o que fizeram porque a gente foi criando aqui em Cabrobó quando a gente se colocava contrário, eles diziam os índios estão loucos, estão contra o desenvolvimento, contra o emprego, então tem determinados locais que eram dominados por exército que a gente era proibido de entrar, se eu chegasse lá sem me identificar como indígena entrava, agora se eu identificasse índio, com ao menos um colar eles não deixavam entrar, porque, porque as pessoas foram enganadas com a promessa de desenvolvimento e ninguém que os empregos eram temporários, ninguém disse que junto com o empreendimento vinha droga, prostituição, assalto, a violência, ninguém disse isso e aí o que é que aconteceu, aqui em Cabrobó quando a gente falava em droga, era maconha, então é uma cidade pequena onde todo mundo se conhece, o cabra mora lá no Bonitinho que é um dos bairros mais longe aqui da Ilha de Assunção, mas ele é filho de fulano, eu sei quem é, digo é bichinho filho de fulano, então quando o cabra usava droga era maconha, a gente dizia o filho de fulano de tal lugar fuma maconha, chegou o crack, o êxtase e com ele a prostituição infantil junto com os soldados do exército, muito forte, o cabra trabalhava na roça como é dada a agricultura aqui nessa região tanto indígena como não indígena, cada um da gente era o nosso próprio pé de meia, porque você não tem financiamento. Então eu planto meu roçado, ganhando ou perdendo eu tenho que ter minha reserva para plantar o ano que vem ou na próxima safra, porém eu tinha esse dinheiro e tinha uma vontade de comprar um carro desse seu, mas se eu comprasse o carro eu sabia que

eu não iria trabalhar e o que que aconteceu, veio a oferta de emprego, cresce com o isso o crédito, linhas de crédito para vocês comprar moto, carro, móveis e muita gente pegou o que tinha no bolso junto com o holerite, com comprovante de renda, carteirinha registrada, foi na concessionária e comprou o carro, outros compraram motos, eletrodomésticos, uma série de coisas, a gente assistiu aqui na nossa cidade, as lojas tomando colchão, tomando cadeiras, tomando televisão do carro e moto, o cabra além de perder o que ele tinha de reserva perdeu o emprego dele, muitos moravam nas caatingas ou nas ilhas e passaram a morar na cidade, porque tinham que morar lá para estar mais perto do emprego e terminaram abandonando o campo. O que é que aconteceu aqui com o pós-transposição, a gente ficou com a juventude drogada, um monte de meninas novinhas de 15, 16, 13 anos com soldadinho novo do exército no braço, desempregado, o cabra que saiu do campo não tem mais como voltar e fica na rua hoje no pé da prefeitura, no pé do vereador pedindo a um e a outro, então acabou com a autonomia de muita gente.

Orador A: Você fala em Cabrobó em geral ou, é, isso teve muito influencia aqui na ilha?

Orador B: Aqui na ilha nós tivemos uns índios que traíram a gente que terminaram indo trabalhar, mas desses que foram quando voltaram perderam as mulheres, tocaram fogo nas casas, porque entrou em estado de desespero. A gente vive de uma agricultura, tem gente que planta cebola que é loteria, tem gente que planta arroz, mas você tem muita fruticultura, criatório de peixe, ovelhas, bois, então se você trabalhar 5, 6 anos você vai com certeza se souber economizar de adquirir aquilo que você tem. Então você imagina, a oferta vindo e você planejar, daqui há 5 anos de comprar uma casa, o cabra dizendo, tu pode comprar agora, só que não te dizia o que você tinha que pagar não é? E aí o cara perdia o que ele tinha dado, que era dele, ficou com o nome sujo, não teve mais como voltar, o preço das coisas na cidade disparou, que a gente, é uma cidade que vivia basicamente da agricultura. Então a transposição ela quebrou o nosso município, quebrou a nossa economia, ficamos com uma perspectiva de vida da nossa juventude bastante comprometida ou a gente se preocupa de fato, como é que a gente vai trazer essa juventude de volta para o campo, conseguir incentivos para isso, fazer esse ligamento que a gente sempre teve entre nós, o cabroboense e a agricultura ou então o nosso município daqui uns dias ele termina de morrer, está só soluçando. Então a gente ficou com todo esse déficit, nós indígenas, em especial por dizer nós saímos bem machucados, ter o nosso território invadido, ter uma série de coisas aí, mas a nossa realidade ainda não se compara com a realidade de alguns que apostaram todas as suas fichas nesse projeto.

Orador A: E como você avalia o projeto de apoio aos povos indígenas?

Orador B: Ele nunca existiu, ele nunca existiu, o governo pegou é, uma pasta que é obrigação dele cumprir, nós independente de sermos indígenas ou não, pagamos imposto da mesma forma que qualquer cidadão brasileiro, então portanto, temos

direitos também ao acesso à casa popular, a estrada, a uma série de coisas e o governo pegou isso e utilizou como marketing de campanha, felizmente a gente tinha também todas as grandes meios de comunicação envolvidos nisso fortemente, então o grito da gente que nós colocamos contra ficou mais do que abafado. Então assim, muita gente agora também entende que a gente estava certo porque só foi no que a gente dizia que iria acontecer.

Orador A: Então você vê assim, essas ações mitigatórias elas não foram criadas com objetivo de diminuir esse impacto, de compensar, foram caronas de outros programas que já existiam do PAC, seja lá do que for e que já existiam, veio para a comunidade como uma forma de dizer que eram ações mitigatórias, é isso?

Orador B: Como é que o nosso país vive? O nosso país vive de aparências, de propaganda, então eu tinha ali uma resistência muito forte indígena, quilombola, que movimento de sem-terra, então eu vou aparecer, os caras não têm nada, eu vou dar estrada ao cara, vou dar a casa, vou dar a eletrificação rural e vou dizer estou fazendo e ele ainda está dizendo não, para ver que ele é doido, ele não tem...

Orador A: O programa na introdução ele fala que teve um estudo a partir de 2005, esse programa aí e que houve antropólogos, engenheiro agrônomo, analista ambiental, que se reuniram com as 4 etnias que são afetadas diretamente e que desses encontros foi realizado um levantamento das reais necessidades e a partir desse levantamento houve um planejamento para essas ações. E o meu estudo é isso, eu quero saber que ação...

Orador B: Isso nunca teve, as reuniões que a gente sempre teve com o Ministério da Integração foi para dizer não ao projeto, infelizmente a gente foi pego no contrapé, mesmo o território como reza a Constituição, ele tem que estar na nossa mão, tem que estar ocupado pela gente, mas quem tem o domínio de entrada e saída dele é a FUNAI.

Orador A: E a FUNAI é quem?

Orador B: E a FUNAI é o governo, o que é que fizeram...

Orador A: Como é que você vê a ação da FUNAI, eu não falo hoje, eu tenho a minha opinião com relação a FUNAI, você vê a FUNAI como uma entidade que protege os direitos indígenas ou você vê a FUNAI como paternalista, como se os grupos, essas etnias, não tem o poder de decidir sobre a sua própria vida, precisa de um órgão que faça isso por eles, por vocês no caso.

Orador B: Olha a FUNAI, qual é o papel da FUNAI hoje, a gente que é contatado há 517 anos e muitos outros povos de norte a sul desse Brasil que estão mais articulados que já disputou a questão do direito com bastante conhecimento, esse não é o campo

de interesse da FUNAI que a gente perturba, porém a gente tem índios ainda isolados, que não conhece nada desse mundo, outros recém contatados e que não tem digamos assim, o mesmo campo de visão do mundo da gente, nós temos parentes aí que já tem algum contato, mas que continua vivendo na mata, continua vivendo da caça e da pesca e pequenas produções, que pouco interessa a eles esse mundo que a gente vive aqui, já a gente é diferente, porque tudo que a gente tinha tirado, a gente teve que ir adaptando o nosso modo de vida a cada um obstáculo colocado, algo tirado da nossa riqueza natural. E a FUNAI hoje ela se apega a essa questão dos índios isolados, principalmente com a Lei 6.001, porque por aqueles lá ela pode decidir e dizer, então o que aplica para eles em determina coisa, ela aplica para a gente. Para você ter ideia, para gente sair do país hoje, para qualquer outro país, a gente tem uns colegas agora que estavam fazendo uma campanha internacional para tentar arrecadar fundos com as organizações indígenas, 5 organizações tiveram que ter a anuência da FUNAI, o pedido lá na Polícia Federal para emitir os passaportes, que ou a FUNAI vai ou não pode sair. Então a gente também ainda é apego a isso. Qual é o campo de visão que eu tenho da FUNAI, é o campo que eu tenho de todos os outros órgãos estatais do nosso país, porque se a gente tivesse de fato, se a gente tivesse uma democracia no processo democrático que o Brasil é democrático, é o país que respeita direitos e que isso e que aquilo, eu acho que o povo brasileiro é um povo muito acomodado, se tiver bem para mim os outros que se danem. E você tira, o cara ganha para a presidência da república e indica todos os ministérios, ele tem o poder de sabatinar quem vai para a procuradoria geral da república, quem vai para o STJ, quem vai para o STF, então termina tudo ficando submisso ao campo político e a FUNAI não é diferente, FUNAI e IBAMA, nesse caso da transposição foram omissos aos seus papéis, que independentemente de serem da base do governo ou não quem estivesse na presidência desses órgãos tinha que fazer o que reza o papel do órgão. O IBAMA pelo amor de Jesus, concedeu licenças ambientais em tempo recorde sem haver nem estudos, a FUNAI pegou a gente, o Pipipans, o Tumbalalás, pegou os estudos que tinham feito para as nossas demarcações e usaram na transposição. Então assim, a gente acredita que o nosso país ainda vai ser maduro ao ponto de dizer assim, é com um processo democrático eleitoral, então vamos eleger aqui membro do Ministério Público, somos nós povo que temos que votar, vamos eleger que vai para o Supremo Tribunal Federal, somos nós que temos que votar, porque aí eu quero ver um presidente da república fazer o que esse aí está fazendo, um Aécio Neves da vida desmoralizando o sistema judiciário do nosso país e parece assim que ser bandido agora é a coisa mais correta que tem nesse país, mas porque, por causa desse modelo mesquinho que a gente está buscando, o primeiro mundo e aí atropela o indígena, o negro, o sem-terra, o favelado, nós as classes menos favorecidas somos o alvo direto disso e pior que a gente não lembra, a gente fala, o governo cortou 30% da educação, ninguém se manifesta, na saúde da mesma forma, porque, porque se os filhos da gente estiver na escola particular ou tiver numa faculdade ou numa universidade e a gente tiver como pagar a mensalidade, o filho do outro que se dane. Então assim, a gente tem essa visão é um campo que a gente acredita ainda que a juventude brasileira ela vai conseguir se unir, dar as mãos e esquecer muito essa

questão das diferenças que a gente diz, que a gente isso, aceita aquilo da boca para fora, ninguém quer aceitar a diferença do outro, ninguém quer aceitar que o cabra é índio que fala uma língua diferente, é uma cultura diferente, o índio fala que aceita, mas que não quer aceitar o que é lésbico, não quer aceitar o que é favelado porque vem de uma cultura que a gente se vê marginalizado todos os dias nos meios de comunicação e a gente precisa, eu acho que criar principalmente uma proteção à maior riqueza que a gente tem que é o meio ambiente, o São Francisco está morrendo, nós estamos falando em vender a Amazônia, parece que é natural vender, porque tem que extrair, a gente brigou para explorar o fundo do mar no pré-sal, venderam, essa água da transposição quem é mesmo que vai ficar com isso, quem vai ficar com essas terras a mais da transposição, quer dizer, vai passar por nós gerar riqueza, vai passar em algumas localidades que nunca viram eu acho que tanta água em abundância de forma permanente e essas pessoas vão poder de fato utilizar isso? Porque aqui aonde o canal passou, tinha famílias que conviviam há 200, 300 anos com a seca, foram retiradas dessas localizadas, então é umas coisas assim que a gente fica tentando entender primeiro aonde isso vai chegar e segundo, aonde nós mesmo temos a capacidade de tolerar tudo isso, porque tudo acontece também porque a gente tolera demais.

Orador A: Quais são as perdas imateriais dessa obra para a comunidade?

Orador B: Olha a gente aqui, ela rasga o nosso território, não é, parte do início do eixo ele está no território tradicional da gente que pega ali Tucutu, Riacho dos Caibros, e vai entrando aí para dentro das caatingas até onde termina o limite do nosso território só que a gente já tem dentro do território se construindo casas, além da obra em si, aí você vai ter vários assentamentos dentro de uma terra nossa que a gente também pedindo...

Orador A: Quem vai morar nesses assentamentos?

Orador B: Quem sabe, ninguém sabe, se constrói, o que ficou de certeza foi que as pessoas que eram empecilho para o canal passar, então tirou você daqui e levou para a vila produtiva, você tem aí no centro da caatinga, umas grandes produtivas, umas casas bonitas, mas no fundo da casa está o tanque para o caminhão pipa chegar e despejar água lá dentro. Então o estado de miséria de muitos que viviam a margem dos riachos, não tinha água o tempo todo, mas o cara ia lá cavava a cacimbinha dele, conseguia água para ele, para os animais dele e ia vivendo e você cria uma ligação com o lugar com que você vive, essas pessoas saíram, teve gente que teve que sair de lá como não conseguiu nas vilas produtivas vieram para cidade, morar na periferia e estão mendigando.

Orador A: (Trecho inteligível - 00:42:07.23) Por que não é só o imaterial e si, toda a história e a vida da pessoa está ali.

Orador B: A sua história, o seu lugar, eu aqui por exemplo, minha família vive aqui nesse local há 350 anos, então aqui tem uma ilha para nós aqui onde eu nasci que é sagrada e eu sinceramente preferiria morar lá na minha casinha de taipa, que nem a gente vivia, o meu trabalho enquanto menino era molhar carvão em vermelho que a gente batia em pilão para comer, para fazer com caldo de peixe, a gente veio conhecer açúcar em 80, então a gente não usava açúcar, não usava sal, meu avô pegava as plantas e conseguia fazer um pó que a gente passava no peixe e outro a gente batia a cana ou cana fixe para torcer ela para adoçar as coisas, morava nos casebres cobertos de palha de coco ou palha de cana, dormia em esteira mais meus irmãos, a gente só saía dessa ilha para vir para cá há 3 quilômetros abaixo para estudar, mas eu trocava tudo que eu tenho hoje para viver minha vida lá tranquila, porque não tinha ameaça ao nosso mundo, a gente podia entrar e sair dentro do rio sem o risco de você pegar um doença de pele, sem o risco de, de você ser contaminado com agrotóxico, a gente tudo que nós comíamos era natural, hoje não, então assim, a gente tem que ir aceitando isso.

Orador A: E nessas lutas para a recuperação do território com os posseiros, vocês perderam, houve uma grande perda de pessoas, vocês contabilizam quantas foram as brigas assim, nesses confrontos?

Orador B: Olha a gente, da minha época, a gente mais recente nós perdemos 6, mas na época dos mais velhos é que a gente tinha posseiro que tirava índio de dentro de casa, matava queimava, porque quando DPV chegou, que era, com plantio de arroz e feijão para fazer semente para semente na época que não era o IPA, o IPA só veio a aparecer bem depois, então o pessoal que tinha os casebres resistiram e não saíram eles aravam em volta de toda a casa e aquelas pessoas permaneciam ali dentro, sem poder sair, sem poder pisar no roçado, só saía a noite para pegar água no rio e essas coisas. Então esses aí eram tirados de dentro de casa e queimados vivos, a gente viveu aqui na época dos capuchinhos franceses, a capitania hereditária, nossa história ela é muito de resistência e sofrimento, a capitania hereditária, quem comprava 5 vacas e um boi levava dois casais de índios de presente porque a gente era resistente e a forma que viram de tentar acalmar a gente foi através da Igreja Católica que a igreja também foi grande causadora desse impacto que os povos do nordeste sofreram.

Orador A: Foi o principal.

Orador B: E aí assim, no ano 1784, na Ilha da Assunção tinha a matriz de Nossa Senhora Rainha dos Anjos e tinha 245 famílias nossas morando só ali naquele entorno, fora essa área aqui né, a área dos cavalos, a serra da bananeira, brejé, todo esse espaço era ocupado pelo povo da gente, e aí os padres também, na época era tido como louco quando chegou aqui, criou um programa e os outros continuaram seguindo, que aqueles programas de contato e quando incomodavam iam mesmo morriam, tocavam fogo também, usavam as mesmas práticas que até alguma tempo

atrás usaram, a gente passou 300 anos sendo massacrados diretamente, sempre resistindo, a gente que tinha os que aceitaram a Igreja Católica e teve os bravios que eram os que moravam mais afastados no continente. Nós aqui ou aceitava a igreja e o chicote ou morria abertamente e os bravios como se escondiam, matavam com a rubéola, com a febre amarela, pega a roupa dos que morriam e colocavam lá nos aldeamentos.

Orador A: Você fala o arquipélago...

Orador B: O arquipélago é as ilhas, o continente é lá, porque o arquipélago aqui, porque a gente faz divisa com a Bahia, a gente, o povo Tumbalalá e o Truchá e os Tuxi, daqui de Belém somos o mesmo povo.

Orador A: É?

Orador B: É, somos o mesmo povo, que é a nação canoeira.

Orador A: Aqui é o arquipélago.

Orador B: Não aqui é a Ilha Grande, o arquipélago é aqui. O arquipélago da Assunção que é essa composição de 84 ilhas, mas cada ilha ela tem seu próprio nome.

Orador A: Você tem essa relação? Onde eu consigo essa relação?

Orador B: Você consegue com o Florentino na FUNAI.

Orador A: Porque as vezes a gente tem algumas entidades que elas não dão essas informações, mas as vezes as informações não são as reais, alguns documentos...

Orador B: Aqui tem 84 todas listadas, 84 listadas.

Orador A: Florentino na FUNAI. A FUNAI daqui é?

Orador B: É, lá na rua você vai na rua do hospital quando você chegar no hospital tem um mercado vermelho com nome de pague menos, primeira, segunda, é do mercado você vai ver uma casa que tem do lado do mercado, dois pés de ninho na frente assim com aquela caixa fita, um portão branco, é branco o portão, aqui está a casa depois do mercado, do lado esquerdo.

Orador A: Eu vou deixar isso aqui, agora toda pessoa que eu entrevisto eu deixo, porque as vezes acha na internet, pesquisar que é fácil, está disponibilizado na internet, é só buscar, mas para quando começar novamente saber mais a opinião do que está aí realmente né, porque uma coisa é participar de alguma reunião e ouvir falar, outra coisa é o que está documentado, porque o povo Truká a gente conhece

muito a história aqui da região do São Francisco, conhece com um povo de luta e de resistência e é um povo muito politizado, todas as pessoas que a gente fala assim, o Truká ou são pessoas que tem aqueles conceitos pejorativos e preconceituosos ou quem entende realmente toda a luta e toda a questão de direito real mesmo, sabe que é um povo politizado porque tem acesso a todos os documentos tem acesso a legislação e luta a favor disso. Tem um colega meu que é pesquisador lá no Instituto Duchás, aí ele falou assim que o pessoal fala se os Truká, se alguém falar qualquer coisa ele já, você não conhece a história, então vá e se proponha a conhecer a história primeiro para depois você ter algum tipo de comentário preconceituoso, ele falou assim seu povo está aqui em Paulo Afonso, tirou o presidente da FUNAI, porque, porque é um povo que já tem essa história de luta, essa história de resistência, de conhecer, aí eu estou deixando, porque as pessoas que eu perguntei, ai eu não conheço, ouvi falar, mas eu nunca tive acesso.

Orador B: Na verdade isso aqui é que nem eu disse a você, as informações que vão para a rede é o que eles querem, a gente consegue, a transposição eu não sei se você chegou a conhecer o atlas da ANA...

Orador A: O atlas da ANA?

Orador B: O atlas. Em 2005, na primeira greve de fome de Dom Luiz Cáprio, ele ficou aqui no território Truká...

Orador A: Você fala da agência?

Orador B: É. Ai Dom Luiz Cáprio fez aquela greve de fome e ficou 21 dias e a gente ficou lá com ele dentro do território da gente aqui numa localidade que a gente tem como bode assado, do outro lado do rio, e Lula mandou Jaques Vagner ai, para tentar fazer com que o bispo cessasse a greve de fome e convencesse a gente a desmobilizar, na reunião que a gente teve com Jaques Vagner, ele disse olha a gente faz uma comissão vai até a presidência da república e lá vocês discutem com o presidente o melhor caminho para isso e quando a gente chegou lá Lula tem um poder de convencimento muito forte, não é, começou a conversar e qual é a alternativa, além da transposição, foi levantado pelo movimento na época, vamos construir uma alternativa, além da transposição, primeiro a gente faz uma análise de todo o nordeste, a região seca e a gente vê qual é a deficiência, perfuração de poços, armazenamento de água, ser abastecido com carro pipa, então o atlas ele numa troca se propôs a isso, saiu cortando todo o nordeste com o pessoal da ANA e do governo...

Orador A: E foi ai quando teve a definição do...

Orador B: Foi que o Atlas ficava três vezes mais barato que a transposição e garantia, por exemplo, naquela época se a gente enfrentasse esse período de chuvas...

Orador A: Foi quando houve uma delimitação do nordeste também que pegou algumas cidades, do semiárido, desculpa, do nordeste não, a nova definição do semiárido que pegou inclusive algumas cidades do Estado de Minas Gerais, foi essa época...

Orador B: Foi e era naquela época de 2005, se realizasse o Atlas, se a gente pegasse esse período de chuva de 7 anos sem chuva, água estava garantida para todo mundo, de uma forma mais barata, porém isso não gerava o que aconteceu aí, desvio, superfaturamento, uma série de coisas, uma coisa bem mais fácil, mais rápida e que falava mais acho que a língua do povo nordestino, não precisava explorar e nem degradar tanto quanto foi degradado para garantir que de fato, parte desse nordeste setentrional que eles falam tivesse água. E aí ele topou vamos fazer, quando a gente apresentou o estudo, falou não tem como companheiro, é a transposição e aí todo mundo e eles terminaram tocando...

Orador A: Então os diálogos sempre foram em Brasília, nunca foram aqui?

Orador B: Não, as audiências públicas, elas já vinham com a opinião formada, a ata dela já vinha pronta, tu ia lá por exemplo, dava 200 pessoas numa audiência pública, 150 dos que estavam lá diziam que não queriam, mas quem manipulava era os 50 que vinham do governo, então tu assinava uma lista de presença, sem ver o cabeçário era obrigado todo mundo chegar e assinar, depois pegava as assinaturas e ia lá e pegava o cabeçário...

Orador A: Muito obrigado, mas ainda eu vou precisar de mais informações, a gente vai discutir mais porque, quando você começou a falar da elaboração dos problemas era justamente isso que eu identificava e eu vou trazer depois o resultado da minha pesquisa, justamente a parte que eu já fiz a análise do programa é essa, as frases elas já são feitas para convencer que era só o benefício.

Orador B: E aí fizeram todo esse lançamento e a gente teve que voltar um monte de vezes ao Ministério da Integração, por exemplo, para executar aquilo que tinha firmado com a gente em 2004 que não foi em 2005, nas enchentes aqui a gente teve saindo daqui dois ônibus de gente e ocupamos o Ministério da Integração, então a nossa proposta era desocupar só quando resolvesse e aí foi encaminhado as coisas, casas, estradas dessa forma, em 2005 quando entra Ciro Gomes ele veio até aqui para assinar o convenio da cidade com o município, então assim, a gente foi refém dessa questão...

Orador A: Que vocês, que houve uma resistência inclusive também não foi. Quando eu estava conseguindo, quando é que da pausa aqui.

Orador B: Ficou bem claro que não houve mitigação, a mitigação que a gente queria era o nosso território de volta e conseguir fazer um plano ambiental que garantisse as

nossas crianças que elas não iriam perder tanto quanto a gente perdeu, você sai da realidade de um rio vivo, por exemplo esse aqui, aquele ali ele acompanhou o rio aqui no tempo que a gente pegava pirá e dourado ali da ponte da beira do rio, pergunte ao menino dele se ele ao menos sabe o que é um pirá, que ele não sabe, não sabe nem uma matrinxã que era peixe de menino, pois é, aqui tinha aquelas matrinxãs que tinha os anzóis que esse...

Fim da gravação.

Gravação Voz 001

Duração do Áudio: 00:25:09.00

| | |
|---------------------|---|
| Legenda | |
| (-) | Comentários do transcritor |
| (00:00:00) | Marcação do tempo onde inicia a fala |
| [] | Trecho não compreendido com clareza |
| Ahã, uhum | Interjeição de afirmação, de concordância |
| Ãhn | Interjeição de dúvida, de incompreensão, ou pensando |
| Hã | Interjeição que exprime que o interlocutor aguarda a continuidade da fala da outra pessoa |
| Tsi-tsi | Interjeição de negação |
| TEXTO EM CAIXA ALTA | Palavra ou expressão pronunciada com ênfase |
| Hí-fen | Palavra dita de modo silábico |
| | |
| Orador A | Não identificado |
| Orador B | Pajé Adilson dos Santos Vieira |
| | |

(00:00:00)

Orador A: É, Pajé Adilson dos Santos Vieira da Aldeia Truká, então como é você vê esse programa de apoio aos povos indígenas nessa grande obra aí da transposição do Rio São Francisco?

Orador B: Os governantes, eles tinham uma maquete que falava assim, o projeto ele é, ele beneficia 5 Estados, só que eles no projeto quando fizeram a maquete falavam assim, que o apoio ao Rio São Francisco ia ser unificado. Ia ser, tinha reparações no rio, e não atingem-se todos os povos e não só para os indígenas também, existe uma grande quantidade de pessoas que moram na região ribeirinha. Não está sendo executada ainda, a questão que o apoio do Rio São Francisco continua do mesmo jeito, não foi feita nenhuma reparação dentro da margem do Velho Chico e também continuou prejudicando todos os povos, não só os povos indígenas, porque praticamente, nós somos um povo que moramos na margem do rio...

Orador A: E que o canal passa dentro da...

Orador B: É, na cabeceira do rio, na cabeceira da aldeia dos índios Truká e também prejudica outras regiões que, que são comunidades indígenas também. Eu não vejo isso, nós assistimos a questão, diminui bastante a questão das águas, há um, o governo por sua vez mudou, o governo era esse, hoje já mudou, então nessa questão aí e os povos indígenas e os ribeirinhos estão sendo prejudicados por essa questão aí.

Orador A: Dentro do programa existem 19 planos básicos ambientais, que são, esses programas eles são, foram elaborados para compensar esses efeitos, desde reflorestamento, a proteção da fauna e da flora, e o programa, o PBA-12, como eu falei, que é o programa de apoio aos povos indígenas. No programa, ele diz que houve um encontro com as 4 etnias, que são afetadas diretamente com a obra e nessa reunião quando juntou todo mundo, identificou quais foram os impactos que a obra causa diretamente, e a partir daí, nessas reuniões, nesses encontros, de que forma poderia compensar né, eles usam muito a palavra mitigar, compensar os efeitos da obra. Então se eles já falam em compensar, significa que sabe que prejudica de alguma forma. Então conhece o programa, como foi essa, participou de alguma reunião para apresentar o programa, como é que foi isso aí? Como é que funciona o programa, não o da transposição, o programa de apoio aos povos.

Orador B: Não teve uma reunião que fosse de acordo com a questão não só do povo indígena, as 4 etnias indígenas, porque afetou, não foi só o povo indígena, afetou prefeituras e cidades e mais cidades, o próprio Estado pernambucano também foi afetado nessa questão. O que eles querem, (Trecho inteligível - 00:03:37.19) reflorestar um rio se eles não se mexeram com nada, falar de reflorestar o rio ou dizimar ou mudar a questão ou evacuar, tirar algumas umas plantas que tem na margem do rio e plantar outras plantas, não teve esse programa com nós não.

Orador A: E o de, e teve o programa de construção de casas, o que foi que teve realmente?

Orador B: Não teve também não, a não ser na questão da (Trecho inteligível - 00:04:15.07), onde as pessoas ou a, a margem da caatinga que foram atingidas também e que teve seus terrenos indenizados, fizeram algumas casinhas, mas na margem do Rio São Francisco nunca teve.

Orador A: Aqui, aqui ele diz, por exemplo, quais são as metas e quais são as ações né, isso aqui tudo é meta e ação para contemplar as 4 etnias. Aqui, articular e acompanhar a regularização fundiária das terras, que eu já falei, implantar e acompanhar a construção de infraestruturas habitacionais, banheiros e postos de saúde para os povos indígenas, aconteceu?

Orador B: Não teve não.

Orador A: É, fornecer material e equipamento e veículo para os povos indígenas...

Orador B: Também não...

Orador A: Caminhonete dupla, 4 por 4.

Orador B: Também não.

Orador A: Foram doados à FUNAI.

Orador B: Também não.

Orador A: Realização de estudos para a implantação de projetos de irrigação?

Orador B: Também não.

Orador A: Implantar e acompanhar a instalação de poços para abastecimento de águas dos povos? Articular e acompanhar a elaboração e implantação de projetos de piscicultura para os povos indígenas?

Orador B: Também não. Tem uma reunião marcada agora não sei, no final de novembro em Brasília, nós vamos lá para discutir essa questão, o grupo, tem um mérito, chama o grupo rural, são senadores e deputados federais, estão a discutir essa questão e dia 29 em Brasília.

Orador A: Articular e acompanhar a implantação e recuperação de redes de energia nas terras indígenas, no caso, com a COEBCEP, que são os dois Estados...

Orador B: Teve sim, mas não foi por essa questão, é porque a rede está tudo defasada já, aí já é outro trajeto aí, tem nada a ver com a transposição não, é o trabalho iniciado.

Orador A: Articular e acompanhar a recuperação e construção de vias de acesso terrestres que favoreçam acesso às terras?

Orador B: Também não.

Orador A: Implantação de centro de capacitação e treinamento cultural e das casas de farinha para os povos indígenas?

Orador B: Aqui não existe essa questão.

Orador A: Realização de estudos para implantação, aqui já foi, tem mais ainda. Articular e acompanhar a implementação de sistemas de telefonia móvel para os povos indígenas...

Orador B: Tem, mas é pago.

Orador A: Mas pega celular?

Orador B: Pega sim, mas tudo com antena...

Orador A: Mas quem colocou?

Orador B: Sim, todo mês a gente paga um tributo...

Orador A: Mas quem botou foi o programa?

Orador B: Não, não foi não, não foi não...

Orador A: Implantação de casas e reurbanização da orla da beira do rio...

Orador B: Você viu ali, está só as pedras velhas aí, não foi construído nada não.

Orador A: Implantação de viveiros e plantas medicinais...

Orador B: Também não existe.

Orador A: Elaboração de projeto de gestão integrada de resíduos sólidos e destinação final...

Orador B: Isso também não existe está o esgoto velho correndo ali.

Orador A: Subprograma de capacitação e organização social...

Orador B: É outra história mentirosa, porque o, nós temos hoje o centro cultural está ai abandonado aí, temos a história que fala assim, uma questão que tem o CRAS, esse CRAS está lá em cima é um centro cultural de abastecimento de pessoas, mas só que não tem assistência nenhuma, você sabe disso, existe uma questão aí. Então tudo que você trouxe praticamente com essa pergunta aí, eu queria participar dessa reunião em Brasília...

Orador A: Eu vou deixar aqui e vocês perguntam...

Orador B: Para eu levar para lá, porque eu quero saber quem foi esse cidadão que fez tudo isso aqui e não provou, porque realmente, se tivesse feito 8%, eu ia responder essas perguntas, que 8% já é o suficiente para nós e hoje eu digo a você, praticamente, não tem nada construído, nada foi feito, porque você sabe muito bem que governos, eles têm uma mania de se engrandecer em cima dos outros, porque...

Orador A: Mas teve uma reunião à época da obra com vocês para identificar o que vocês precisavam?

Orador B: Com toda certeza...

Orador A: Vocês constaram essas necessidades...

Orador B: É, porque teve com Dilma, antigamente...

Orador A: Não porque a gente não está discutindo assim, hoje que é o presidente ou não, a gente está discutindo o programa, porque se muda o presidente ele tem que dar continuidade, na teoria...

Orador B: Mas não fez...

Orador A: Na prática, não sabe.

Orador B: Você sabe muito bem que hoje o governo que está exercendo hoje em nosso país, não é destruir, é diminuir a questão dos povos indígenas ou praticamente se voce olhar nos programas que estão sendo feitos não só aqui, mas no sertão, no nordeste e também no norte e o que o governo praticamente hoje quer, é dizimar todas as questões indígenas ou tirar esse nome, tudo tem que ser assim.

Orador A: Que se identificasse como um indígena...

Orador B: Ia, verdade. Então, tudo isso aqui, é uma prática, tudo isso aqui foi abordado numa questão na 6ª Câmara, foi feito, colocado todo em prática...

Orador A: Quando foi?

Orador B: Agora praticamente eu não lembro a data, eu sei que foi na gestão de Dilma.

Orador A: E foi onde essa reunião?

Orador B: Na 6ª Câmara em Brasília.

Orador A: Vocês foram para lá, eles não vieram aqui.

Orador B: Não vieram, não tem.

Orador A: Só para eu não fazer confusão.

Orador B: Aqui chegou um projeto de cidadania, que é projeto do Estado, eles colocaram um monte de kits na aldeia, só que nenhum foi executado, nenhuma obra.

Orador A: Só para a gente não, só para que eu não tenha dúvida, então esse programa que diz que veio até a cidade, foi até a aldeia junto com as lideranças, junto com a população, junto com o povo, disse o que cada um precisava, aconteceu?

Orador B: Olha aqui, mostra qual foi o dia que eles vieram aqui, a data...

Orador A: Eu vou ler aqui a introdução para o senhor, pode ser?

Orador B: Eu quero saber a data que eles vieram aqui.

Orador A: Acho que não tem nada aqui.

Orador B: Eu não saio dessa aldeia nenhum momento.

Orador A: O programa de apoio aos povos indígenas, é parte integrante do projeto básico ambiental do projeto integração do Rio São Francisco com as bacias do nordeste setentrional, é o PICE e contempla os povos indígenas residentes nas proximidades da área diretamente afetada pelo empreendimento sendo eles, os Truká, Ipam, Tumbalalá e Cambiuá, são aproximadamente, quando foi elaborado que é muito mais, 9 mil e 16 pessoas, hoje os Truká são quanto?

Orador B: 7 mil e...

Orador A: Porque o número aqui está bem menor...

Orador B: Hoje nós temos o censo né, o censo a gente trabalha com a Funasa, o censo, que você sabe muito bem, que quem nasce índio, todo ano faz o censo não, é um trabalho isso ai né.

Orador A: Até porque as pessoas vão parindo...

Orador B: Não tem, não tem. Que as vezes os índios têm que viajar, entendeu, essa questão. Então sai índio e entra índio é aquele jogo.

Orador A: Ele fala que foi em 2005, os estudos. Ainda foi na época de Lula esse estudo. Ressalta-se o conhecimento dessa realidade, possível a partir de diagnósticos...

Orador B: Quem era o ministro da integração chamava Ciro Gomes, na época não era isso?

Orador A: Uhum.

Orador B: Foi quando mataram meu irmão aqui, mataram meu irmão e meu sobrinho aqui.

Orador A: A morte deles tem alguma coisa a ver com a obra?

Orador B: Tinha sabe porquê? Porque eles vieram para matar meu irmão, mas não, foi feita uma pista aí, porque essa pista já tinha de mil, foi do tempo de Arraes ainda, essa pista aqui, não foi programa de Lula não, olhe, Lula somente, ele só executou a obra, mas projeto aí foi Arraes. Essa obra aqui dessa pista aqui, ela foi, foi em 93 mais ou menos, 93, eu me lembro como se fosse hoje, governo de Miguel Arraes. Essa reunião teve aqui na aldeia, aqui, que chama aldeia (Trecho inteligível - 00:12:23.29).

Orador A: Teve na aldeia, ai eles pegaram e mostraram esse projeto?

Orador B: De jeito nenhum, nem o papel. Não deixou para ninguém aqui.

Orador A: Não deixou com vocês...

Orador B: Não, não.

Orador A: Ai aqui ele conta toda a história da aprovação da obra, da quantidade de programas...

Orador B: Me desculpe falar para você, até então quando falava, falava sobre questão da pista básica, uma pista federal.

Orador A: Aqui olha, ele fala a justificativa desse programa aqui, vê que o programa de apoio aos povos indígenas, que é o PBA-12, está na internet para quem quiser procurar ver, ele está lá...

Orador B: A gente vai buscar isso aí.

Orador A: Eu vou deixar com vocês.

Orador B: Não, esse aqui é meu, é uma prova que, eu vou, eu vou, você quando você sair, você me dá seu telefone aí, seu nome direitinho...

Orador A: Dou sim.

Orador B: Porque qualquer dia eu vou dar a resposta a você que isso aí não existiu aqui, isso é tudo mentira.

Orador A: Aí olha, ressalta-se que a referida necessidade de compensação e mitigação de impactos decore do fato, que durante o período da construção em função do volume de obras previstas, prevê-se algumas interferências negativas, possíveis de ocorrência com os povos indígenas. Aí ele cita aqui vários, risco de acidentes, já que a instalação é feita na região, aí fala risco de doenças, tipo, eu enquanto pesquisadora para vir até vocês eu tive que ter autorização não só de vocês, para mim era principal, a de vocês foi a primeira. Eu tive que conseguir autorização da FUNAI Paulo Afonso, que é a regional, da presidência da FUNAI em Brasília, do CNPQ, do Comitê de Ética da Universidade e do Comitê de Ética Nacional e provar que não vou causar nenhum dano, minha pesquisa não vai causar nenhum dano a vocês....

Orador B: Não vai, isso aí não muda, o que você está vendo aqui já vem tudo formalizado por você...

Orador A: Por mim não...

Orador B: Foi por uma, uma correlato de senadores e deputados.

Orador A: Eu quero questionar isso. Como é que são feitos os programas governamentais para os povos, são para os povos ou são para justificar o governo?

Orador B: Bem assim...

Orador A: Porque há uma legislação que protege a etnia, protege, então a ele não pode ir contra a essa legislação, então esses programas eles são feitos só para atender a lei ou para atender as necessidades dos povos?

Orador B: Há várias questões para se discutir isso aí. Para começar o governo, os últimos governos que entraram, para discutir questões indígenas nunca nós fomos chamados. Nem nossos povos, caciques e lideranças do nordeste e também nem pelo norte, nem pelo sul. Porque a questão, o que eles fizeram, você pode olhar a PEC 215, como ela está aí, entendeu? Um programa de um deputado eu vou fazer isso aqui, eu quero acabar com esse negócio aqui...

Orador A: Porque ele é latifundiário?

Orador B: É.

Orador A: Ele defende interesse de quem?

Orador B: Deles próprios.

Orador A: Porque os latifundiários querem usar as terras indígenas...

Orador B: Lógico. Ela não passou ainda não, mas nós já estamos com um pé atrás para discutir essa questão também.

Orador A: Então houve essa reunião...

Orador B: Teve sim.

Orador A: E dentro dessa reunião, fez o levantamento das reais necessidades...

Orador B: Se eu não me engano foi no dia 13 de junho de 2005.

Orador A: Deixa eu anotar aqui. E vocês foram apresentados ao programa ou nem citou a transposição?

Orador B: Citou um projeto diferencial, um projeto de, iam ampliar, porque esse projeto foi 1988, veio Arraes que disse que essa pista estava feita, mas não estava, fizeram somente uma terraplanagem na pista.

Orador A: Então a verba dessa pista saiu desse programa, porque ele tem uma verba, tem um recurso para executar ele.

Orador B: Logico, só que alguém antes já pegou o dinheiro.

Orador A: Aqui tem as metas olha, tanto ano o que foi feito e o que acabou, a previsão dele é acabar em 2015 porque a obra tinha essa previsão para acabar, aqui tem todas as metas e onde vai passar cada um. Eu vou deixar aqui, vai dar uma olhada e a gente vai conversar novamente.

Orador B: Com certeza.

Orador A: Para identificar porque o meu estudo, eu quero no meu estudo, identificar se realmente os programas, se ele foi executado, se ele não passa do papel e como é que você entende ele. Como é que você vê esse programa?

Orador B: Eu olho assim, todos que você falou ai, a única que foi executado foi somente a pista e outro nada, porque a transposição do Rio São Francisco foi feita assim, se teve uma conversa com as lideranças indígenas aqui, não só daqui como do eixo norte, que tinha um reparamento de perdas, na questão, só que até hoje não teve esse reparamento de perdas. Sabe o que teve? Aumento de impostos. Então se isso era perda, nós vamos fazer o que?

Orador A: Que impostos vocês pagam?

Orador B: Lógico, veja bem, nós temos hoje uma via, elétrica dentro da aldeia, que ela foi botada irregularmente, sem o conhecimento do povo indígena, porque até então, no ano de 1623, todos, todas as comarcas sabiam que era terra indígena, só que no ano de 93, a CHESF que ainda era território de posseiros uma parte e outra parte era indígena, elas montaram essa central dentro aí. Que é uma rede né, ela corre o território indígena todinho, corta e entra Bahia e pagaram os latifundiários, os posseiros. Como é que você paga se não é deles o território? Então hoje nós alegamos essa questão na justiça e por vias, a gente várias vezes nos tribunais federais e foi dado como garantia e como ganha essa causa, eles tinham que pagar a nós 16 milhões de reais por perdas, para manter essa rede de energia dentro e porque quer colocar essa questão dentro agora, da transposição do rio São Francisco? Não existe essa questão, aí é um trabalho diferenciado, é ou não é? Eu acho que é. Então estão incluindo o projeto aí que não existe aqui, se existe que esse projeto é de 1959...

Orador A: Mas a transposição é da época de Dom Pedro I.

Orador B: Logico.

Orador A: Opa, Dom Pedro II. Ele só, os estudos, entra presidente, sai presidente, eles fazem esses estudos e aí a época que Lula foi eleito, ele conseguiu a aprovação pela Agência Nacional das Águas, a viabilidade, ai foi quando começou a execução.

Orador B: Essa questão, só que as perdas...

Orador A: Por exemplo, para a população indígena, que existe uma relação, principalmente você que tem todo um ritual para ser escolhido como pajé e que tem todo uma...

Orador B: Para exercer.

Orador A: Isso.

Orador B: E a nação para manter dentro da aldeia, esse povo no território.

Orador A: Isso e justamente, tem toda uma relação imaterial que é uma relação com a terra, uma relação com água, uma relação com a planta, uma relação com o meio. Essa obra passando na região interfere em alguma coisa?

Orador B: Bastante.

Orador A: De que forma?

Orador B: Porque a primeira coisa que mudou, a questão do povo indígena e para o ribeirinho, se chama a barragem de Sobradinho, entre Bahia e Pernambuco, ela foi uma pedra no sapato do povo, por questões que eles garantiram a nós no ano de 1984, que essa barragem ia trazer benefícios para nós, mas de que maneira, até agora cadê esse benefício. Volta a história do Lula, o Lula quando fez, o Lula não foi o executor, não foi o promotor, foi o executor, porque foi mandado dos eixos que são enormes. Nós tínhamos uma margem muito grande, hoje nós temos muita pedra aí, o rio está praticamente dizimado. Francisco hoje está dizimado, Francisco hoje só tem uma banda só. Cadê os afluentes...

Orador A: Vocês chamam rio de baixo e rio de cima?

Orador B: É, porque o rio maior, nós temos um rio maior, aqui chama perna de rio, lá chama rio maior, lá do lado de lá...

Orador A: Que se chama como?

Orador B: Uma perna de rio.

Orador A: Mas tem gente que fala rio menor não é?

Orador B: É, é, porque é uma perna, isso aí não existe, Cabrobó era fissurado nessa função.

Orador A: E rio maior...

Orador B: E o rio maior, hoje as embarcações nossas tem que trabalhar com os afluentes do rio São Francisco, que chama os anexos, estão prejudicados porque as canoas não andam mais.

Orador A: Mas você acha que isso é por conta da transposição ou por conta dessa seca que tem?

Orador B: Lógico, eu falo até assim, eu não vou brincar com a verdade e nem falar coisas que eu não posso falar, o pai fala assim aquele que não habitar no meu coração e que ele for contra mim, ele vai saber o castigo que ele vai receber. Então, qualquer maneira, certo. Então de qualquer maneira nós fomos afetados por questões governamentais, não na questão de pai, porque quando as pessoas precisam da água, eles nadam em dinheiro e sabendo que há uma grande nação abaixo daquele rio que está sendo prejudicada.

Orador A: E essa relação espiritual, de que forma prejudicaram?

Orador B: Essa é uma questão que, eu vou só citar um pouquinho, porque aqui não posso falar muito dessa questão.

Orador A: Eu entendo.

Orador B: Sabe, nós somos afluentes de umas águas, mãe natureza, ela é uma mãe soberana, chama o conjunto de pessoas, que dá a vida a quem não tem vida, criam a nascente, cria um povo e quando atinge aquela natureza, ela também dá o castigo, eu não posso dizer o resto, porque sabe, mas que atinge, atinge, todo o povo não só nós como também aqueles espíritos, aqueles grandes espíritos que é nosso pai, ele busca para todos os seres humanos uma melhor vida e quem diminui a vida de todos esses seres humanos são os governantes. Porque ele deixou a terra e a água e o ar e o espaço para todas as vidas, mas quem tem mais condição financeira sempre quer buscar aqueles outros lá para poder angariarem eles para trabalho escravo, como está acontecendo com o rio São Francisco hoje, aqui é para poder diminuir a sobrevivência de cada povo, para que viva debaixo dos pés deles. Então faz isso aí, ela, eu acredito bastante no pai e com toda certeza que só ele pode mudar essa questão. Porque político não faz ele mudar a vida dele lá fora não e ele deixou uma nação para viver e a minha fé é imensa nesse pai, não só eu como meu povo indígena, a gente tem muita fé e acredito que eles estão pensando que o rio vai esvaziar bastante para prejudicar todas as nações e que eles vão governar nós com braço de ferro, estão enganados, porque todo o povo tem a liberdade para viver, eu vejo dessa maneira né. Algumas questões eu não posso falar agora, no momento também, mas depois você voltar eu falo e mostro a você as questões aí, espiritualmente eu digo a você...

Orador A: Eu acho que é a maior perda...

Orador B: Meu senhor, é homem de boa vontade e também acredito que ele saberá o que vai fazer, o correto com nós e não deixar nós abandonados, que nós sem ele não somos ninguém, não é verdade? Se o político gastou o dinheiro que ele tem, a moeda

que ele tem é suficiente, mas não é não, um dia ele vai se acabar e a mãe vai buscar, e também vejo só quem tem poder hoje é um pai, aquele lá, o pai supremo.

Fim da gravação